



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLV — Nº 5

SEXTA-FEIRA, 23 DE FEVEREIRO DE 1990

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 5ª SESSÃO, EM 22 DE FEVEREIRO DE 1990

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagem do Sr. Governador do Distrito Federal

— Nº 35/90-DF (nº 8/90-GAG, na origem), encaminhando ao Senado Federal o Projeto de Lei do DF nº 8/90, que autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais até o limite de NCz\$ 5.187.958.000,00 (cinco bilhões, cento e oitenta e sete milhões, novecentos e cinquenta e oito mil cruzados novos) e dá outras providências.

1.2.2 — Parecer

Referente à seguinte matéria:

— Ofício "S" nº 4/89 (nº 3/89-PMC, na origem) do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhado ao Senado Federal cópias das notas taquigráficas e do acórdão proferido nos autos da Execução nº 342-3/DF, pela qual foi declarada incidentalmente a inconstitucionalidade da dedução de 0,5% prevista no art. 8º do Decreto nº 68.419, de 25-3-71. (Projeto de Resolução nº 1/90).

1.2.3 — Comunicação da Presidência

— Abertura de prazo para apresentação de emendas aos Projetos de Lei do DF nº 8/90 e de Resolução nº 1/90, lidos anteriormente.

1.2.4 — Requerimento

— Nº 12/90, de autoria do Senador Cid Sabóia de Carvalho, solicitando a retirada da Emenda nº 1, de plenário, de sua autoria, apresentada ao Projeto de Lei do DF nº 31/89, que dispõe sobre a alienação de imóveis residenciais funcionais do Gover-

no do Distrito Federal e a utilização dos recursos dela oriundos na recuperação das escolas da rede oficial de ensino.

1.2.5 — Discursos do Expediente

SENADOR NABOR JÚNIOR — Distúrbios em movimento reivindicatório de parceiros em Sena Madureira-AC.

SENADOR WILSON MARTINS — Comunicando seu desligamento do PMDB e ingresso no PSDB.

1.2.6 — Comunicação da Presidência

— Designação de comissões mistas e fixação de calendário par tramitação de medidas provisórias:

— Nº 136/90, que dispõe sobre a cobrança e atualização dos créditos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA e dá outras providências.

— Nº 137/90, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da União, o crédito extraordinário de NCz\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzados novos), para os fins que especifica.

1.2.7 — Leitura de projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 9/90-Complementar, de autoria do Senador Humberto Lucena, que regula parcialmente os incisos II e III do art. 161 da Constituição, fixando prazo para a entrega das parcelas de receitas tributárias pertencentes aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios e cominando penalidades aos inadimplentes.

1.2.8 — Comunicação

— Do Senador Leopoldo Peres, referente ao seu desligamento do Partido do Movimento Democrático Brasileiro — PMDB, passando a integrar o Partido Democrata Cristão — PDC.

1.2.9 — Requerimentos

Nº 13/90, de urgência para a Mensagem nº 247/89, relativa à proposta para que seja autorizada a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEM) a contratar operação de crédito externo, no valor de até FB 86.835.783,00 junto ao Bank Brussels Lambert S/A.

— Nº 14/90, de autoria do Senador Mauro Benevides e outros, solicitando que não seja realizada sessão do Senado nos dias 26, 27 e 28 de fevereiro de 1990, nem haja expediente em sua Secretaria. **Aprovado.**

1.3 — ORDEM DO DIA

— Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 1989, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Senhores Senadores, que acrescenta parágrafo ao art. 159 e altera a redação do inciso II do art. 161 da Constituição Federal. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 1989, de autoria do Senador Leopoldo Peres e outros Senhores Senadores, que acrescenta um § 6º ao art. 5º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Resolução nº 91, de 1989, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que suspende, de acordo com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, em acórdão de 5 de março de 1986, a execução do parágrafo único do art. 45 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Lei Complementar nº 35/79), nos termos do que dispõe o art. 52, inciso X, da Constituição brasileira em vigor. **Aprovado.** A Comissão Diretora para a redação final.

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****PASSOS PÔRTO**

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral NCz\$ 17,04

Exemplar Avulso NCz\$ 0,11

Tiragem. 2.200-exemplares.

1.3.1 — Matéria apreciada após a Ordem do Dia

— Requerimento nº 13/90, lido no Expediente da presente sessão. Aprovado.

1.3.2 — Discursos após a Ordem do Dia**SENADOR LEITE CHAVES**, como Líder — Noticiário sobre privatização do Banco do Brasil. Apoio do Congresso Nacional ao Presidente Fernando Collor de Mello.**SENADOR ALUÍZIO BEZERRA** — III Encontro do Parlamento Amazônico. Invasão militar do Panamá pelos Estados Unidos. Eleições presidencial e parlamentar na Nicarágua.**SENADOR MAURO BENEVIDES** — Instituição do regime jurídico único para o funcionalismo público**1.3.3 — Comunicação da Presidência**

— Término do prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do DF nº 97/89.

1.3.4 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão.**1.4 — ENCERRAMENTO****2 — DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR**

Do Sr. Cid Sabóia de Carvalho, professor na sessão de 19-2-90.

3 — ATOS DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

— Nºs 12 e 13/90.

4 — PORTARIAS DO DIRETOR DA SUBSECRETARIA DE SERVIÇOS GERAIS

— Nºs 1 e 2/90.

5 — MESA DIRETORA**6 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS****7 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****Ata da 5ª Sessão, em 22 de fevereiro de 1990****4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura***Presidência dos Srs. Nelson Carneiro, Nabor Júnior e Wilson Martins.***ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Mário Maia — Aluizio Bezerra — Nabor Júnior — Leopoldo Peres — Odacir Soares — Jarbas Passarinho — Moisés Abrão — Chagas Rodrigues — Afonso Sancho — Mauro Benevides — Carlos Alberto — José Agripino — Lavoisier Maia — Marcondes Gadelha — Marco Maciel — Francisco Rollemberg — João Calmon — Nelson Carneiro — Mário Covas — Mauro Borges — Pompeu de Sousa — Meira Filho — Roberto Campos — Mendes Canale — Wilson Martins — Leite Chaves — Dirceu Carneiro — Carlos Chiarelli — José Fogaça.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — A lista de presença acusa o comparecimento de 29 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE**MENSAGEM DO****GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL****MENSAGEM Nº 35, DE 1990-DF**

(Nº 8/90-GAG, na origem)

Brasília, 22 de fevereiro de 1990

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 3º da Resolução nº 157, de 1º de novembro de 1988, tenho a honra de submeter à elevada deliberação dessa Casa, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Secretários de Planejamento e da Fazenda, o anexo Projeto de Lei, que autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais à Lei Orçamentária Anual até o limite de NCz\$ 5.187.958.000,00 (cinco bilhões, cento e oitenta e sete milhões e novecentos e cinquenta e oito mil cruzados novos) e dá outras providências.

Dada a importância da matéria para a Administração do Distrito Federal, solicito a V. Exª, de conformidade com o Art. 4º da citada Resolução, conceder caráter de urgência na apreciação do aludido Projeto de Lei.

Valho-me do ensejo para testemunhar a V. Exª a certeza do meu alto apreço e consideração. — **Joaquim Domingos Roriz**, Governador do Distrito Federal.**PROJETO DE LEI DO DF
Nº 8, DE 1990****Autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais até o limite de NCz\$ 5.187.958.000,00 (cinco bilhões, cento e oitenta e sete milhões, novecentos e cinquenta e oito mil cruzados novos) e dá outras providências.**

O Governador do Distrito Federal, faço saber que o Senado Federal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal (Lei nº 89, de 29 de dezembro de 1989), até o limite de NCz\$ 4.586.956.000,00 (quatro bilhões, quinhentos e oitenta e seis milhões, novecentos e cinquenta e seis mil cruzados novos) para atender à programação constante

dos anexos I, II e III, nos valores ali indicados.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos especiais à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal (Lei nº 89, de 29 de dezembro de 1989), até o limite de NCz\$ 601.002.000,00 (seiscentos e um milhões e dois mil cruzados novos) para atender à programação constante dos Anexos IV, V e VI, nos valores ali indicados.

Art. 3º Os recursos necessários ao atendimento do disposto nos artigos anteriores são provenientes de:

I — cancelamento de dotações ordinárias do orçamento fiscal no valor de NCz\$ 322.406.000,00 (trezentos e vinte e dois milhões, quatrocentos e seis mil cruzados novos) conforme discriminado nos anexos VII e IX;

II — cancelamento de dotações relativas a recursos próprios de entidade da administração indireta, do orçamento fiscal no valor de NCz\$ 4.175.000,00 (quatro milhões, cento

e oitenta e cinco mil cruzados novos) conforme discriminado no anexo VIII;

III — cancelamento de dotações do orçamento de investimento no valor de NCz\$ 781.297.000,00 (setecentos e oitenta e um milhões, duzentos e noventa e sete mil cruzados novos) conforme discriminado no anexo X;

IV — incorporação de recursos de saldos de exercícios anteriores no valor de NCz\$ 270.000.000,00 (duzentos e setenta milhões de cruzados novos);

V — excesso de arrecadação de entidades nas quais o Distrito Federal direta ou indiretamente detém a maioria do capital social com direito a voto, no valor de NCz\$ 3.601.036.000,00 (três bilhões, seiscentos e um milhões e trinta e seis mil cruzados novos)

Art. 4º O art. 7º, da Lei nº 89, de 29 de dezembro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º O saldo em cruzados das dotações de cada subprojeto ou subatividade, excetuando-se aquelas decorren-

tes de convênios, será mensalmente reajustado, independente de atos de abertura de créditos, pelo valor resultante da multiplicação do correspondente saldo em URO/DF pela variação unitária da cotação de uma URO/DF entre o mês de reajuste e o mês anterior, demonstrando-se os valores desse reajuste no Relatório Bimestral a que se refere o § 3º do art. 165 da Constituição.”

Art. 5º Acrescenta parágrafo único ao artigo 5º da Lei nº 89, de 29 de dezembro de 1989:

“Art. 5º Parágrafo único. O valor de “R”, a que se refere este artigo, assume o valor “1,0” em todos os meses do ano de 1990 no caso de sua aplicação à despesa de pessoal e seus respectivos encargos.”

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

ANEXO I		NCz\$ 1,00 (A PREÇOS DE FEVEREIRO DE 1990)			
CREDITO SUPLEMENTAR		PROGRAMA DE TRABALHOS			
ANEXO AO PROJETO DE LEI Nº.		RECURSOS DO TESOURO			
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL	
12000	PROCURADORIA GERAL			30.000.000	
12001	PROCURADORIA GERAL			30.000.000	
12001.03070142.121	0000				
	DEPESA DO INTERESSE PUBLICO				
	0001				
	FUNCIONAMENTO DA PROCURADORIA GERAL			30.000.000	
	NATUREZA DA DESPESA				
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			30.000.000	
13000	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO			40.000.000	
13004	REGIAO ADMINISTRATIVA II - BAHIA			4.000.000	
13004.03070212.014	0000				
	ADMINISTRACAO GOVERNAMENTAL NO BAHIA				
	0003				
	FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRACAO			4.000.000	
	NATUREZA DA DESPESA				
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			4.000.000	
13005	REGIAO ADMINISTRATIVA III - TAGUATINGA			10.000.000	
13005.03070212.016	0000				
	ADMINISTRACAO GOVERNAMENTAL EM TAGUATINGA				
	0003				
	FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRACAO			10.000.000	
	NATUREZA DA DESPESA				
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			10.000.000	
13006	REGIAO ADMINISTRATIVA IV - BRAZILANDIA			4.000.000	
13006.03070212.019	0000				
	ADMINISTRACAO GOVERNAMENTAL EM BRAZILANDIA				

ANEXO I

NCz\$ 1,00
(A PREÇOS DE FEVEREIRO DE 1990)

CREDITO SUPLEMENTAR		PROGRAMA DE TRABALHO		
ANEXO AO PROJETO DE LEI No.		RECURSOS DO TESOURO		
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	0008 FUNCONAMENTO DA ADMINISTRACAO		4.000.000	
	NATUREZA DA DESPESA PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		4.000.000	
13007	REGIAO ADMINISTRATIVA V - SOBRADINHO			4.000.000
13007.03070212.021	0000 ADMINISTRACAO GOVERNAMENTAL EM SOBRADINHO			
	0010 FUNCONAMENTO DA ADMINISTRACAO		4.000.000	
	NATUREZA DA DESPESA PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		4.000.000	
13008	REGIAO ADMINISTRATIVA VI - PLANALTINA			4.000.000
13008.03070212.023	0000 ADMINISTRACAO GOVERNAMENTAL EM PLANALTINA			
	0012 FUNCONAMENTO DA ADMINISTRACAO		4.000.000	
	NATUREZA DA DESPESA PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		4.000.000	
13010	REGIAO ADMINISTRATIVA VIII - NUCLEO BANDEIRANTE			5.000.000
13010.03070212.012	0000 ADMINISTRACAO GOVERNAMENTAL NO NUCLEO BANDEIRANTE			
	0001 FUNCONAMENTO DA ADMINISTRACAO		5.000.000	
	NATUREZA DA DESPESA PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		5.000.000	

ANEXO I

NCz\$ 1,00
(A PRECIS DE FEVEREIRO DE 1990)

CREDITO SUPLEMENTAR		PROGRAMA DE TRABALHO		
ANEXO AO PROJETO DE LEI No.		RECURSOS DO TESOURO		
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
13011	REGIAO ADMINISTRATIVA IX - CEILANDIA			4.000.000
13011.03070212.017	0000 ADMINISTRACAO GOVERNAMENTAL EM CEILANDIA			
	0016 FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRACAO		4.000.000	
	NATUREZA DA DESPESA PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		4.000.000	
13012	REGIAO ADMINISTRATIVA X - GUARA			5.000.000
13012.03070212.025	0000 ADMINISTRACAO GOVERNAMENTAL NO GUARA			
	0014 FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRACAO		5.000.000	
	NATUREZA DA DESPESA PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		5.000.000	
14000	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO			130.000.000
14001	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO			130.000.000
14001.03070212.028	0000 DIRECAO E COORDENACAO DOS SISTEMAS ADMINISTRATIVOS			
	0001 FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO		20.000.000	
	NATUREZA DA DESPESA OUTRAS DESPESAS CORRENTES		20.000.000	
14001.15824952.030	0000 ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS			
	0003 PAGAMENTO DE INATIVOS		100.000.000	
	NATUREZA DA DESPESA PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		100.000.000	

ANEXO I

NCz\$ 1,00
(A PRECISO DE FEVEREIRO DE 1990)

CREDITO SUPLENENTAR		PROGRAMA DE TRABALHO		
ANEXO AO PROJETO DE LEI No.		RECURSOS DO TESOURO		
COOIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	0004 PAGAMENTO DE PENSIONISTAS		10.000.000	
	NATUREZA DA DESPESA PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		10.000.000	
18000	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL			20.000.000
18002	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - ENTIDADES SUPERVISIONADAS			20.000.000
18002.15810212.847	0000 EXECUCAO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL			
	0001 FUNCIONAMENTO DA FUNDACAO DO SERVICO SOCIAL		12.000.000	
	NATUREZA DA DESPESA OUTRAS DESPESAS CORRENTES		12.000.000	
18002.15814862.976	0000 ASSENTAMENTO DA POPULACAO DE BAIXA RENDA			
	0001 ASSENTAMENTO DA POPULACAO DE BAIXA RENDA		8.000.000	
	NATUREZA DA DESPESA OUTRAS DESPESAS CORRENTES		8.000.000	
48001	FUNDACAO DO SERVICO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL			20.000.000
48001.15810212.047	0000 EXECUCAO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL			
	0001 FUNCIONAMENTO DA FUNDACAO DO SERVICO SOCIAL		12.000.000	
	NATUREZA DA DESPESA OUTRAS DESPESAS CORRENTES		12.000.000	
48001.15814862.176	0000 ASSENTAMENTO DA POPULACAO DE BAIXA RENDA			

ANEXO I

NCz\$ 1,00
(A PREÇOS DE FEVEREIRO DE 1990)

CREDITO SUPLEMENTAR		PROGRAMA DE TRABALHO		
ANEXO AO PROJETO DE LEI No.		RECURSOS DO TESOURO		
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	0001			
	ASSENTAMENTO DA POPULACAO DE BAIXA RENDA		8.000.000	
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		8.000.000	
19000	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO			55.000.000
19001	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO			5.000.000
	0000			
	DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES VIARIAS, IMOBILIARIAS			
	DE ARQUITETURA E URBANISMO E DE EDIFICACOES			
	0001			
	FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO		5.000.000	
	NATUREZA DA DESPESA			
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		5.000.000	
19002	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS			20.000.000
19002.10070212.850	0000			
	EXECUCAO DE OBRAS E SERVICOS DE URBANIZACAO		20.000.000	
	0001			
	FUNCIONAMENTO DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO			
	BRASIL			
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		20.000.000	
19003	SERVICO AUTONOMO DE LIMPEZA URBANA			30.000.000
19003.10060212.054	0000			
	EXECUCAO DAS ATIVIDADES DE COLETA E LIXO E LIMPEZA DE			
	VIAS E LOGRADOUROS PUBLICOS			
	0001			
	FUNCIONAMENTO DO SERVICO AUTONOMO DE LIMPEZA URBANA		30.000.000	

ANEXO I

NCz\$ 1,00
(A PREÇOS DE FEVEREIRO DE 1990)

CREDITO SUPLEMENTAR		PROGRAMA DE TRABALHO		
ANEXO AO PROJETO DE LEI No.		RECURSOS DO TESOURO		
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	NATUREZA DA DESPESA OUTRAS DESPESAS CORRENTES		30.000.000	
49001	COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL			20.000.000
49001.10070212.050	0000 EXECUCAO DE OBRAS E SERVICOS DE URBANIZACAO		20.000.000	
	0001 FUNCIONAMENTO DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL			
	NATUREZA DA DESPESA OUTRAS DESPESAS CORRENTES		20.000.000	
20000	SECRETARIA DE TRANSPORTES			130.000.000
20001	SECRETARIA DE TRANSPORTES			130.000.000
20001.03070212.134	0000 SUBSIDIO AO TRANSPORTE COLETIVO DO DISTRITO FEDERAL			
	0001 SUBSIDIO AO TRANSPORTE COLETIVO		100.000.000	
	NATUREZA DA DESPESA OUTRAS DESPESAS CORRENTES		100.000.000	
20001.03070212.150	0000 MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE CAIXA UNICO E INFORMACOES DE TRANSPORTES URBANOS			
	0001 SISTEMA DE CAIXA UNICO		20.000.000	
	NATUREZA DA DESPESA OUTRAS DESPESAS CORRENTES		20.000.000	
	0002 SISTEMA DE INFORMACOES		10.000.000	
	NATUREZA DA DESPESA OUTRAS DESPESAS CORRENTES		10.000.000	

ANEXO I

 NCz\$ 1,00
 (A PREÇOS DE FEVEREIRO DE 1990)

CREDITO SUPLEMENTAR		PROGRAMA DE TRABALHO		
ANEXO AO PROJETO DE LEI No.		RECURSOS DO TESOURO		
COOIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
24000	SECRETARIA DA INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO			5.000.000
24001	SECRETARIA DA INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO			5.000.000
24001.11070212.132	0000			
	COORDENACAO E APOIO A INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO			
	0001			
	FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DA INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO		5.000.000	
	NATUREZA DA DESPESA			
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		5.000.000	
39000	RESERVA DE CONTINGENCIA			20.000.000
39000	RESERVA DE CONTINGENCIA			20.000.000
39000.99999999.999	0000			
	RESERVA DE CONTINGENCIA			20.000.000
	9999			
	RESERVA DE CONTINGENCIA			20.000.000
TOTAL			430.000.000	430.000.000

NOTA: UNIDADE(S) TRANSFERIDORA(S) NAO CONSTA(M) DO TOTAL DESTA ANEXO

ANEXO II

 NCZ\$ 1,00
 (A PREÇOS DE FEVEREIRO DE 1990)

SUPLEMENTACAO		PROGRAMA DE TRABALHO			
15000 SECRETARIA DA FAZENDA					
15901 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL - FUNDEF					RECURSOS DO TESOURO
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL	
15901.03080351.044	0000 AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS DO GDF			42.430.000	
	0001 SUBSCRICAO DE CAPITAL DE EMPRESAS DO GDF	42.430.000			
	NATUREZA DA DESPESA INVESTIMENTOS	42.430.000			
15901.06381791.046	0000 OBRAS E EQUIPAMENTOS DO SISTEMA DE SEGURANCA PUBLICA			15.000.000	
	0002 OBRAS E AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS PARA A PMDF	15.000.000			
	NATUREZA DA DESPESA INVESTIMENTOS	15.000.000			
15901.08421881.047	0000 OBRAS E EQUIPAMENTOS DO SISTEMA DE EDUCACAO - ENSINO FUNDAMENTAL			17.720.000	
	0001 OBRAS E AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	17.720.000			
	NATUREZA DA DESPESA INVESTIMENTOS	17.720.000			
15901.13764481.048	0000 OBRAS E EQUIPAMENTOS DO SISTEMA DE SANEAMENTO BASICO			5.000.000	
	0001 EXECUCAO DE OBRAS E AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS PARA O SISTEMA DE SANEAMENTO BASICO	5.000.000			
	NATUREZA DA DESPESA INVESTIMENTOS	5.000.000			
TOTAL		80.150.000		80.150.000	

8

ANEXO III

NCz\$ 1,00
(A PREÇOS DE FEVEREIRO DE 1990)

CREDITO SUPLEMENTAR		PROGRAMA DE TRABALHO		ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	
49000 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO				RECURSOS DE TODAS AS FONTES	
49002 COMPANHIA DE AGUA E ESGOTOS DE BRASILIA - CAESB					
COOIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL	
49002.13764475.059	0000 SISTEMAS PRODUTORES DAS CIDADES SATELITES			699.325.000	
	0001 SISTEMAS PRODUTORES DAS CIDADES SATELITES				
	NATUREZA DA DESPESA INVESTIMENTOS	699.325.000			
49002.13764475.061	0000 SISTEMAS DISTRIBUIDORES DAS CIDADES SATELITES			512.347.000	
	0001 MELHORIA NAS REDES DE DISTRIBUICAO				
	NATUREZA DA DESPESA INVESTIMENTOS	512.347.000			
49002.13764475.117	0000 PROGRAMA DE CONTROLE OPERACIONAL			185.918.000	
	0001 PROGRAMA DE CONTROLE OPERACIONAL				
	NATUREZA DA DESPESA INVESTIMENTOS	185.918.000			
49002.13764485.145	0000 AMPLIACAO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA E TRATAMENTO SANITARIO NO DISTRITO FEDERAL			2.176.260.000	
	0001 INPLANTACAO E AMPLIACAO DE REDES				
	NATUREZA DA DESPESA INVESTIMENTOS	2.176.260.000			
49002.13764495.066	0000 SISTEMAS DE TRATAMENTO E DISPOSICAO FINAL DAS CIDADES SATELITES			3.956.000	
	0001 MELHORIA DO TRATAMENTO DE ESGOTOS				
	NATUREZA DA DESPESA INVESTIMENTOS	3.956.000			
TOTAL		3.577.806.000		3.577.806.000	

ANEXO III

NCz\$ 1,00
(A PREÇOS DE FEVEREIRO DE 1990)

CREDITO SUPLEMENTAR		PROGRAMA DE TRABALHO		ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	
49000 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO				RECURSOS DE TODAS AS FONTES	
49003 COMPANHIA IMOBILIARIA DE BRASILIA - TERRACAP					
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL	
49003.10583235.007	10000			499.000.000	
	EXECUCAO DE OBRAS E SERVICOS DE INFRA-ESTRUTURA EM NOVOS LOTEAMENTOS E AMPLIACOES				
	10001				
	EXECUCAO DE OBRAS E SERVICOS DE INFRA-ESTRUTURA EM NOVOS LOTEAMENTOS E AMPLIACOES				
	NATUREZA DA DESPESA				
	INVESTIMENTOS	499.000.000			
TOTAL		499.000.000		499.000.000	

ANEXO IV

NCz3 1,00
(A PREÇOS DE FEVEREIRO DE 1970)

CREDITO ESPECIAL		PROGRAMA DE TRABALHO		
ANEXO AO PROJETO DE LEI Nº		RECURSOS DE TODAS AS FONTES		
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
46000	SECRETARIA DE EDUCACAO			249.300.000
46001	FUNDACAO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL			249.300.000
46001.08421881.074	0000			
	CONSTRUCAO E ADAPTACAO DE PREDIOS ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL			
	CONSTRUCAO DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL			
	NATUREZA DA DESPESA INVESTIMENTOS	167.300.000		
	0001			
	CONSTRUCAO E ADAPTACAO DE PREDIOS ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL			
	NATUREZA DA DESPESA INVESTIMENTOS	167.300.000		
46001.08431991.079	0000			
	CONSTRUCAO E ADAPTACAO DE PREDIOS ESCOLARES DO ENSINO MEDIO			
	CONSTRUCAO DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO MEDIO			
	NATUREZA DA DESPESA INVESTIMENTOS	82.000.000		
	0001			
	CONSTRUCAO E ADAPTACAO DE PREDIOS ESCOLARES DO ENSINO MEDIO			
	NATUREZA DA DESPESA INVESTIMENTOS	82.000.000		
47000	SECRETARIA DE SAUDE			27.570.000
47001	FUNDACAO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL			27.570.000
47001.13754285.137	0000			
	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E EQUIPAMENTO DE POSTOS DE SAUDE			
	CONSTRUCAO E EQUIPAMENTO DE POSTOS DE SAUDE PARA ATENDIMENTO MEDICO HOSPITALAR DAS ZONAS URBANA E RURAL			
	NATUREZA DA DESPESA INVESTIMENTOS	27.570.000		

ANEXO IV

NC25 1,00
(A PREÇOS DE FEVEREIRO DE 1990)

CREDITO ESPECIAL		PROGRAMA DE TRABALHO		
ANEXO AO PROJETO DE LEI Nº		RECURSOS DE TODAS AS FONTES		
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	0001			
	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E EQUIPAMENTO DE POSTOS DE SAUDE			
	NATUREZA DA DESPESA			
	INVESTIMENTOS	27.570.000		
48000	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL			21.000.000
48001	FUNDACAO DO SERVICO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL			21.000.000
48001.15814875.042	0000			
	EXECUCAO DE OBRAS E AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS			
	PROPICIAR A FUNDACAO DO SERVICO SOCIAL A EXECUCAO DE OBRAS			
	E AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS PARA MELHORAR AS CONDICAOES DE			
	ATENDIMENTO DAS UNIDADES ASSISTENCIAIS			
	NATUREZA DA DESPESA			
	INVESTIMENTOS	21.000.000		
	0001			
	EXECUCAO DE OBRAS E AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS			
	NATUREZA DA DESPESA			
	INVESTIMENTOS	21.000.000		
52000	SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA			4.175.000
52001	DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL			4.175.000
52001.16915735.141	0000			
	CONSTRUCAO, REFORMA E ADAPTACAO DE PREDIOS			
	PROPICIAR A EXECUCAO DE OBRAS NOS PROPRIOS DA ENTIDADE DE			
	MODO A MELHORAR AS CONDICAOES DE TRABALHO PERMITINDO, DESTA			
	FORMA, ATENDER CONDIGNAMENTE A POPULACAO USUARIA DE SEUS			
	SERVICOS			
	NATUREZA DA DESPESA			
	INVESTIMENTOS	4.175.000		

ANEXO IV					NCz\$ 1,00 (A PREÇOS DE FEVEREIRO DE 1990)	
CREDITO ESPECIAL		PROGRAMA DE TRABALHO				
ANEXO AO PROJETO DE LEI Nº					RECURSOS DE TODAS AS FONTES	
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL		
	0001 REFORMAS E BENFEITORIAS DOS PREDIOS DO DETRAN					
	NATUREZA DA DESPESA INVESTIMENTOS	4.175.000				
	TOTAL	302.045.000		302.045.000		

ANEXO V					NCz\$ 1,00 (A PREÇOS DE FEVEREIRO DE 1990)	
CREDITO ESPECIAL		PROGRAMA DE TRABALHO				
15000 SECRETARIA DA FAZENDA					RECURSOS DO TESOURO	
15901 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL - FUNDEF						
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL		
15901.15814875.136	0000 OBRAS E EQUIPAMENTOS DO SISTEMA DE ASSISTENCIA COMUNITARIA			21.000.000		
	PROPICIAR A EXECUCAO DE OBRAS E AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS PARA MELHORAR AS CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO DAS UNIDADES ASSISTENCIAIS.					
	NATUREZA DA DESPESA INVESTIMENTOS	21.000.000				
	0001 EXECUCAO DE OBRAS E AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS PARA O SISTEMA DE ASSISTENCIA COMUNITARIA					
	NATUREZA DA DESPESA INVESTIMENTOS	21.000.000				
	TOTAL	21.000.000		21.000.000		

ANEXO VI

NCZS 1.00

“(A PREÇOS DE FEVEREIRO DE 1990)

CREDITO ESPECIAL		PROGRAMA DE TRABALHO		ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	
49000 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO					
49002 COMPANHIA DE AGUA E ESGOTOS DE BRASILIA - CAESB				RECURSOS DE TODAS AS FONTES	
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL	
49002.13764485.196	0000 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS EMPRESARIAIS			217.873.000	
	MELHORIA DOS SISTEMAS EMPRESARIAIS E AMPLIACAO DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS				
	0001 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS EMPRESARIAIS				
	NATUREZA DA DESPESA INVESTIMENTOS	217.873.000			
49002.13764495.864	0000 SISTEMAS COLETORES DAS CIDADES SATELITES			60.084.000	
	MELHORIA DO SISTEMA COLETOR DE ESGOTOS SANITARIOS				
	0001 SISTEMAS COLETORES DAS CIDADES SATELITES				
	NATUREZA DA DESPESA INVESTIMENTOS	60.084.000			
TOTAL		277.957.000		277.957.000	

ANEXO VII

 NC25 1,00
 (A PREÇOS DE FEVEREIRO DE 1990)

CANCELAMENTO		PROGRAMA DE TRABALHO		
ANEXO AO PROJETO DE LEI Nº.		RECURSOS DO TESOURO		
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
13000	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO			40.000.000
13001	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO			40.000.000
13001.03070211.005	0000			
	ENCARGOS DE REGIONALIZACAO			
	0001			
	ENCARGOS DE REGIONALIZACAO	40.000.000		
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	40.000.000		
14000	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO			58.744.000
14001	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO			58.744.000
14001.03070212.028	0000			
	DIRECAO E COORDENACAO DOS SISTEMAS ADMINISTRATIVOS			
	0003			
	MANUTENCAO DE PROPRIOS		25.000.000	
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		25.000.000	
14001.03070252.087	0000			
	CONSERVACAO DE PREDIOS E PROPRIOS DO PODER PUBLICO			
	0001			
	CONSERVACAO E MANUTENCAO DOS PREDIOS E PROPRIOS DO PODER PUBLICO		33.744.000	
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		33.744.000	
15000	SECRETARIA DA FAZENDA			61.256.000
15001	SECRETARIA DA FAZENDA			61.256.000
15001.07090311.068	0000			
	FINANCIAMENTO A PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO			
	0001			
	FINANCIAMENTO A PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO	61.256.000		
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	61.256.000		
TOTAL		161.256.000	58.744.000	160.000.000

ANEXO VIII

 NC25 1,00
 (A PREÇOS DE FEVEREIRO DE 1990)

CANCELAMENTO		PROGRAMA DE TRABALHO		
ANEXO AO PROJETO DE LEI No.		RECURSOS DE TODAS AS FONTES		
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
52000	SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA			4.175.000
52001	DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL - DETRAN			4.175.000
52001.16915732.063	0000			
	COORDENACAO DAS ATIVIDADES DO DETRAN			
	0001			
	FUNCIONAMENTO DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO		4.175.000	
	NATUREZA DA DESPESA			
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		4.175.000	
TOTAL			4.175.000	4.175.000

ANEXO IX

 NCZ 1,00
 (A PRECIS DE FEVEREIRO DE 1990)

CANCELAMENTO		PROGRAMA DE TRABALHO		
15000 SECRETARIA DA FAZENDA				
15901 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL - FUNDEF		RECURSOS DO TESOURO		
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
15901.03070211.041	0000			35.878.000
	0000 OBRAS E REEQUIPAMENTOS DE ORGaos DO GDF			
	0001 EXECUCAO DE OBRAS E REEQUIPAMENTO DE ORGaos DO GDF	35.878.000		
	NATUREZA DA DESPESA			
	INVESTIMENTOS	35.878.000		
15901.03070211.042	0000			280.000
	0000 OBRAS DE MELHORAMENTOS NO PLANO PILOTO E CIDADES SATELITES			
	0001 OBRAS DE MELHORAMENTOS NO PLANO PILOTO E CIDADES SATELITES	280.000		
	NATUREZA DA DESPESA			
	INVESTIMENTOS	280.000		
15901.03070251.043	0000			4.732.000
	0000 OBRAS DE CONSTRUCAO DE PARQUES E SERVICOS ADMINISTRATIVOS			
	0001 CONSTRUCAO DE PARQUES E SERVICOS ADMINISTRATIVOS NAS CIDADES SATELITES	4.732.000		
	NATUREZA DA DESPESA			
	INVESTIMENTOS	4.732.000		
15901.03080311.078	0000			10.934.000
	0000 APLICACAO COM RETORNO			
	0001 APOIO AO SETOR PRODUTIVO	10.934.000		
	NATUREZA DA DESPESA			
	INVESTIMENTOS	10.934.000		
15901.03100541.045	0000			12.000.000
	0000 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO			
	0001 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO	12.000.000		
	NATUREZA DA DESPESA			
	INVESTIMENTOS	12.000.000		

ANEXO IX		NCz\$ 1,00 (A PRECIS DE FEVEREIRO DE 1990)		
CANCELAMENTO		PROGRAMA DE TRABALHO		
15000 SECRETARIA DA FAZENDA				
15901 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL - FUNDEF		RECURSOS DO TESOURO		
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
15901.04130211.029	0000 OBRAS E EQUIPAMENTOS DO SISTEMA DE APOIO AS ATIVIDADES PRODUTIVAS			3.500.000
	0001 EXECUCAO DE OBRAS E AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS PARA O SISTEMA AGRICOLA	3.500.000		
	NATUREZA DA DESPESA INVESTIMENTOS	3.500.000		
15901.04171061.030	0000 OBRAS NOS JARDINS BOTANICO E ZOOLOGICO DE BRASILIA			462.000
	0001 EXECUCAO DE OBRAS NO JARDIM BOTANICO	231.000		
	NATUREZA DA DESPESA INVESTIMENTOS	231.000		
	0002 EXECUCAO DE OBRAS NO JARDIM ZOOLOGICO	231.000		
	NATUREZA DA DESPESA INVESTIMENTOS	231.000		
15901.08431991.049	0000 OBRAS E EQUIPAMENTOS DO SISTEMA DE EDUCACAO			220.000
	0001 OBRAS E AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS PARA O ENSINO MEDIO	220.000		
	NATUREZA DA DESPESA INVESTIMENTOS	220.000		
15901.08462281.033	0000 OBRAS DE CONSTRUCAO DE PARQUES RECREATIVOS E DESPORTIVOS			151.000
	0001 CONSTRUCAO DE PARQUES RECREATIVOS E DESPORTIVOS NAS CIDADES SATELITES	151.000		
	NATUREZA DA DESPESA INVESTIMENTOS	151.000		

ANEXO IX

NCZ\$ 1,00
(A PREÇOS DE FEVEREIRO DE 1990)

CANCELAMENTO		PROGRAMA DE TRABALHO		
15000 SECRETARIA DA FAZENDA				
15901 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL - FUNDEF		RECURSOS DO TESOURO		
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
15901.08482471.040	0000 OBRAS E EQUIPAMENTOS DO SISTEMA CULTURAL			19.656.000
	0001 EXECUCAO DE OBRAS E AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS PARA O SISTEMA CULTURAL	19.656.000		
	NATUREZA DA DESPESA INVESTIMENTOS	19.656.000		
15901.10585751.067	0000 OBRAS DE URBANIZACAO			423.000
	0001 URBANIZACAO DO PLANO PILOTO E CIDADES SATELITES	423.000		
	NATUREZA DA DESPESA INVESTIMENTOS	423.000		
15901.10603261.035	0000 OBRAS DE MELHORIA DOS SERVICOS FUNERARIOS			35.573.000
	0001 OBRAS DE MELHORIA DOS SERVICOS FUNERARIOS	35.573.000		
	NATUREZA DA DESPESA INVESTIMENTOS	35.573.000		
15901.10603271.036	0000 OBRAS DE AMPLIACAO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA			76.000
	0001 AMPLIACAO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA NO PLANO PILOTO E CIDADES SATELITES	76.000		
	NATUREZA DA DESPESA INVESTIMENTOS	76.000		
15901.13763251.026	0000 OBRAS E EQUIPAMENTOS DO SISTEMA DE SANEAMENTO BASICO			31.500.000
	0001 EXECUCAO DE OBRAS E AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS PARA O SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE LIXO	31.500.000		
	NATUREZA DA DESPESA INVESTIMENTOS	31.500.000		

ANEXO IX

NCz\$ 1,00
(A PREÇOS DE FEVEREIRO DE 1990)

CANCELAMENTO		PROGRAMA DE TRABALHO			
15000 SECRETARIA DA FAZENDA					
15901 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL - FUNDEF					RECURSOS DO TESOURO
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL	
15901.16885341.031	0000				
	OBRAS DE CONSTRUCAO DE ESTRADAS VICINAIS NAS CIDADES SATELITES				7.021.000
	0001				
	CONSTRUCAO DE ESTRADAS VICINAIS NAS CIDADES SATELITES	7.021.000			
	NATUREZA DA DESPESA				
	INVESTIMENTOS	7.021.000			
TOTAL		162.406.000			162.406.000

ANEXO X

NCZ\$ 1,00
(A PREÇOS DE FEVEREIRO DE 1990)

CANCELAMENTO		PROGRAMA DE TRABALHO		ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	
49000 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO		49002 COMPANHIA DE AGUA E ESGOTOS DE BRASILIA - CAESB		RECURSOS DE TODAS AS FONTES	
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL	
49002.13760215.056	0000 OBRAS CIVIS DA CAESB			14.000.000	
	0001 OBRAS CIVIS DA CAESB				
	NATUREZA DA DESPESA INVESTIMENTOS	14.000.000			
49002.13764475.058	0000 SISTEMA PRDUTOR DE BRASILIA E AREAS ADJACENTES			254.850.000	
	0001 SISTEMA PRODUTOR DE BRASILIA E AREAS ADJACENTES				
	NATUREZA DA DESPESA INVESTIMENTOS	254.850.000			
49002.13764475.060	0000 SISTEMA DISTRIBUIDOR DE BRASILIA E AREAS ADJACENTES			38.685.000	
	0001 MELHORIA NAS REDES DE DISTRIBUICAO DE BRASILIA E AREAS ADJACENTES				
	NATUREZA DA DESPESA INVESTIMENTOS	38.685.000			
49002.13764485.031	0000 MELHORIA DO SISTEMA DE AGUA E TRATAMENTO SANITARIO DO DF			46.760.000	
	0001 MELHORIA DAS REDES DE AGUA				
	NATUREZA DA DESPESA INVESTIMENTOS	23.380.000			
	0002 MELHORIA DAS REDES DE ESGOTOS				
	NATUREZA DA DESPESA INVESTIMENTOS	23.380.000			

ANEXO X

NCz\$ 1,00
(A PREÇOS DE FEVEREIRO DE 1990)

CANCELAMENTO		PROGRAMA DE TRABALHO		ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	
49000 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO		49002 COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA - CAESB		RECURSOS DE TODAS AS FONTES	
CDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL	
49002.13764495.063	0000 SISTEMA COLETOR DE BRASÍLIA E ÁREAS ADJACENTES			426.994.000	
	0001 MELHORIA DOS ESGOTOS SANITÁRIOS				
	NATUREZA DA DESPESA INVESTIMENTOS	170.700.000			
0002	0002 REMANEJAMENTO DE REDES				
	NATUREZA DA DESPESA INVESTIMENTOS	240.294.000			
TOTAL		781.297.000		781.297.000	

(À Comissão do Distrito Federal.)

PARECER

PARECER Nº 2, DE 1990

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Ofício "S" nº 4, de 1989, (Ofício nº 3 — P/MC de 28-2-89, na origem), do senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando ao Senado Federal, cópias das notas taquigráficas e do acórdão proferido nos autos da Execução nº 342-3/DF, pelo qual foi "declarada incidentalmente a inconstitucionalidade da dedução de 0,5% prevista no art. 8º do Decreto nº 68.419, de 25-3-71".

Relator: Senador Aluizio Bezerra

Comunica o Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, através do Ofício "S" nº 4 de 1989, ao Senado Federal, que aquela Corte, em acórdão proferido no dia 19 de novembro de 1987, e publicado no Diário da Justiça de 17 de junho de 1988, tendo transitado em julgado, conheceu da Ação Cível Originária nº 342-3, que teve como autores os Estados do Paraná e do Pará, declarando a inconstitucionalidade do art. 8º do Decreto nº 68.419, de 25-3-71.

O expediente do Supremo Tribunal Federal observa o disposto no artigo 411 do Regimento Interno do Senado Federal, contendo em anexo o texto da legislação impugnada, do acórdão proferido e das notas taquigráficas da sessão em que ocorreu o julgamento.

A Constituição Federal, no seu artigo 52, item X, confere ao Senado Federal a atribuição privativa de decretar a suspensão total ou parcial de leis julgadas inconstitucionais por decisão, transitada em julgado, do Supremo Tribunal Federal.

Trata-se aqui, de eliminar do nosso sistema jurídico aquelas leis que porventura se choquem com os dispositivos de nossa Carta Magna.

Assim de acordo com o referido acórdão do Supremo Tribunal Federal, a dedução de 5% prevista no art. 8º do Decreto nº 68.419 de 25-3-71, refere-se ao produto do imposto único sobre energia elétrica, previsto na Constituição Federal de 1969 em seu art. 26, nº II, que dispõe que sessenta por cento do produto da arrecadação desse imposto será distribuído aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e Territórios. O parágrafo 1º do mesmo artigo acrescenta que "a distribuição será feita nos termos da lei federal que poderá dispor sobre a forma e os fins de aplicação dos recursos distribuídos..."

Cabe lembrar aqui que o texto constitucional em tela é a Constituição de 1967, e sua Emenda nº 1, de 1969.

Pondera o acórdão da nossa Corte Suprema, entretanto, que:

"...a lei federal, pelo que se vê do parágrafo 1º do art. 26, só pode dispor sobre a distribuição propriamente dita

e sobre a forma e os fins de aplicação dos recursos distribuídos.

Não sobre o objeto mesmo da distribuição, constitucionalmente previsto, que há de ser sempre "sessenta por cento do produto da arrecadação."

Nenhuma dedução se autoriza no inciso II do art. 26, ou mesmo no parágrafo 1º, ainda que a título de despesas de arrecadação e fiscalização do imposto.

Até porque, como é corrente na doutrina e na jurisprudência, em princípio, ao poder que institui e arrecada o imposto é que cabem os ônus decorrentes dessa arrecadação e fiscalização.

Isto posto, oferecemos aos nossos ilustres Pares o seguinte Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1, DE 1990

Suspende, de acordo com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, em acórdão de 19 de novembro de 1987, a execução do art. 8º do Decreto nº 68.419, de 25-3-71, nos termos do que dispõe o artigo 52, inciso X, da Constituição.

Artigo único. Fica suspensa, de acordo com decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, em acórdão de 19 de novembro de 1987, publicado a 17 de junho de 1988,

a execução do art. 8º do Decreto nº 68.419, de 25-3-71, nos termos do que dispõe o artigo 52, item X, da Constituição Federal.

Sala das Comissões, 5 de dezembro de 1989. — Cid Sabóia de Carvalho, Presidente — Aluizio Bezerra, Relator — Ronaldo Aragão — Meira Filho — Wilson Martins — Mauro Benevides — Marco Maciel — Aluizio Bezerra — Francisco Rollemberg — Jutahy Magalhães — Leite Chaves — Antonio Luiz Maya.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — O expediente lido vai à publicação.

Do expediente lido, consta o Projeto de Lei do DF nº 8, de 1990. A matéria será despachada à Comissão do Distrito Federal, onde poderá receber emendas pelo prazo de 5 dias. Encaminhada ao Senado nos termos do art. 4º da Resolução nº 157, de 1988, a proposição terá tramitação urgente, devendo a Comissão do Distrito Federal emitir seu parecer no prazo máximo de 25 dias.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Foi encaminhado à publicação parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que conclui pela apresentação do Projeto de Resolução nº 1, de 1990. A matéria ficará sobre a mesa, durante 5 sessões ordinárias, para recebimento de emendas, nos termos do disposto no art. 235, II, F, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 12, DE 1990

Nos termos regimentais, requiro a retirada da Emenda nº 1, de plenário, de minha autoria, apresentada ao Projeto de Lei do Distrito Federal nº 31, de 1989, que "Dispõe sobre a alienação de imóveis residenciais funcionais do Governo do Distrito Federal e a utilização dos recursos dela oriundos na recuperação das escolas da Rede Oficial de Ensino".

Sala das Sessões, 22 de fevereiro de 1990. — Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — O requerimento lido será incluído na Ordem do Dia oportunamente. (Pausa.)

(O Sr. Nabor Júnior Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Wilson Martins.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, este plenário tem ouvido, nos últimos três dias, denúncias candentes sobre fatos ocorridos no Município acreano de Sena Madureira, envolvendo parceiros do Projeto de Assentamento "Esperança", de responsabilidade do Incra, e elementos estranhos à coletividade e sem qualquer vínculo efetivo com o grave problema.

As acusações e o libelo reiterados pelo nobre Senador Mário Maia eram, realmente, revestidos de gravidade inusitada, e não me dispus a analisá-los, também perante esta Casa, sem antes tomar ciência da verdade em torno da questão. Sim, porque assistência e amparo aos agricultores sempre foram pontos fundamentais e tratados por mim com o respeito que cobro dos companheiros, no Partido e na vida pública acreana, dignidade e responsabilidade em sua abordagem.

E é com esse senso de responsabilidade que venho esclarecer à Nação, por seus Representantes, o que realmente se passa em Sena Madureira — fatos graves, onde a violência detonada pelo radicalismo e pela cegueira partidária e ideológica tentou estabelecer um confronto que poderia, até mesmo, resultar na morte de trabalhadores!

Vamos aos fatos, Sr. Presidente, Srs. Senadores: temos uma Constituição em pleno vigor, aprovada e saudada pela Assembléia soberana eleita em 1986 e da qual fizemos parte.

A Lei Magna atribui ao Poder Judiciário a soberania maior na resolução dos impasses sociais, políticos e econômicos.

Nela, estão estabelecidos os direitos dos cidadãos e da sociedade como um todo — e não se prevê, em momento algum, ao contrário, veda-se expressamente, se usem como instrumentos de ação política a depredação, a usurpação, o cárcere privado, a destruição de bens e documentos públicos, a manipulação criminosas de pessoas simples e honestas.

O respeito que tenho pelo povo de Sena Madureira e pelos meus concidadãos em geral, repito, fez-me colher, primeiramente, as informações corretas para, só então, assomar à tribuna. Com fatos e não com versões tendenciosas.

Existe, em Sena Madureira, o Projeto Fundiário do Incra denominado "Esperança", onde foram assentados centenas de parceiros das mais diversas origens, englobando desde famílias nascidas no próprio Acre até migrantes das mais remotas regiões nacionais. E o Projeto "Esperança", a exemplo de outros anteriormente estabelecidos na Região, abriu inscrições para os parceiros interessados em créditos e financiamentos através do Proterra, cujos recursos são proporcionalmente fornecidos, em conjunto, pelo Incra e pelo BNDES e têm como pagador o Basa, por sua rede que atende aos municípios amazônicos.

Em momento algum, o Incra, o Governo do Estado e os líderes políticos da Região se omitiram no encaminhamento da questão. Nem mesmo a falta de recursos, crônica na economia nacional, agravada ainda mais no ano passado, fez esmorecer a luta constante em busca dos fundos federais para financiar os parceiros do Projeto "Esperança".

Lamentavelmente, todavia, enquanto as pessoas responsáveis se movimentam para resolver o problema, um quadro de tumultos e violências foi deflagrado no Município, com a decisiva participação de pessoas adrede ali plantadas por interesses escusos.

Os recursos foram obtidos e destacados, junto ao Governo Federal, pelo Governador Flaviano Melo, pelos representantes acreanos no Congresso Nacional, pelos representantes locais do Incra, em suma, por todos quantos estavam realmente empenhados no atendimento aos parceiros. Só não saíram mais cedo porque a movimentação, em torno da sucessão presidencial, e as dificuldades legislativas provocaram o retardamento da aprovação do competente e indispensável projeto de lei que abriu os créditos orçamentários.

Ao mesmo tempo, manipulando a boa-fé dos parceiros e até mesmo a generosa ação social da Igreja, agitadores radicalizavam e tornavam violentas as justas pretensões dos agricultores e seus familiares. O próprio Bispo Dom Moacir Grecchi, cuja atuação pastoral merece respeito e aplauso, foi obrigado a intervir, expulsando, da Comissão Pastoral da Terra, de sua Diocese, um desses agitadores insanos, o Sr. Adão Costa.

Isso não impediu, entretanto, que a vida pacata e produtiva de Sena Madureira se visse agredida pelo tumulto que atingiu seu ponto mais grave com a instalação de um acampamento de parceiros e familiares de parceiros no terreno fronteiro à representação do Incra naquele Município, nos meses de agosto e setembro de 1989. Foram 52 dias freqüentemente caóticos, que o Governo do Estado e as repartições federais envolvidas procuraram acalmar e trataram com alto espírito tolerantemente democrático.

A verdade, como sempre, apareceu no fim do ano, com a aprovação do projeto tão defendido por nós, representantes do Acre, no Congresso Nacional. As etapas posteriores sanção da lei e abertura do crédito correspondente, foram cumpridas nos meses seguintes e, há algumas semanas, o dinheiro foi entregue ao Basa para ser repassado, finalmente, aos beneficiários.

Atropelados pela realidade, os agitadores, infiltrados entre os parceiros, procuravam sempre tumultuar a situação, usando os mais condenáveis expedientes, como divulgar notícias falsas de pagamentos inexistentes. E chegaram ao extremo de patrocinar e insuflar a invasão do perímetro urbano de Sena Madureira para um novo acampamento nas calçadas do Incra — e, não satisfeitos com isso, partiram para a invasão da sede daquela repartição e destruíram parte de seus equipamentos, móveis e utensílios, além de rasgar e danificar processos de interesse dos próprios trabalhadores que encaminhavam aquela ação criminosa.

Além dos prejuízos materiais causados ao prédio, atingiram gravemente seus funcionários, chegando a seqüestrar e manter em cárcere privado a administradora do "Projeto Esperança" e alguns auxiliares.

A Direção Regional do Incra não teve, portanto, alternativa; pediu socorro à Polícia Federal, que cumpriu sua obrigação de desimpedir o prédio, libertar os funcionários seqüestrados e deter os responsáveis pela agressão. Sim, pois não se pode negar que foram

agredidos o Poder Público, as pessoas atingidas e os próprios parceiros transformados em massa de manobra do radicalismo desvairado.

Serenamente, como agiu no resgate do prédio e dos funcionários do Incra, a Polícia Federal transferiu o caso para o Poder Judiciário, que, com sua soberana e indiscutível autoridade constitucional, mantém presos seis cidadãos — cinco legítimos parceiros e aquele manifestante espúrio, profissional da agitação e do caos social, Adão Costa.

Estão todos detidos em Rio Branco, aguardando que a Justiça Federal se pronuncie sobre seus destinos, como é normal e inevitável em países democráticos.

E O Brasil, a despeito do desespero desses inconformados, é um País democrático!

De minha parte, como acreano e conhecedor profundo das dificuldades enfrentadas pelos parceiros do "Esperança" e dos demais projetos de colonização, faço votos de que a mão da Justiça não se faça pesada sobre os cinco legítimos parceiros envolvidos no processo. Embora não aprove seus métodos, sou sensível à realidade difícil e problemática que os cerca e os afeta.

E, embora todos devam responder pelos próprios erros, não pode ser esquecida uma circunstância atenuante: a de terem sido manipulados por frios e inescrupulosos agentes do caos.

O problema chegou ao seu término há alguns dias, como se previa, quando o Basa creditou os valores relativos ao Projeto "Esperança", à razão de 95 mil cruzados novos para cada parceiro, recursos que serão aplicados na melhoria das condições sociais e das estruturas de produção das respectivas glebas.

Nem mesmo esse final feliz — e que todos sabíamos iria acontecer — evitou que elementos da Cut, do PT e de organismos estranhos às reais aspirações dos parceiros, nem mesmo a entrega dos créditos inibiu os baderneiros, que tentaram tumultuar, de todas as formas, a alegria dos parceiros.

Mas, todos sabíamos também que a alma generosa e ordeira dos trabalhadores de Sena Madureira seria mais forte. E a informação que me chega foi de que os próprios parceiros se incumbiram de saudar a chegada dos emissários do Basa e de rejeitar as tentativas de prejudicar seus financiamentos.

É evidente a intenção de criar fatos políticos rendosos para uma oposição que, sinceramente, não posso aceitar.

Eu mesmo sempre militei na oposição, liderando sua bancada na Assembleia Legislativa do Estado do Acre e participando da reação nacional ao arbítrio e à ditadura. Jamais, todavia, adotei ou aceitei agressões e violências como as que hoje abordo.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, minha presença hoje, nesta tribuna, com a alta responsabilidade de esclarecer a Casa sobre os reais fatos, no episódio de Sena Madureira, reiteradamente abordado pelo nobre Senador Mário Maia. Estou certo de que S. Ex^a não deixou de ser o combativo porém

honesto oposicionista de outros tempos. E saberá, sem dúvida, reconhecer a lisura e a veracidade dos fatos que acabo de relatar aos nossos nobres Pares de outras Unidades, Membros de um Parlamento que busca, no autêntico respeito à cidadania, a redenção da Pátria que tanto sofreu nos tempos recentes da ditadura.

O Sr. Mário Maia — Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. NABOR JÚNIOR - Com muito prazer.

O Sr. Mário Maia — Nobre Senador Nabor Júnior, naturalmente V. Ex^a está trazendo à Casa a versão oficial — a versão oficial não só do Governador do nosso Estado como a do INCRA e até do Governo Federal. V. Ex^a está na posição correta de defender o seu Governo, de defender uma repartição, o INCRA presidida pela irmã do Governador. Entretanto, pergunto se V. Ex^a teve o cuidado, quando foi a Sena Madureira, de fazer levantamento dos acontecimentos, de visitar os encarcerados na Penitenciária Oliveira Conde, em Rio Branco, como fizemos. Lá, ouvimos um por um dos parceiros, e o depoimento de cada um diverge profundamente da versão que V. Ex^a está manifestando no Plenário. Naturalmente que todas essas providências foram tomadas mas V. Ex^a, no seu próprio discurso, acaba de referir que os parceiros a partir de agosto do ano passado, já estavam com 52 dias de acampamento na sede do Incra e nas suas proximidades. Portanto, não foram ações políticas, de partidos políticos ou de agitadores que levaram esses colonos a se acampar, durante 52 dias, na sede do Incra. Depois, eles resolveram chamar-nos, pois estavam próximas as eleições e não vinha a solução que desde o primeiro semestre esperavam, e o Governo procrastinou na resposta aos seus anseios. Primeiro, abriu alistamento para o crédito; após eles atenderam a todos os procedimentos da requisição do crédito, quando já esperavam a sua liberação, foram chamados — V. Ex^a deve saber disso, com seus Assessores e o Governador devem tê-lo informado — para reformular a cédula de crédito, os seus contratos, porque o Incra havia dado parecer de que havia um grande índice de pedidos para a pecuária; era do interesse dos governos Federal e Estadual que não se desse esse crédito para a pecuária. Então, deveriam eles proceder a uma reformulação dos seus contratos para fazer uma lavoura permanente. Portanto, tumultuado o processo do crédito, o Incra negou, numa segunda fase, tivesse dado parecer no sentido de haver uma grande incidência de pedidos de crédito para a pecuária; voltando atrás, propôs novamente uma reformulação dos contratos para fazer uma reavaliação dos valores. Enfim, foi procrastinado tantas vezes e os parceiros sempre esperando por uma solução. Ora, o Basa passava e dizia que a culpa era do Incra; o Incra dizia que era do Basa, o Basa dizia que era do BNDES; enfim, os parceiros, pessoas

humildes não tinham uma informação correta do que acontecia e terminaram acampando, como V. Ex^a falou, durante 52 dias; levantaram o acampamento, acreditando nas promessas da solução, dentro de poucos dias, feitas, inclusive pela Superintendência ou Diretoria do Incra. Esperaram. Passou o ano de 1989 e entrou o ano de 1990. Eles voltaram a ocupar a sede do Incra, como V. Ex^a está informado, no dia 8 de janeiro, e dialogaram. Havia uma comissão de 12 ou 13 parceiros para, através dos funcionários Drs. Lúcia e José Viter, negociar com as repartições competentes. Eles negociaram, esperaram, foram feitas várias promessas e, por fim, o povo cobrando da comissão uma solução. No dia 10 ou 12, telefonaram-me de Sena Madureira, informando que alguns que faziam parte da Comissão estavam encarcerados, como o Sr. Dimas, e declarando que a situação estava ficando caótica, que eles não tinham mais meios de conter a insatisfação daquela coletividade composta de mais de 400 colonos, já querendo tomar atitudes impensadas; saindo da atitude individual para a manifestação de um inconsciente coletivo. Na véspera, dia 16, foi feita pela Dr^a Otilia, a promessa de que iria, no dia 17 e deu o prazo até 8:00 horas — dirimir as dúvidas e resolver, por fim, os problemas. No dia seguinte, esperando as autoridades, nenhuma apareceu. A sede do Incra ficou fechada; a multidão, em frente, foi se agitando e, por volta de meio-dia ou treze horas, quando a multidão já era incontida, alguém invadiu a sede. E V. Ex^a há de convir que, nesse momento, o fenômeno é psicossocial, semelhante a um estouro de boiada como uma coletividade que está dentro de um cinema, num ambiente fechado, e alguém grita: "Fogo" Todo mundo quer sair, sem procurar janela ou porta: há tumulto, piseio porque, naquele momento, as pessoas deixam de raciocinar individualmente e passam a ter o comportamento do inconsciente coletivo. Foi o que aconteceu lá. A multidão, ao grito, à exaltação de alguns, investiu contra a sede do Incra, quebrando algumas vidraças e depredando alguns móveis, rasgando alguns papéis, como a Polícia Federal teve o cuidado de, minuciosamente, filmar e, depois, exibir, dando a sua versão. Ao mesmo tempo, como V. Ex^a deve saber foram incendiados alguns pneus velhos, no fundo do quintal. Esses fatos estão sendo arrolados, com rigor, pela Polícia Federal, como os crimes que V. Ex^a relembrou: formação de bando para cometer crimes, para manter alguém encarcerado, e depredação de prédio público. Isso tudo não foi executado por pessoas que pudessem ser identificadas. Se alguém tivesse que ser preso, seriam 400 ou 600 pessoas, e não seis "bodes expiatórios" acusados como agitadores e baderneiros. Fomos à prisão onde eles estão encarcerados como presos comuns, com assassinos, com ladrões, com traficantes de drogas na mais abjeta situação, com cuidados higiênicos precários. Aliás, fizemos uma correção na penitenciária e, lá, tudo é precário: a alimentação, a água potável, a água de banho vem de uma lagoa conta-

ses parceiros se viram numa situação constrangedora. A nossa campanha tem sido desenvolvida no sentido da concórdia. Realmente, não estamos a favor da violência, nem endossamos a violência que os parceiros fizeram porque não somos adeptos delas, nem V. Exª, nem eu. Sempre agimos, na nossa vida política, como apaziguadores, pacificadores de movimentos como este. Mas, no caso, apesar de sermos contra a violência, achamos que foi uma coisa aguda, episódica, e que a Polícia Federal, juntamente com o Governo, está dando um tratamento rigoroso demais, porque os parceiros, inclusive, estão com suas glebas para colher e não podem fazê-los. De modo que louvo a ação de V. Exª de vir mostrar o outro lado da moeda, contar a outra história, mas como todo o fato tem duas histórias, colocamos ao julgamento público e das autoridades para ver quem tem razão. Não estou sozinho. V. Exª sabe que está fazendo a defesa dos parceiros. A sociedade organizada do Acre — através da Comissão Pastoral da Terra, dos partidos políticos, entidades representativas de bairro e várias outras entidades que já citamos aqui: — depois de fazer — uma análise mais profunda e não ficar apenas na versão dos jornais, na versão oficial do Governo e das autoridades que estão fazendo o inquérito, posicionar-se a favor dos parceiros que estão encarcerados. A nossa campanha é no sentido de que eles sejam postos em liberdade para que o inquérito seja arquivado e os crimes, em que estão capitulados, desqualificados, porque, realmente, fica difícil identificar os criminosos em uma ação de coletividade praticada por mais de 400 pessoas. Eram esses esclarecimentos que gostaria de fazer, complementando os três discursos que fiz aqui, em forma de campanha, e louvar a sua vigilância de, como homem do Governo, vir procurar também limpar um pouco a face do Governo na precipitação desses fatos que, de qualquer maneira, enodoaram a paz do nosso Estado. Se formos buscar as causas profundas, V. Exª há de me dar razão em que o Governador Flaviano tem profunda culpa nesse processo, haja vista no ano passado, durante as eleições municipais para Rio Branco, S. Exª aproveitou o crédito desse dinheiro e foi pessoalmente entregá-lo aos parceiros, acompanhado dos candidatos a prefeitos e vereadores e fazendo proselitismo eleitoral com o dinheiro público. Isso foi objeto de denúncia nossa na Justiça Eleitoral, que a recebeu, abriu inquérito, ouviu várias testemunhas, e a culpa só não foi qualificada porque, no arrazoado final, se concluiu que, no momento em que o Governador fazia esse proselitismo, o candidato ainda não estava registrado como tal na Justiça Eleitoral: do contrário, talvez S. Exª o Sr. Governador tivesse entrado num processo de julgamento pela Justiça Eleitoral, que provavelmente seria um impedimento, não pelo impeachment que pedimos em virtude desse processo, mas pela própria Justiça Eleitoral. Portanto, esses fatos têm muito mais profundidade do que uma descrição simplesmente doutrinária e

burrocrática, como V. Exª acaba de fazer, para conhecimento de todos. Peço desculpas pelo alongamento do meu aparte, mas estamos discutindo problemas sociais da Amazônia ocidental, que devem ficar bem esclarecidos para julgamento de nossos Pares no Senado Federal. Muito obrigado.

O SR. NABOR JÚNIOR — Agradeço a V. Exª pelo aparte. Logo que tomei conhecimento dos pronunciamentos feitos por V. Exª na tribuna desta Casa — inclusive, o último discurso de V. Exª, na tarde de ontem, eu presidia a sessão — procurei inteirar-me desses acontecimentos para trazer, também, a versão das autoridades que tiveram participação efetiva nesse processo; telefonei para o Governador, para a Superintendente do Incra e me informei sobre esses fatos que inseri no discurso que acabei de pronunciar. Tenho a versão de V. Exª, naturalmente colhida junto aos interessados, e as pessoas que foram presas, inclusive esse cidadão Sr. Adão Costa, que é reconhecidamente um agitador profissional, tanto assim que ele foi para o Acre como funcionário da Comissão Pastoral da Terra e, pelas suas atividades deletérias, contrariando a orientação da própria Diocese dirigida por D. Moacir Crecchi, foi demitido das suas funções e ficou encetando os parceiros, a acamparem na sede do Incra. Por duas vezes, ele fez convite através da Rádio Difusora de Sena Madureira, concentrando os parceiros a irem ao Incra, receber os seus financiamentos, que, todavia, não estavam ainda definidos. Os interessados se deslocaram com muita dificuldade — V. Exª conhece a região onde está localizado o projeto, que não possui estrada trafegável durante grande parte do ano — esse cidadão fez com que os parceiros se abalassem do projeto, com suas famílias, e fossem receber o financiamento inexistente. Ele fez a mesma coisa por uma segunda vez, quando, inclusive, os parceiros estiveram acampados, durante 9 dias, na sede do Incra. Quer dizer, ele provocou tudo isso, aproveitando-se do que todos sabemos, que os parceiros são pessoas humildes, bem-intencionadas, pleiteando esse crédito para melhorar suas lavouras, a condição de vida de suas famílias, fiados em que crédito semelhante já havia sido anteriormente concedido a parceiros de outros projetos.

Houve realmente a atuação inescrupulosa desse cidadão, que deve responder perante a Justiça por seus atos, induzindo parceiros do Projeto Esperança às violências que são reconhecidas por V. Exª chegaram a virar um carro e a incendiar uma geladeira do Incra, a danificar máquinas de escrever, máquina de calcular da repartição e mantiveram em cárcere privado a administradora do projeto e um auxiliar, durante oito horas.

Isso não podia continuar!

A autoridade tinha que se fazer sentir, fazer-se presente para manter a ordem. E foi o que fez a direção do Incra solicitou à Polícia Federal que deslocasse o seu pessoal para coibir os abusos. E friso a V. Exª que o povo

de Sena Madureira estava tão revoltado com esses acontecimentos que, no momento em que a Polícia Federal chegou no aeroporto de Sena Madureira, toda a população foi até lá para aplaudir sua atuação, que pôs cobro à situação insustentável. Permito-me repetir que, durante cinquenta e dois dias, os colonos estiveram acampados lá, instigados por esse agitador reconhecidamente contumaz.

E por que a concessão do financiamento tardou? Sabemos que foi em decorrência da falta de recursos do Incra que no ano passado chegou a ser extinto. Revigorado, sofreu uma série de retardos, ficou sem direção durante muito tempo e sem crédito para as despesas mínimas de manutenção. O Presidente da República, afinal, encaminhou ao Congresso pedido de suplementação de crédito para que o Incra pudesse continuar concedendo financiamentos. E o BNDES foi suprido dos necessários recursos que, por sua vez, repassou ao Basa, intermediário final do pagamento de 95 mil cruzados novos a cada um desses parceiros. Eles estão satisfeitos.

E digo mais a V. Exª: no dia da entrega dos financiamentos sem Sena Madureira, há 10 ou 12 dias, os militantes do PT, CUT e de outros partidos de esquerda foram a Sena Madureira para marcar presença no acontecimento — mas os parceiros não aceitaram essa participação, pedindo-lhes que se retirassem e vaiando-os. V. Exª, assim, pode verificar que os próprios parceiros estão repudiando a participação desses elementos.

O Sr. Mário Maia — Permite V. Exª um esclarecimento sobre um trecho ao qual V. Exª fez referência? Os parceiros ficaram 52 dias acampados, sob o comando do Sr. de nome Adão...

O SR. NABOR JÚNIOR — Não só do Adão, mas também dos outros membros da Comissão, que também estão presos, juntamente com o Sr. Adão.

O Sr. Mário Maia — Então, há um certo exagero nas informações que os assessores do Governo deram a V. Exª Neste sentido temos informação de que o Incra reconheceu a legitimidade do acampamento reivindicatório durante 52 dias, e manteve a Drª Otília, que é a Superintendente ou Diretora do Incra, que foi lá, conversou com os parceiros e deixou como interlocutores os funcionários e essa comissão. E a prova do reconhecimento da legitimidade e que não estava sendo comandada por agitadores é que o próprio Incra acedeu, combinou com eles mantê-los nesse acampamento dando-lhes alimento, café, almoço e janta. De modo que, nesse caso, seria uma convivência do Incra com esse agitador, Adão, de manter os parceiros acampados, sustentando-os com alimento, facilitando inclusive com colchões para dormir, dando uma assistência louvável, social, àqueles parceiros mulheres, crianças, durante 52 dias. De modo que acho que pode haver pessoas no meio querendo tirar proveito, mas na realidade a ação foi uma explosão de impaciência, devido à morosidade com que os proble-

mas foram tratados pelas autoridades competentes, nobre Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR — Muito obrigado a V. Ex^a.

Sr. Presidente encerrando a minha participação na tribuna neste dia aqui, no Senado Federal, quero reafirmar, mais uma vez, a disposição e o interesse permanentes na solução pacífica desse problema. Espero e confio num julgamento sereno por parte da Justiça Federal do meu Estado. Preocupo-me, particularmente, em relação aos 5 parceiros, que devem ter sido induzidos ao cometimento dessas infrações e merecem, de parte da Justiça, melhor acolhimento. Que lhes permita se reintegrar ao trabalho e no convívio de suas famílias no Projeto Redenção, no Município de Sena Madureira, no Estado do Acre. (Muito bem!)

(Durante o discurso do Sr. Nabor Júnior, o Sr. Wilson Martins, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nelson Carneiro, Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Wilson Martins.

O SR. WILSON MARTINS (PSDB — MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, encaminhei a V. Ex^a Sr. Presidente, e foi lido pelo Sr. 1º-Secretário da Mesa, um breve requerimento, no qual eu anunciava o meu desligamento do PMDB e o meu ingresso no Partido da Social Democracia.

Na verdade, Sr. Presidente, sempre fui um social-democrata, desde os albos da minha vida pública. Já no ano de 1945, quando ingressei na vida pública, filiei-me à UDN, para combater a ditadura de Getúlio Vargas.

Na Câmara dos Deputados, onde tive a honra de contar com a companhia excelsa de V. Ex^a, inclusive fomos colegas na Comissão de Constituição e Justiça por longo tempo, tão logo ali tomei posse, formamos a Bossa Nova, que, hoje, já está esquecida, mas que naquele tempo representava um grande avanço dentro do Partido em que militava, a União Democrática Nacional. Fazia parte também da Bossa Nova o Excelentíssimo Senhor Presidente José Sarney, então um fogo-de-Deputado de esquerda, que proferia discursos realmente empolgantes, e tudo fazia crer que Sua Excelência continuasse e perseverasse nessa linha que adotara na mocidade, mas da qual, sem dúvida nenhuma, Sua Excelência desertou, passando para um campo de centro, inclusive de centro-direita.

Depois do golpe de 64 e da extinção dos partidos políticos, em 1965, quase todo o meu Partido a UDN, caminhou para a Arena, perfilhando, portanto, o golpe e postando-se ao lado do Governo vitorioso pelas armas. Digo mal pelas armas, pela coesão das Forças Armadas. Voltei para a minha banca de advocacia, no meu Estado, e, ao lado de dois companheiros ainda mais novigos do que eu, naquele tempo, formamos o MDB, que era o Partido da resistência à ditadura. Tenho a satisfa-

ção, neste instante, de ver aqui, neste plenário, o Senador Mário Maia, que também era um oponente aos dias difíceis, aos dias de 64, da ditadura militar que imperou no nosso País.

Depois viemos para a junção das forças do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, um Partido de centro-esquerda, nitidamente de centro-esquerda, com o PP, Partido do Sr. Tancredo Neves. O Partido do Movimento Democrático Brasileiro tornou-se, sem dúvida, o maior Partido brasileiro, mas ao mesmo tempo um Partido que foi, pouco a pouco, desfigurando-se perdendo a sua imagem de um Partido de centro-esquerda, pela avalanche que acolheu no seu seio homens de todas as tendências, políticos de todos os matizes, homens de centro-direita, homens de centro-esquerda, liberais. Sem dúvida, o MDB e o PMDB representaram um grande período da história política brasileira, tendo o condão de, numa campanha extraordinária levada por todos os pontos do Brasil, derrotar o regime de força que durantes 20 anos perdurou no Brasil.

Passado este período, reconstitucionalizado o País, o que se deve às forças populares e, também, aos líderes dos diversos partidos engajados no movimento, inclusive o meu ex-Presidente e grande brasileiro, a quem rendo, nesta hora, uma homenagem merecida, que é o Deputado Ulysses Guimarães, por quem nutria, no passado, e nutro, no presente, uma reverência e um respeito muito grande...

O Sr. Mauro Benevides — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. WILSON MARTINS — Com muito prazer, nobre colega.

O Sr. Mauro Benevides — Nobre Senador Wilson Martins, embora já o tenha feito, dentro daquele requerimento formal de comunicação à Mesa, vem V. Ex^a à tribuna do Senado Federal para, com ampla justificativa, apresentar aos seus Pares e à opinião pública brasileira a decisão adotada de desfiliar-se do PMDB para abrigar-se em outra sigla partidária. Na própria tarde em que o 1º-Secretário do Senado lia o requerimento de V. Ex^a, alguns Companheiros seus da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro lamentavam a sua decisão, sobretudo a perda que desfaleceu substancialmente os nossos quadros nesta Casa Legislativa, no Estado do Mato Grosso do Sul e no âmbito do PMDB como um todo. Com toda a sua tradição na vida pública do País — Deputado, Governador —, tendo sido um dos propugnadores da normalização política institucional brasileira, V. Ex^a tem uma imagem de político do prestígio, de líder autêntico da sua comunidade e aquele Companheiro que nas hostes peemedebistas era sempre ouvido nos momentos das grandes decisões. Quando V. Ex^a agora reitera a sua admiração ao Presidente Ulysses Guimarães, poderia dizer que também o Líder maior do nosso Partido tem pelo Senador Wilson Martins o maior apreço e

o grande respeito, por ser V. Ex^a, sem dúvida, aquele homem de vida ilibada, com inestimáveis serviços prestados à comunidade do País. Neste instante em que V. Ex^a comparece à tribuna do Senado Federal para justificar, ampla e cabalmente, a sua decisão, desejo, com a licença do meu Líder em exercício, Senador Leite Chaves, e falando também no meu nome pessoal, desejo levar a V. Ex^a a manifestação da nossa Bancada e dizer que perdemos a sua colaboração, mas teremos sempre presente, nesta Casa e nas outras atividades políticas, a participação saliente de Wilson Martins na defesa da democracia e dos interesses maiores do povo brasileiro.

O SR. WILSON MARTINS — Agradeço penhorado o meu nobre amigo e querido colega Mauro Benevides as palavras que me dirige, que tanto me anatecem e me comovem neste instante.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o ato que marcou o meu ingresso no PSDB contou com a presença das mais distinguidas lideranças da social-democracia brasileira, como a do Senador Mário Covas, figura política tão bem conhecida em todo o Brasil, por sua atuação como Deputado, Prefeito de São Paulo e na Assembléia Nacional Constituinte, onde S. Ex^a liderou os nossos trabalhos de preparação da Carta Magna, em vigor deste outubro de 1988. Também lá esteve o Senador Fernando Henrique Cardoso, que foi Líder do PMDB e quem anunciou a criação do Partido da Social Democracia Brasileira da tribuna deste Senado. Ainda lá estiveram o ex-Governador do Estado de São Paulo, André Franco Montoro; o Senador José Richa, meu ex-colega na Câmara dos Deputados; o meu amigo Odilon Ribeiro Coutinho, do Diretório Nacional do nosso Partido, homem de indústria, grande intelectual e grande político no Nordeste, sobretudo na Paraíba e no Rio Grande do Norte, além de vários outros companheiros.

Foi uma cerimônia cheia de emoção, em que criamos novos caminhos para a política do meu Estado, pois, Sr. Presidente, o que todos devemos fazer nesta hora é procurar abrigo nos verdadeiros Partidos que nos caibam, é estar bem dentro do Partido em que ingressarmos. Eu já não me sentia bem no PMDB, embora contasse ali, como conto, até hoje, com excepcionais amigos e grandes colegas, dos quais me despeço com grande tristeza e a todos apresento a minha admiração.

Verdadeiramente, além dos motivos de ordem doutrinária pelos quais deixei o PMDB com amargura, não poderia deixar de mencionar que o pivô da minha saída foi a prática política e a prática administrativa, com as quais nunca concordei desde o seu início, exercidas em Mato Grosso do Sul por parte do Sr. Governador do Estado.

O Sr. Leite Chaves — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. WILSON MARTINS — Com muito prazer, nobre colega Leite Chaves.

O Sr. Leite Chaves — Eu estou respondendo pela Liderança do Partido do qual hoje V. Exª se despede. E o faz de uma forma muito educada. Todos concordam que o nosso Partido é hoje uma casa mal-assombrada, em chamas. E ninguém se despede de casa em chamas e mal-assombrada. Mas V. Exª, educado como é, ainda tem essas palavras de despedida. Nós reconhecemos o valor do seu trabalho em nosso Partido, enquanto esteve conosco. As suas judiciosas observações, desde as Comissões Técnicas até este plenário, a sua educada, tranqüila e honrada presença estão muito vivas. De forma que para todos nós é muito doloroso isso, mas ninguém pode substituir a realidade. O PMDB, na sua primeira fase, cumpriu extraordinariamente os seus objetivos. Ele foi constituído para lutar contra o arbítrio, contra o AI 5, o 477 a violência, as torturas. Quantas vezes não nos expusemos aqui desde 75! Esses objetivos foram alcançados e a Nação brasileira os obteve através do MDB. Posteriormente percalços novos surgiram. Outras agremiações diferentes se intercalaram à nossa e ficamos sem objetivos. Um partido é como um organismo humano. Ele só vive enquanto tem vontade, enquanto sabe para onde ir, enquanto se movimenta em uma direção. E nós não temos novos objetivos. Penso que, a esta altura, a grande coisa que faríamos seria aprovar essa emenda constitucional, que está em tramitação nesta Casa, que permite a alteração da Lei Eleitoral, para que criemos condições de que outros partidos surjam saudavelmente. Um partido obedece a condições existenciais. Um partido só opera resultados válidos quando sobrevive aos seus integrantes, quando tem história, quando tem tempo. O PMDB tem esse tempo, mas desvestiu da realidade. Aquelas observações feitas no artigo que escrevi sob o título "Já é Tempo de nos Dispersarmos" — penso que V. Exª recebeu um exemplar — foi feito sem paixão, foi feito friamente. Não há nada pior do que se ficar numa organização política, onde já não há mais entusiasmo, onde duas opiniões já não se ajustam harmonicamente, onde ele deixou de ser um partido para servir à Nação a fim de se tornar apenas um instrumento eleitoral: Um partido sem amanhã.

No PMDB estamos vivendo como peixes que vivem numa lagoa, cuja água foge a cada instante. Desta forma, não o censuramos por sair do Partido. V. Exª está agindo de acordo com seu *visum perceptum* a partir do seu Estado. Senador, como neste País estão ocorrendo mutações muito significativas, espero que nos encontremos novamente em breve. Estou preparando a minha mala; V. Exª já teve a fortuna de tomar o seu rumo. Muitos de nós estamos sem rumo... Muitos querem sair, embora vários não saibam para onde ir. As eleições estão próximas, os prazos são exigüos, Deputados têm de disputar. Desta forma, ainda ficam na Casa. Entretanto, todos partiremos saudosos deste Partido. Ele foi útil ao País, à Nação brasileira; foi quem falou nos instantes mais difíceis. Lembro-me de que, desta tribuna, corri riscos, assumi

responsabilidades, porque condenava a tortura e a violência. Os próprios órgãos de imprensa eram obrigados a dar uma versão deturpada para mostrar que o Congresso se humilhou e que nós recuávamos. Mas tudo isto valeu, porque um novo sol de liberdade surgiu para o País. E nos encontramos, ainda que em outro Partido, para reconstruir o Brasil, agora, na iminência de um Governo novo, surgido da inspiração democrática do povo brasileiro e de sua maioria, e com qual temos responsabilidades. Construímos a democracia, mas é preciso que a fortaleçamos, dando suporte ao primeiro Presidente que surge do processo eleitoral, após vinte e tantos anos de estado de exceção. Sei, Senador, quem qualquer que seja o partido onde estiver V. Exª, será um homem sério, sereno, digno, honrado e extremamente preparado. V. Exª honra qualquer partido onde estiver. V. Exª é o legítimo representante de Mato Grosso do Sul, como Senador ou como Governador, V. Exª o honrou. Jamais ouvi contra V. Exª, mesmo ao final do seu mandato de Governador qualquer restrição à honra e ao comportamento, público quando isto não é comum, nem no seu Estado, nem nos outros Estados brasileiros. Por tudo isto ainda me cabe, na antevéspera da partida, agradecer a V. Exª a atenção que nos reserva de dar explicações ao Partido. Breve nos encontraremos em outras circunstâncias, mas estaremos sempre presente nos debates, para melhorar as alternativas do País.

O SR. WILSON MARTINS — Extremamente grato sou, meu nobre colega Leite Chaves, pelo aparte com que me honra nesta hora.

V. Exª tem razão em falar no novo realinhamento de forças políticas.

Muitos dos Srs. Congressistas — eu próprio me encontrava assim — muitos dos Srs. Congressistas se acham, presentemente desaprumados nos partidos em que se encontram. V. Exª alude à lei eleitoral em andamento no Congresso e na sua breve aprovação, a qual permite a formação de novos partidos políticos. Não tenho a convicção de que devamos formar novos partidos políticos. Creio que a extinção dos partidos políticos em 65 já foi um grave erro cometido pelo poder militar. Permanecessem aqueles partidos, e teríamos já uma tradição partidária melhor dentro do Brasil. Se formos extinguir os atuais e retomarmos tudo de novo, teremos novos percalços, novas dificuldades na formação de lideranças jovens. De minha parte, creio que seria preferível manter o quadro partidário em vigor, apenas, evidentemente, com a limitação do seu número, que atualmente é exagerado. Não podemos no Brasil, ter tantos partidos, pois que eles são evidentemente desnecessários e a última eleição presidencial deixou isso à evidência.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Permitem V. Exª um aparte, nobre Senador?

O SR. WILSON MARTINS — Já darei o aparte a V. Exª, meu caro Colega Cid Sabóia de Carvalho.

O aparte do nobre Senador Leite Chaves mostra que também S. Exª está já arrumando a bagagem, já está de partida, procurando outra legenda, na qual se sintá mais à vontade para defender os interesses do seu Estado, expor as suas idéias, apresentar os seus projetos nesta Casa. É válida essa posição de S. Exª.

Neste momento em que houve uma eleição geral no Brasil — elegeu-se, depois de 20 anos, um novo Presidente — é também natural que o Poder Legislativo procure ser autêntico, mais autêntico do que tem sido, e essa autenticidade passa, sem dúvida nenhuma, pela verdadeira colocação dos valores da Casa nas legendas adequadas a cada um desses valores.

Muito obrigado pelo brilhante, amável e distinto aparte de V. Exª, Senador Leite Chaves.

Darei o aparte ao meu nobre Colega Cid Sabóia de Carvalho.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Senador Wilson Martins, sua palavra é de grande importância nesta tarde no Senado. No início do seu discurso, foi mencionado o golpe de 1964. V. Exª narrou o nascedouro do MDB, oportunidade em que se encontrava o orador e essa luta muito grande para que se formasse um partido de oposição no Brasil. Todos os seus companheiros desse tempo são de grande mérito e V. Exª, inequivocamente, também tem esses méritos históricos extraordinários, o mérito da resistência e da capacidade de se confrontar, de ir de encontro a uma nova ordem advinda de medidas de força. Quero dizer a V. Exª um detalhe histórico para ilustrar a sua oração de princípio. Em 1964, eu era acadêmico de Direito; o apanteante era acadêmico de Direito, jornalista e homem de rádio, talvez o detentor do programa noticioso de maior audiência, naquele tempo, no rádio nordestino. E um dia o Presidente Castello Branco visitou nosso Estado na qualidade de cearense e foi dar uma entrevista coletiva no então Palácio governamental, que era o Palácio da Luz, no centro da Capital cearense. Lá, inclusive, eu fui o repórter, aquele que transmitia para todas as emissoras da cidade, todas as emissoras da Capital cearense aquele acontecimento. Num determinado momento, perguntou-se ao Presidente Castello Branco de quem era a revolução, quem a fizera, o que ela significava. Não me lembro bem qual o jornalista, e o Presidente respondeu peremptoriamente: a revolução é da UDN, a revolução é da União Democrática Nacional. Nunca entendi perfeitamente essa resposta, mas quero inseri-la, aqui, para análise de V. Exª, no seu próprio discurso, neste momento tão oportuno. Devo dizer que nesse dia recebi voz de prisão enquanto trabalhava, porque exigia-se que eu repetisse cada uma das perguntas, porque havia um microfone para o Presidente, um microfone para o repórter, mas não havia microfones para as pessoas que indagavam. Então, o Almirante Paranaguá, naquela oportunidade, fez com que eu me retirasse do traba-

lho, dando-me ordem de prisão. Fica este detalhe apenas para o conhecimento de V. Ex.^a Foi uma das muitas que tive de enfrentar na minha função de homem de rádio, jornal e televisão. Devo dizer a V. Ex.^a que o PMDB lamenta profundamente a sua saída. Sei que, neste momento, o Partido vem sofrendo os maiores golpes. No meu Estado, então, foi muito sério. Mas quero dizer, Senador Wilson Martins, que há uma predominância do regional sobre o nacional nessa questão do PMDB. Via de regra, são as questões locais que levam ao afastamento. Li nos jornais as queixas de V. Ex.^a. Os que estão no PMDB, no seu Estado, não fazem o seu modelo ideológico. Daí o descontentamento nas suas bases eleitorais, gerando o comportamento que V. Ex.^a comunicou ao Senado Federal e agora fala exatadamente sobre ele. Falo diferente do Senador Leite Chaves, meu dileto Companheiro: não estou de malas arrumadas, pelo contrário, vou ficar no meu Partido e lutar, primeiro, para que ele se fixe na posição que sempre teve e que foi uma posição, de certo modo, deteriorada, em face de um momento histórico em que o PMDB teve que se tornar em ponto de chegada das forças mais discrepantes do País, para permitir terminasse a sucessão de Presidente sempre por um general. Era necessária a chegada de um civil, e o PMDB fez esse enorme sacrifício de abrir as suas portas para que todos entrassem. O PMDB sabia, pelas suas melhores cabeças pensantes, que logo mais seria o momento de perder muitos que ingressaram ou até de enfrentar esses confrontos ideológicos que viriam necessariamente. Mas note V. Ex.^a que o seu ex-Partido teve a dignidade, que eu chamaria de histórica, uma ética histórica, de arriscar suas próprias estruturas, seus próprios limites, de arriscar toda a sua grandeza ideológica, para permitir ao País um passo rumo à democracia. Esse passo notável foi dado e, hoje, estamos vivendo em pleno clima de liberdade, lamentavelmente a liberdade ou liberdades associadas ao grande drama econômico. Porque seria, na verdade, extraordinário que pudessemos associar essas liberdades a uma estabilidade econômica de aspecto absolutamente aceitável pela população, sem os esmagamentos sociais que muitas vezes a economia propicia numa reversão inesperada que ela toma, quando os acontecimentos estatais passam a ser mais importantes do que a família, do que os grupos sociais, ou, isoladamente, as condições econômicas do Estado são maiores do que a economia isolada de cada um dos cidadãos. Mas digo a V. Ex.^a que o Partido que V. Ex.^a desfalca, neste momento, com sua saída, teimará em existir. Não concordo, absolutamente, com isso que se quer fazer ao PMDB. É um Partido inviável, e um Partido que não mais pode existir, mas temos que acreditar que outros partidos, estes sim, podem existir; porque não têm Deputados, porque não têm Senadores, porque não têm Governadores, porque não têm Vereadores, podem existir. E, numa terrível inversão, os partidos que têm poderio parlamentar, esses são inviáveis? Não. Como

também não posso acreditar que seja vã toda a história construída pelo PMDB; não pode ser, Senador Wilson Martins. Não pode ser. Essa história é básica para os que ficam e para os que saem. No *curriculum vitae* de V. Ex.^a as siglas MDB e PMDB serão de grande importância para a sua honra e para a sua dignidade, para a sua história e para o seu respeito. É claro que V. Ex.^a encontrou o outro caminho no qual nós pretendemos que se dê maravilhosamente bem — e é quase impossível não se dar bem. V. Ex.^a é um modelo de dignidade, é um modelo de competência, um modelo de sensibilidade política. Poucos Senadores são tão políticos como V. Ex.^a têm essa sensibilidade que é realmente invejável. É uma oportunidade de lição para os que são menores, pela experiência mais curta, pela experiência menos alongada. Desejo a V. Ex.^a que, ao lado do Senador Mário Covas, ao lado do Senador Chagas Rodrigues, ao lado do Senador Fernando Henrique Cardoso, tenha a mesma performance que sempre teve no PMDB; e que o PSDB não imponha a V. Ex.^a nenhum desvio, porque nenhum desvio impôs a V. Ex.^a o PMDB. Essas discrepâncias regionais orientam o gesto de V. Ex.^a que, no entanto, não está em julgamento. Esse julgamento compete exatamente a seu povo, compete exatamente ao seu Estado e a sua consciência. Mas defendo o meu partido; não estou de malas arrumadas, não vou partir; acredito nele, ponho-me inteiramente à vontade nos seus espaços, quando sei que ele poderá crescer, reencontrar o caminho do qual pode ter-se desviado, para que a democracia não se desviasse, para que a democracia, esta sim, encontrasse o seu caminho, inclusive possibilitando esse pluripartidarismo, do qual todos, agora, se aproveitam, pelas múltiplas opções que têm, ao ponto de nos preocuparmos com a necessidade de subsistência ou não de muitos grêmios políticos, de muitos partidos que não conseguem, no entanto, no cenário nacional, obter grande expressão ou mínima expressão. V. Ex.^a merece do PMDB a maior consideração, o maior respeito. V. Ex.^a é desses homens que têm o nome maior que a sigla. Seu nome é de grande importância e impoluta bandeira no seu Estado, impoluta bandeira na bancada que passa a integrar, como impoluta bandeira era no nosso Partido, onde deixa muitas saudades.

O SR. WILSON MARTINS — Senador Cid Sabóia de Carvalho, V. Ex.^a é uma das figuras que honram, sem dúvida nenhuma, o Congresso Nacional, pelas suas qualidades pessoais, profissionais, de grande parlamentar e jurista que é.

Estou de pleno acordo com V. Ex.^a, quando diz que permanecerá no PMDB, que não está de malas arrumadas e que o PMDB ainda tem uma missão a cumprir neste País.

Homens como V. Ex.^a e como tantos daqueles que compõem essa agremiação, sob a batuta de Ulysses Guimarães, representam um patrimônio moral de dignidade para este País. Agradeço o aparte de V. Ex.^a extremamente desvanecido. Muito obrigado.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. WILSON MARTINS — Ouço o parte do meu nobre líder, Senador Fernando Henrique Cardoso, que me deu a honra de comparecer à minha filiação em Campo Grande, na semana passada, e ali proferiu palavras que ainda repercutem no meu torrão natal, e que são imenso estímulo à formação de um grande Partido da Social Democracia Brasileira em Mato Grosso do Sul.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso — Muito obrigado, Senador Wilson Martins. Sabe V. Ex.^a — já expressei em Mato Grosso — da alegria com que fui recebê-lo no PSDB em Mato Grosso, porque V. Ex.^a sabe que a sua presença cria condições excepcionais para o nosso partido naquele estado. As presenças de V. Ex.^a, do Senador Mendes Canale, de Plínio Martins, seu irmão, acompanhados do Deputado Saulo Queiroz, constituem realmente um estímulo para o PSDB de todo o Brasil. Pude ver em Mato Grosso do Sul — sabia, mas revi — com que entusiasmo, com que carinho, a população da cidade recebeu a notícia não só de V. Ex.^a entrara para o PSDB como, também, sendo necessário, eventualmente, possa vir a levar a nossa bandeira na luta pelo governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Em nome da bancada do PSDB, quero dizer que nos sentimos orgulhosos por podermos contar com a sua colaboração. As palavras que foram proferidas pelos companheiros de outros partidos, notadamente pelo Senador Leite Chaves e agora pelo Senador Cid Sabóia de Carvalho, mostram o quanto V. Ex.^a é estimado. Também tive que tomar uma decisão difícil, há algum tempo, e deixar o partido do qual eu era líder, o PMDB, nesta Casa, para vir para o PSDB, sei o quanto é difícil uma decisão desta envergadura. Esperamos ansiosamente, durante vários meses, pela decisão de V. Ex.^a Compreendemos que V. Ex.^a não tomaria nunca uma decisão desta envergadura, senão depois de muita maturação. Foi assim que o fez e só assim se deve realmente deixar um partido e ir para outro. Não se pode mudar de partido por qualquer motivo, é preciso que exista realmente uma motivação mais profunda. Também acho que o PMDB deve prosseguir. O fato de estarmos saindo do PMDB não significa e nem pode significar que estejamos hoje aqui e aguarar para o PMDB um fim repentino, nem foi essa a intenção do Senador Leite Chaves. Apenas ele demonstrou aquilo que é patente ao País, de que há um realinhamento partidário e que, nesse momento de realinhamento partidário, compreende-se por que pessoas que levaram a vida em um partido optem mais adiante por outro. É o momento que me parece muito criador da política brasileira. Não creio que hoje ainda possamos fazer um balanço das forças políticas nacionais. Elas estão realinhando-se e quem irá em definitivo dizer quem é quem será o eleitor na eleição de outubro. Só a partir de outubro deste ano é que iremos ter uma idéia mais firme de

quais serão as chances futuras dos vários partidos que estão se constituindo no Brasil. Como sou um democrata, como todos nós, e favorável ao pluripartidarismo, acho que seria muito mal se todos se agrupassem num só partido. Pode ser egoisticamente bom, mas, para que haja um processo mais arejado na vida política brasileira, é melhor que haja vários partidos que concorram, que debatam, que discutam, às vezes em termos de proposições ideológicas distintas, às vezes, como é o caso do Brasil, até mesmo, de personalidades que são tão fortes que não cabem num partido e vão para outro. São realidades nacionais. Creio que, depois das eleições de outubro, vamos poder tomar o pulso da situação política. E nesse momento tenho certeza de que a contribuição de V. Ex^a para o fortalecimento do PSDB vai se fazer sentir com toda a força. Senador Wilson Martins, poucas vezes vi um momento como este no Brasil, em que a mudança de partido se faz com esse espírito, com o espírito com que V. Ex^a saiu do seu partido anterior, para vir para um novo; um espírito que eu diria de fraternidade, em que existe uma ruptura, mas que não se faz em termos pessoais. Neste Senado, quantos de nós já mudamos de partido, sem e de convivência e de diálogo político! Porque todos estamos entendendo que essas mudanças não se fazem por oportunismo, mas para corresponder aos anseios do próprio Brasil. E V. Ex^a não se podia furtar, como sempre fez, a dar continuidade à coerência de sua vida pública. De modo que, com muita alegria, nós o recebemos na bancada do PSDB, e aceitamos a sua vinda como mais um testemunho de que V. Ex^a não hesita em tomar a decisão necessária sempre com coerência. Agradeço, pois, a V. Ex^a pela escolha feita. Ficam aqui, em nome da bancada, os nossos calorosos aplausos.

O SR. WILSON MARTINS — Muito obrigado, meu nobre companheiro e Líder, Fernando Henrique Cardoso. V. Ex^a, como sempre, em poucas palavras, coloca o assunto com a precisão necessária.

Ao ir para o meu novo Partido, devo dizer aos companheiros da Casa que não fui o primeiro a fazê-lo, não fui eu o pregoeiro, não fui eu quem abriu o primeiro rumo, o primeiro caminho, outros companheiros de muito valor lá estão, em Mato Grosso do Sul, já abrindo diretórios e aliciando companheiros para as lutas que vêm.

O Sr. João Menezes — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. WILSON MARTINS — Ouço V. Ex^a com muito prazer, Senador João Menezes.

O Sr. João Menezes — Senador Wilson Martins, V. Ex^a, em qualquer sigla partidária, em qualquer função que desempenhe, Vereador, Deputado, Senador, Presidente da República, será sempre o grande brasileiro Wilson Martins, grande brasileiro com serviços prestados a sua Terra e ao País, e um exemplo de dignidade e de trabalho para todos nós.

Essa última eleição criou um fato novo neste País, porque demonstrou a posição dos Partidos em relação ao público. O povo, o eleitor, esse foi o primeiro a dar a demonstração precisa de que tem que haver uma modificação, o eleitor foi o primeiro a demonstrar a sociedade que é necessário mudar, que é necessário fazer coisa nova. Portanto, essa posição que V. Ex^a toma não deixa de ser um reflexo da sua própria consciência, que é o reflexo da consciência nacional. Quero abraçar V. Ex^a, porque, onde V. Ex^a estiver, será o grande amigo, o grande Companheiro, o grande brasileiro. Muito obrigado.

O SR. WILSON MARTINS — Agradeço, querido companheiro, pelas suas expressões de amizade, pois, aqui, no Congresso, temos mantido um convívio tão ameno, tão agradável, tão afetuoso!

Eu dizia que, em Mato Grosso do Sul, o nosso Partido já caminha, levado pelas mãos de Saulo, de Juarez e de outros amigos. Espero que lá, nessas fileiras, eu não tenha as dificuldades que encontro hoje no meu Estado. Não quero abordá-las, de maneira nenhuma, neste instante, não é o local, não é o momento e seria deselegante de minha parte fazer qualquer acusação a companheiros de ontem que deixo, mas ainda sinto o choque da ruptura.

O Sr. Chagas Rodrigues — Permite um aparte, nobre Senador?

O SR. WILSON MARTINS — Concedo o aparte ao nobre Senador Chagas Rodrigues.

O Sr. Chagas Rodrigues — Senador Wilson Martins, tive a alegria e a honra de ser colega de V. Ex^a na Câmara dos Deputados e tenho a satisfação e a honra de ser Colega de V. Ex^a no Senado Federal. Foi um privilégio ter sido correligionário de V. Ex^a no MDB, no PMDB e, agora, V. Ex^a pode ficar certo de que é de braços abertos, com grande contentamento que, outra vez, estamos juntos, lutando pelos mesmos ideais, que são os ideais da social democracia. No sábado, 17 do corrente, eu estava em Teresina, Capital do meu Estado, presidindo o encontro do PSDB do Piauí. Eu, modesto Vice-Líder, estava no Encontro na qualidade de Presidente do PSDB-Regional e, por isso, não pude comparecer ao Estado de V. Ex^a. O nosso eminente Líder, Senador Fernando Henrique Cardoso, já falou em nome de toda a nossa Bancada, mas o meu contentamento é tão grande em vê-lo no PSDB, que não poderia deixar de apartear-lo. Nosso partido recebe um dos homens públicos — sem nenhum favor — mais dignos, mais honrados, mais sensatos, mais democratas, mais patriotas deste País. Lá, no Encontro do PSDB do Piauí, comuniquei que, naquele dia, V. Ex^a com seu ingresso estava enriquecendo o nosso Partido que é um Partido recente, com pouco mais de um ano, e posso dizer que essa comunicação foi recebida com grandes aplausos daquela assembléia. O mesmo aconteceu, estou certo, no Brasil todo. Pode V. Ex^a ficar certo de

que aqueles Companheiros, entre eles o nosso Líder Fernando Henrique Cardoso, o nosso companheiro, Senador Mário Covas, e outros que compareceram ao ato de inscrição e de filiação de V. Ex^a, eles traduziam um sentimento que estava na alma de todos nós, em todos os recantos do Brasil; no Piauí, no Ceará, no Nordeste, em toda a parte. Não poderíamos deixar de receber com orgulho, um sadio orgulho, o ingresso de V. Ex^a no nosso Partido. Pode V. Ex^a ficar certo de que o PSDB hoje é um Partido mais forte, é um Partido a que a inteligência, a que o sentimento democrático, a que o espírito público de V. Ex^a vem enriquecer. A filiação de V. Ex^a, que vem para um Partido que está na oposição, em um País onde não é rara a mudança de partido para que alguns se abriguem à sombra do poder, é jubilosamente saudada por todos os Companheiros. Damos a essa vinda a importância que ela tem. E pode V. Ex^a ficar certo de que todos nós, principalmente aqui no Senado Federal, estamos envaidecidos, orgulhosos e mais dispostos à luta, tendo V. Ex^a em nossas fileiras partidárias.

O SR. WILSON MARTINS — Meu querido amigo e Colega, realmente temos palmilhado juntos vários trechos de nossas vidas, na alegria e na dor, nos grandes momentos de vibração nacional e naqueles dias tenebrosos em que se derrocou a democracia neste País. Estivemos juntos sempre, em todos esses instantes, e o nosso pensamento sempre foi convergente.

V. Ex^a fez essa comunicação em Teresina e eu agradeço, mas V. Ex^a já me havia dito que não poderia estar presente ao meu Estado, quando da minha filiação, e me deu as suas razões, e eu, por tudo, sou muito grato a V. Ex^a.

O Sr. Mário Maia — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. WILSON MARTINS — Concedo o aparte ao nobre Senador Mário Maia.

O Sr. Mário Maia — Nobre Senador Wilson Martins, sinto-me na necessidade histórica de participar, nesta tarde, da manifestação que V. Ex^a faz, da tribuna do Senado, comunicando aos seus pares a mudança de partido. E nesta oportunidade percebo que o destino coloca, neste recinto, quase todos, senão todos, pois que os que aqui lhe apartearam são oriundos do mesmo Partido do MDB e do PMDB. Isso significa que nós somos oriundos de um momento histórico em que a Nação se dividiu entre aqueles poucos que chegaram ao poder e implantaram um regime autoritário até, de certo modo — podemos dizer — com boas intenções de resolver os problemas nacionais, e aquela outra parte da Nação que se colocou e se submeteu a esse autoritarismo e da qual nós passamos a ser a resistência democrática. O destino de V. Ex^a assim como o de outros Companheiros daqui — e nos incluímos entre eles — é semelhante. Esse destino nos levou, em determi-

nado momento; a nos manifestarmos pre-emptoriamente contra o golpe implantado à Nação brasileira.

E, em consequência, vários de nós fomos cassados e tivemos os nossos direitos políticos supensos. E aqui estamos, eu, V. Ex.^a, o Senador Fernando Henrique Cardoso, e tantos outros Companheiros que passaram por estas peripécias, mas todos nós, quer tenhamos pertencido ao MDB, originariamente um núcleo de resistência à ditadura, quer, posteriormente, ao PMDB, que foi a continuidade desta ação já ampliada, procurando congrega e aglutinar já uma consistência de protesto maior da Nação brasileira, nós todos, sob aquele grande guarda-chuva do PMDB, a quem não podemos fazer ou ter palavras de reprovação, porque foi uma necessidade histórica aquela aglutinação. Nós, agora, estamos nesta fase da redemocratização do País, depois desta travessia, como um grande barco que atravessara o oceano carregado de gente ali concentrado e, ao chegar ao porto, à praia, as pessoas começaram a se dispersar. Naturalmente, que a superfície ocupada em terra, nessa dispersão, tem que ser muito maior do que aquele continente do navio onde todos estavam aglutinados. Assim, acredito que o mesmo aconteceu com o PMDB. Dele saíram vários partidos — inclusive o Partido que hoje integro, o PDT — uns menores, outros maiores, e como acontece, o PSDB também nasceu de homens que pertenciam à sigla aqui posta em questão, como originária de todos nós. Quero manifestar a minha satisfação de ser companheiro de V. Ex.^a nessa trajetória da resistência democrática para a recondução do Brasil aos seus verdadeiros caminhos. E cremos nós todos, em quaisquer dos partidos que estejamos, que V. Ex.^a, como homem público da mais alta relevância, como uma estrela de primeira grandeza das constelações mais bem organizadas no firmamento desse nosso hemisfério, continuará prestando os mesmos serviços que até aqui prestou ao Brasil. Portanto, hoje em Partidos diferentes, eu no PDT e V. Ex.^a agora chegando ao PSDB, outros permanecendo no PMDB, mas dizendo que estão com as malas arrumadas, outros declarando que permanecerão no PMDB, todos assim procurando a coerência de nossas convicções, creio eu, estaremos contribuindo para a consolidação da democracia no Brasil. Portanto, quero dizer a V. Ex.^a que, em qualquer Partido que esteja, a minha admiração, a estima é uma perenidade, porque sei em V. Ex.^a um servidor permanente da nossa Pátria, para o bem comum de nossa sociedade. Muito obrigado.

O Sr. Dirceu Carneiro — Permite-me V. Ex.^a um aparte, nobre Senador Wilson Martins?

O SR. WILSON MARTINS — Meu Companheiro e Colega Mário Maia, a admiração e o respeito são recíprocos, pois vejo em V. Ex.^a um dos batalhadores mais eminentes desta Casa. V. Ex.^a é um idealista, é um grande defensor não só do seu torrão natal, dos hu-

milhados, dos ofendidos. V. Ex.^a é, também, um defensor das grandes causas do povo brasileiro. Sinto-me honrado ao ser apartado por V. Ex.^a.

O Sr. João Calmon — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. WILSON MARTINS — Pois não, nobre Senador João Calmon. Em seguida darei o aparte ao nobre Senador Dirceu Carneiro.

O Sr. João Calmon — Nobre Senador Wilson Martins, V. Ex.^a é um tesouro da vida pública deste País. A nossa tristeza, na tarde de hoje, só não é maior porque V. Ex.^a se destiga do PMDB para ingressar num Partido irmão, o PSDB, que tem no fulgurante Senador Mário Covas um de seus líderes mais eminentes. V. Ex.^a tem impressionado todos os seus Colegas por sua postura cívica, e diria também pelo seu invejável desprendimento. Eu me lembro do episódio da eleição para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal. V. Ex.^a agiu com a nobreza que o caracteriza, e que me fez lembrar uma série famosa, publicada na imprensa de todo o País, de todo o mundo, sob o título: "Meu tipo inesquecível". V. Ex.^a, Senador Wilson Martins, é uma figura de características realmente extraordinárias, e desejo diminuir a tristeza de vê-lo afastado do convívio do PMDB, porque continuaremos juntos na mesma batalha sagrada que nos liga: a batalha da educação, como membro dos mais eminentes, dos mais dinâmicos da omissão de Educação e Cultura do Senado. Sei que só injunções de ordem regional o levaram a sair do PMDB. Mas estamos na realidade, no mesmo terreno, e vamos lutar juntos, PMDB e PSDB, em prol dos mesmos ideais de garantir a plenitude do regime democrático deste País, regime que tem em V. Ex.^a um luminar, um astro de primeira grandeza.

O SR. WILSON MARTINS — Muitíssimo obrigado, meu querido amigo, nobre Colega João Calmon, meu Presidente na Comissão de Educação, pelas carinhosas palavras de V. Ex.^a.

V. Ex.^a brilha muito mais do que eu neste plenário. V. Ex.^a tem serviços muito mais assinalados à Pátria brasileira do que este humilde orador. Sinto-me penhorado com o aparte de V. Ex.^a.

Concedo o aparte ao nobre Senador Dirceu Carneiro, que já o havia solicitado anteriormente.

O Sr. Dirceu Carneiro — Nobre Senador Wilson Martins, desejo cumprimentá-lo pela opção que fez pelo nosso Partido, e assinalar que a sua vinda traz, pela sua história, um enorme patrimônio moral, ético e político para o nosso Partido; o que confere uma grande consistência a essa nossa agremiação. Tive a oportunidade de conhecer primeiro Plínio Martins. Fomos colegas na Câmara dos Deputados, onde nos identificamos nas lutas que empreendíamos naquele momento histórico

em que éramos Deputados Federais. Identificamos nele, também, uma postura impecável e um comportamento muito digno. Depois, aqui, no Senado Federal vim encontrar a mesma forma na sua pessoa, mais amadurecido, mais vivenciado e, portanto, mais sábio. Mas queremos registrar que esta situação não se caracteriza como uma mudança de Partido no seu sentido mais profundo, pela forma em que se estabeleceu no nosso País a compulsoriedade de estarmos em um ou em outro lado, sim ou não a favor ou contra o governo, o sistema que dominava o País pelo autoritarismo. E aquela foi uma formação artificial. Ela não conferia a liberdade de aglutinação das correntes políticas do País. Portanto, todos nós fomos constrangidos a estar numa única sigla, o que, com a liberdade, não tem sentido algum continuar. Procuramos cumprir o nosso papel, leal ao Partido Frente a que pertencíamos, o PMDB, antes o MDB. E uma vez que ele cumpriu sua tarefa maior de compromisso, que era extirpar o autoritarismo do seio da sociedade brasileira, cada um toma, agora, o seu caminho. Isto é uma interação entre os representantes e a sociedade, tanto ocorre com a sociedade como está ocorrendo com os representantes; é realmente um novo reassentamento das correntes políticas do nosso País. E o Brasil não é o único que passa por essa experiência; outros países que tiveram períodos autoritários e que também tiveram partidos frentes a combatê-los tiveram destino semelhante ao que o PMDB está tendo aqui no Brasil; uns com mais profundidade, outros com menos; mas todos eles sofreram aspectos semelhantes ao que está ocorrendo no Brasil. De modo que, ao fazer este registro, quero crer que agora, nesse novo período histórico e político do nosso País, estamos construindo aquilo que é o permanente, que é o duradouro, que não é a trincheira que estamos construindo, mas construindo moradia; viemos para ficar nesse Partido, para construir um Partido que é o esteio, que é o pilar da democracia e dos partidos políticos. Portanto, queremos construir esses pilares para garantirmos a perenidade da democracia no nosso País. É com esta visão que entendo estas mudanças que estão acontecendo no nosso País e particularmente, aqui no seio da representação do povo brasileiro no Senado. De modo que, os nossos cumprimentos pela sua opção. É com grande alegria que registro estas poucas e modestas palavras porque, realmente, tenho grande admiração pela sua conduta política, pela sua personalidade política que é um exemplo que as novas gerações, ou as nossas próprias gerações devem seguir.

O SR. WILSON MARTINS — Obrigado, digo eu, Companheiro e amigo Dirceu Carneiro. V. Ex.^a é um dos ornamentos neste Senado.

A sua conduta à frente de Comissões de Inquérito e em todos os atos que pratica nesta Casa sempre o coloca em uma posição invulgar. E essa invulgaridade faz com que eu tenha uma profunda amizade por V. Ex.^a

O Sr. Mário Covas — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. WILSON MARTINS — Sr. Presidente, vejo que, neste instante, quer apartear-me o meu ilustre Líder, meu amigo deste 62, o eminente Senador Mário Covas, que me honrou há poucos dias, em Campo Grande, capital do meu Estado, quando entrei para a Social Democracia Brasileira. Gostaria de encerrar o meu discurso, quando o meu Líder — não estou badalando, simplesmente por ter o gosto de badalar, realmente, este não é o meu feitiço. Entretanto, estou, diante de uma personalidade que, se antes já era bem conhecida neste País, tornou-se, uma das suas mais eminentes figuras na campanha presidencial que assistimos no ano passado. Nas batalhas de rádio e televisão, nos comícios políticos, nas entrevistas que dava, Mário Covas sempre mostrou o que realmente é, um homem ético, um homem inteligente, um homem competente, um homem educado, um homem valente, um homem bravo, aquele realmente que dentro da Social Democracia Brasileira, pretendemos alçar, com a ajuda do Povo brasileiro, à mais alta posição nos dias de amanhã para que, então — sim — exista dentro deste País o regime que todos nós preconizamos e desejamos, não somente para uma categoria de brasileiros, mas para toda a nossa Nação.

Concedo o aparte solicitado pelo meu nobre Líder.

O Sr. Mário Covas — Agradeço muito ao Senador Wilson Martins. Não quero deixar de consignar nos Anais do Senado algumas palavras que disse outro dia: era um momento para mim profundamente gratificante, em que nos reencontrávamos partidariamente quando de nossa ida para aquele generoso ato que o povo de Mato Grosso do Sul, com toda justiça, lhe tributava. Tenho por V. Ex.^a algo que ultrapassa os limites da amizade pessoal. Disse e renovo, neste instante, que há em nossa trajetória política uma série de pontos em comum. Lembro-me, com absoluta exatidão, da figura que encontrei um dia, em 1963, eleito pela primeira vez, tal qual aquele modesto Deputado que vinha de Santos, que também era eleito pela primeira vez, chegando para conhecer a nova Capital, onde o Congresso, pela primeira vez, instalava-se como legislatura e onde juntos iríamos cumprir o mandato. Viemos com o mesmo objetivo, sem nos conhecermos, no mesmo avião e em uma época em que até mesmo havia dificuldade de táxi em Brasília, foi uma perua da Câmara que nos trouxe a ambos, ocasião em que nos apresentamos ao Congresso Nacional, cuja intimidade viemos a deter a partir daquele instante. Lembro-me que juntos firmamos uma posição em companhia de um terceiro Deputado que se chamava Celso Passos, no instante em que este Congresso votava o mandato do General Castello Branco, e quando nós três, em um ato de rebeldia e de afirmação de natureza política, de rejeição ao voto que havia ocorrido, votamos juntos em um nome pertencente ao próprio Con-

gresso. Lembro-me com exatidão de uma noite passada durante algum tempo — e alguns dos que a viveram estão aqui presentes hoje, Senador Chagas Rodrigues, Senador Mário Maia — de uma noite em que algum tempo, ainda com os serviços públicos funcionando, mas a partir de 4 horas da manhã com as luzes desligadas, com os telefones sem contato, na sala do Presidente Adauto Cardoso, que rebelando-se contra cassações de mandatos, convocará o Congresso, já em recesso, às vésperas da eleição de 1966 e que culminou, com aquele encontro às portas da Câmara, e aquele diálogo que se tornou uma Pérola histórica, entre o Presidente e o General que comandara o fechamento do Congresso. Lembro-me que, juntos, fomos dois dos 127 signatários da criação de algo que nascia, embora de cima para baixo e até mesmo com a autorização da ditadura, mas que nascia como um grito de reunião na resistência democrática e que se auto-intituiu Movimento Democrático Brasileiro; lembro-me que juntos fomos cassados. Lembro-me, volto a insistir, que voltei a encontrá-lo, certo dia, nas ruas de São Paulo, em companhia de sua esposa, numa viagem para tratamento de saúde, que ali o ilustre Senador fazia. Fui seu torcedor anônimo à distância. Quando Wilson Martins, terminado o seu afastamento compulsório, volta e resgata, junto a Mato Grosso do Sul, o seu longo período de afastamento sendo eleito Governador daquele Estado, Conviu consigo a longa luta das diretas. Não fora o fato de que tenho as minhas próprias convicções políticas e sociais, usaria uma figura de retórica para defini-lo: V. Ex.^a é no trato, no comportamento, no posicionamento político, na conduta, aquilo que a história tradicionalmente chama de fidalgo. Nunca o vi elevar a voz. V. Ex.^a transmite a segurança de quem encontrou a sua própria verdade e que, portanto, não precisa da palavra mais alta para menos do que convencer os outros convencer a si próprio do que faz. V. Ex.^a tem sido um exemplo de conduta, de afirmação, de comportamento retilíneo, é uma pérola como acaba de falar o Senador João Calmon. Até mesmo no instante em que, certamente, com dificuldades, enfrentando como tantos outros enfrentaram, questionamentos de natureza pessoal, decide sair do partido ao qual pertencia e ingressar em um outro. A grandeza com que V. Ex.^a o faz, mesmo abstraindo a decisão, mas o comportamento que adota, define o caráter de um político. Não lhe foi necessário criticar quem quer que seja, não lhe foi necessário usar palavras agressivas sobre quem até ontem lhe dirigia palavras cordiais. Não gostaria sequer de manchar o discurso de V. Ex.^a com comparações que, neste instante, poderia fazer, mas atitudes de outras figuras que ao tomarem decisões tão significativas e responsáveis como a de V. Ex.^a usa o mecanismo da agressão pessoal para justificar para si próprio as suas próprias decisões. Evidentemente que recebo pessoalmente, e sei que meu Partido o faz, com profundo orgulho, a presença de V. Ex.^a. Mas há homens, Senador, cuja dimensão po-

lítica extravasa os limites de uma agremiação partidária. Há figuras que não podem ser contidas apenas nas dimensões geográficas do partido ao qual pertence. Há homens que politicamente são mais do que isso; não são apenas peessedebistas, peemedebistas, pefelistas, petistas, ou seja que opção for, há homens cuja conduta, cuja dignidade, cuja dimensão acabam por oferecer uma vertente que os transforma muito mais num cidadão do seu País do que um homem limitado à circunscrição do seu partido. Para satisfação desta Casa e desta Nação, quero declarar que, na minha visão, e creio que na visão de todo o meu Partido, V. Ex.^a é um homem dessa qualidade. Um homem que tem o seu tempo, que faz o seu tempo, que toma as suas decisões no instante em que acha que deve tomá-las, que não é lento nem apressado, apenas é um homem convicto de que cabe a si firmar o seu tempo e a mais ninguém ditar as suas regras. Por isso, é com muita honra, é com a reafirmação e a reiteração de uma amizade que se prolonga sob o império de coincidências há mais de 25 anos que, neste instante transito, menos do que as boas-vindas, a minha satisfação por tê-lo também como Companheiro de agremiação partidária, porque como Companheiro, como buscador de horizontes iguais, como pesquisador de objetivos comuns, este foi um rumo do qual nunca conseguimos nos afastar. Seja bem-vindo, Senador Wilson Martins. O PSDB entenderá perfeitamente que, sendo peessedebista, V. Ex.^a continua sendo o brasileiro excepcional, o extraordinário Senador, o homem que chega, em certos instantes, a ser muito maior do que o Partido ao qual pertence.

O SR. WILSON MARTINS — Muito obrigado a V. Ex.^a, meu querido amigo.

Sr. Presidente, V. Ex.^a me ouviu e os Srs. Senadores me ouviram além do prazo que o Regimento me reserva.

O Sr. Francisco Rollemberg — V. Ex.^a me permite um aparte, antes de concluir seu discurso, Senador Wilson Martins?

O SR. WILSON MARTINS — Com muito prazer, meu querido companheiro.

O Sr. Francisco Rollemberg — Eminente Senador Wilson Martins, disse V. Ex.^a há bem pouco, que concluiria o pronunciamento nesta tarde após ouvir o Presidente do seu novo Partido, o eminente Senador Mário Covas. Quis ser o último apartante porque, nobre Sr. Senador Wilson Martins, não tenho a tradição da história dos homens que o apartearam. Quando V. Ex.^a já exercia seu mandato na Câmara dos Deputados ao lado dos Srs. Senadores Nelson Carneiro e Mário Covas, quando V. Ex.^a arrostava as consequências de uma posição lúcida em defesa da democracia nos idos de 1964, este Senador que lhe fala neste instante não participava ainda dessa luta. Não participava não por indiferença, importam-lhe, sim, os destinos do seu País, mas é que, naquele tempo, meu campo de luta era outro. Era um cirurgião que estava

preso entre quatro paredes de uma sala, tentando solucionar problemas de saúde de cada um. O cirurgião que compreendeu que o atendimento de cada um, individualmente, era muito pouco para que desejasse tanto para seu povo, para seu Estado, para seu País e, um dia, atendeu ao chamamento da sua real vocação, que era entrar para a vida pública e assim o fiz, disputando o mandato, em 1970, no, então, Partido do Governo. Não fui, Sr. Senador Wilson Martins, um daqueles que diziam amém, que concordavam com tudo. Fui um rebelde dentro do meu próprio Partido. E porque fui um rebelde dentro do meu próprio Partido, a progressão me foi muito difícil. Fui daqueles que não eram totalmente confiáveis, que não estavam dispostos, a todo instante e a toda hora, a por a sua assinatura, o seu aval, aquilo que julgávamos ser uma agressão e uma afronta ao povo brasileiro. Em 1986, no meu Estado de Sergipe, se fez uma frente ampla, fui para o PMDB. Sou o mais novo peemedebista deste Plenário, fui o último a entrar para o Partido. A nossa frente foi destroçada, fui um dos sobreviventes. E sou hoje, no Senado Federal o representante do PMDB de Sergipe. Aqui chegando, eminente Senador, tive as mesmas emoções que tive em 1971. Recordo-me, bem, que ao chegar à Câmara, numa sessão do Congresso Nacional, lá eu encontrava Gustavo Capanema, ex-Ministro da Educação, aquela figura que eu aprendera a admirar e a reverenciar nos meus tempos de estudante. Conhecer Magalhães Pinto e tantos homens públicos que já faziam parte, àquela época, da História do nosso Brasil. Aqui, conheci homens como V. Ex.^a homem inteligente, sério, competente, altruísta, homem que tem sido, de uma certa forma, até involuntariamente, o meu mestre, o paradigma e o exemplo que tenho procurado seguir. Portanto, neste instante em que V. Ex.^a sai do Partido para o qual eu tão recentemente entrei, devo dizer que só tenho a lamentar. O meu Partido só tem a perder, porque o Partido é o somatório das densidades dos homens que o compõem e V. Ex.^a é um homem de alta densidade. V. Ex.^a é um homem de escol, um homem de muito peso, que enriquece o Partido, a sigla partidária a que pertence. Não o parabenizo porque seria, neste instante em que o parabenizamos, reconhecer que todos nós deveríamos, já, deixar nosso PMDB. Mas desejo a V. Ex.^a, meu Companheiro e Amigo, ao admirável Senador Wilson Martins, que V. Ex.^a se reencontre com aqueles velhos Companheiros que também foram do PMDB, que ideologicamente estão, neste instante, prontos para continuar a luta que tiveram que sustar há bem pouco tempo, e que seja muito bem sucedido dentro dos ideais social-democrático que sempre foram, como V. Ex.^a mesmo disse, os ideais da sua mocidade, os ideais que caminharam para a sua maturidade, os ideais que trouxe no alvor da sua vida e traz, até hoje, no seu coração, ao envelhecer. Senador Wilson Martins, o PMDB perde um homem excepcional, mas nós, seus Companheiros, que continuamos

nesta Casa a conviver com V. Ex.^a, vamos continuar, para alegria nossa, a contar com a inteligência lúcida, com o homem desprendido, o grande Companheiro. Aqui nesta Casa aprendi a entender que os homens se sobrepõem aos Partidos, se sobrepõem às siglas. Esta Casa é uma Casa de homens que desejam o bem e o desenvolvimento deste País. V. Ex.^a, ao mudar de sigla, não muda de conceito, não perde o respeito, V. Ex.^a eito, porque V. Ex.^a sai de um Partido na procura de seu ideal maior, que foi o ideal que V. Ex.^a aprendeu a cultivar desde a sua mocidade. Eu o abraço, Senador. Seja bem feliz e que possa dar ao seu novo Partido o que V. Ex.^a deu ao Partido a que hoje pertengo e no qual pretendo continuar.

O SR. WILSON MARTINS — Agradeço muito ao meu bom amigo e excelente companheiro Francisco Rollemberg.

De minha parte, também acompanho com interesse a sua vida parlamentar, a sua vida pública e, dentre os episódios de sua vida pública que admiro, não me escapou aquele instante em que V. Ex.^a se colocou, isoladamente, no seu Estado ao lado de nosso Presidente Ulysses Guimarães quando ele ali chegava e vários daqueles que deveriam receber também em nome do Partido já não mais se encontravam porque, na véspera, tinham partido para a agremiação que já se vislumbra vencedora do atual Senhor Presidente da República.

Com aquele gesto, nobre Senador Francisco Rollemberg, V. Ex.^a cresceu muito no meu conceito, se é que V. Ex.^a ainda podia crescer no meu conceito.

Muito obrigado.

O Sr. Marco Maciel — Permita-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. WILSON MARTINS — Ouço V. Ex.^a com muita atenção.

O Sr. Marco Maciel — Senador Wilson Martins, ousou interrompê-lo neste instante, tão importante de sua vida pública, para dizer que, embora militando em Partido distinto ao que V. Ex.^a irá ingressar, sei que este gesto não foi praticado sem, como aqui demonstrou, uma prévia e muito pensada reflexão. Quem conhece V. Ex.^a, não somente as suas qualidades de político mas também a sua conduta de cidadão, sabe que é um homem que honra esta Casa e, por que não dizer, a classe política como um todo. O que me cabe neste instante grave da vida política do País é justamente, a exemplo do que fizeram outros companheiros, desejar a V. Ex.^a o maior êxito no partido que irá ingressar. Sabemos que não é possível a prática da democracia sem a existência de partidos organizados, estruturados, funcionando permanentemente, que a estabilidade da democracia, friso, passa pela existência de um Estado partidário. Estou certo de que V. Ex.^a nisso, ao filiar-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, vai continuar a oferecer ao País, com a autoridade que desfruta, a sua contribuição para que consigamos, não apenas consolidar a nos-

sa experiência democrática, mas também fazer com que ela seja exercitada através de verdadeiros partidos políticos, que tenham identidade programática e que atinjam o poder através de objetivos claros e definidos. Por isso, nós, que o ouvimos hoje nesta tarde e o admiramos por sua conduta pessoal e cívica, temos a certeza de que seu gesto, refletido e pensado, vai contribuir, como disse há pouco, para a nossa consolidação democrática e, mais do que isso, para a formação de verdadeiros partidos políticos em nosso País. Portanto, desejo a V. Ex.^a todo êxito nesse seu novo caminho e que V. Ex.^a possa, através dele, servir, como vem fazendo, com brilhantismo ao povo do seu Estado, ao Senado e ao País.

O SR. WILSON MARTINS — Prezado Senador Marco Maciel, V. Ex.^a com as experiências acumuladas no Executivo do seu Estado, no Parlamento e no Executivo nacional, que deixaram marcas profundas para todos os brasileiros, me honra sobremaneira. Sinto-me confortado, ilustre amigo, ilustre Senador, pelo aparte que V. Ex.^a me dirige e pelas palavras, também, com que V. Ex.^a saúda o Brasil que amanhece, um Brasil novo, um Brasil com partidos políticos de fisionomia característica, sem o fisiologismo que marcou os dias do passado, sem as graves dificuldades pelas quais passamos e para as quais, sem dúvida nenhuma, os partidos políticos contribuíram bastante.

O Sr. José Fogaça — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. WILSON MARTINS Ouço V. Ex.^a com muito prazer, nobre Senador José Fogaça.

O Sr. José Fogaça — Lamento quebrar o desejo de V. Ex.^a, que queria encerrar o seu pronunciamento, com o aparte do Senador Mário Covas, mas como, nisso, fui antecedido pelo Senador Francisco Rollemberg e pelo Senador Marco Maciel, sinto-me com o direito de fazê-lo também. Não quero fazer um aparte longo, porque seria um aparte lamurioso, um aparte de lamentos. Na verdade, o meu Partido lamenta profundamente esta perda irreparável, que é a saída de V. Ex.^a Digo apenas, para não me alongar, que o que me consola é saber que, se o PMDB perde um grande Senador, o País não o está perdendo. V. Ex.^a é um homem de uma dimensão ética e política das mais respeitáveis nesta Casa. V. Ex.^a tem uma consciência profunda do papel do homem público e cada gesto, cada palavra de V. Ex.^a, é um ato de ensinamento. Portanto, faço apenas um registro; um aparte lamentoso, mas, ao mesmo tempo, autoconsolidado pela certeza de que a vida pública de V. Ex.^a está destinada, não ao partido, mas ao País.

O SR. WILSON MARTINS — Muito obrigado, devo dizer ao nobre Senador José Fogaça, que tenho a ventura de ver a minha oração finalizada com as palavras de V. Ex.^a

Sr. Presidente, muito grato pelo tempo que me concedeu para fazer essas considerações e sou muito reconhecido. Estou muito emocionado e agradeço a todos os Srs. Senadores pelas manifestações que fizeram durante esta minha intervenção. Só me resta esperar que, dentro da Social Democracia Brasileira, dentro dos demais partidos que militam nesta Casa presida o sentimento da justiça social, o desejo de fazer da Nação brasileira uma nação fraterna, uma nação irmã, uma nação capaz de quebrar a grande miséria existente dentro desta Pátria. (Muito bem! Palmas)

(Durante o discurso do Sr. Wilson Martins, o Sr. Nelson Carneiro, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nabor Júnior, Suplente de Secretário.)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — O Senhor Presidente da República editou as Medidas Provisórias nºs 136 e 137, de 20 de fevereiro de 1990, que “dispõe sobre a cobrança e a atualização dos créditos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA, e dá outras providências” e que “autoriza o poder executivo a abrir ao Orçamento da União, o crédito extraordinário de NCz\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzados novos), para os fins que especifica”.

De acordo com as indicações das lideranças, ficam assim constituídas as comissões mistas incumbidas de emitir pareceres sobre as matérias:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 136, DE 1990 SENADORES

Titulares

Aluízio Bezerra — José Fogaça — Márcio Lacerda — Alexandre Costa — Dirceu Carneiro — José Paulo Bisol — Carlos Patrocínio

Suplentes

Aureo Mello — Gerson Camata — Nabor Júnior — José Agripino — Chagas Rodrigues — Jamil Haddad — Antônio Luiz Maya

DEPUTADOS

Titulares

Manoel Moreira — Arnaldo Moraes — Ivo Vanderlinde — Ézio Ferreira — Waldeck Ornêlas — Fábio Feldmann — João Cunha

Suplentes

Raimundo Rezende — Antônio Câmara — Francisco Sales — Narciso Mendes — Antônio Ferreira — José Guedes

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 137, DE 1990 SENADORES

Titulares

Gerson Camata — Mansueto de Lavor — Severo Gomes — João Menezes — Wilson Martins — Maurício Corrêa — Ney Maranhão

Suplentes

Nabor Júnior — Ronaldo Aragão — Ruy Baçelar — Odacir Soares — Teotônio Vilela Filho — Mário Maia — Carlos Alberto

DEPUTADOS

Titulares

Asdrúbal Bentes — Ubiratan Aguiar — Aloísio Vasconcelos — Messias Góes — Átila Lira — Celso Dourado — Leonel Júlio

Suplentes

Maria Lúcia — José Viana — Ilário Braun — Levy Dias — Salatiel de Carvalho — Vicente Bogo

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — De acordo com a resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 22-2 — Designação da comissão mista
Dia 23-2 — Instalação da Comissão mista
Até 2-3 — Prazo para recebimento de emendas. Prazo para a comissão mista emitir o parecer sobre a admissibilidade
Até 8-3 — Prazo final na comissão
Até 23-3 — Prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 9, DE 1990 Complementar

Regula parcialmente os incisos II e III do art. 161 da Constituição, fixando prazo para a entrega das parcelas de receitas tributárias pertencentes aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e cominando penalidades aos inadimplentes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º — O repasse das receitas tributárias de que tratam os arts. 157, 158 e 159 da Constituição Federal reger-se-á pelos dispositivos constantes desta lei.

Art. 2º — A entrega das parcelas de receitas tributárias pertencentes aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos dos arts. 157, 158 e 159 da Constituição, deverá efetuar-se impreterivelmente até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação.

Art. 3º — O descumprimento do prazo estabelecido pelo artigo anterior acarretará a incidência de atualização monetária da parcela devida a partir do mês de sua arrecadação, acrescida de juros de mora de um por cento ao mês.

Parágrafo único. O atraso superior a dois meses:

I — por parte da União, importará crime de responsabilidade para o Presidente da República, nos termos do art. 85, VII, e 86, da Constituição.

II — por parte do estado-membro, além da intervenção federal, de que trata o art. 34, V, b, importará, para o Governador, cri-

me de responsabilidade, conforme dispuser a Constituição Estadual.

Art. 4º — O descumprimento do prazo de divulgação dos montantes de cada um dos tributos arrecadados, dos recursos recebidos, dos valores de origem tributária repassados e a repassar e da expressão numérica dos critérios de rateio, conforme determina o artigo 162 da Constituição, acarretará para o inadimplente, em favor dos destinatários dos recursos, multa de mora de um por cento ao mês.

Art. 5º — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º — Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Ao fazer explicitar no texto constitucional, através do art. 160, ser vedada a retenção ou qualquer restrição à entrega e ao emprego dos recursos atribuídos aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, pretendem os Constituintes zelar de maneira objetiva pelos interesses dos cidadãos, reduzindo os níveis de incerteza relativos aos prazos de recebimento, no tocante às disponibilidades financeiras resultantes do repasse dos recursos tributários.

Essa preocupação, convertida em dispositivo legal, visou a fazer com que tais recursos, de fundamental importância para o atendimento às demandas primárias da população, pudessem estar disponíveis, junto aos seus destinatários, imediatamente após a sua arrecadação, de modo a permitir a sua utilização dentro de um período razoável de tempo, conforme previsto nos orçamentos e cronogramas físico-financeiros dos seus beneficiários.

A observância dos prazos de repasse assume especial relevância, se contemplada no contexto de grave crise econômica experimentada pelo País, na qual a erosão da moeda é sentida na flagrante e contínua deterioração do seu poder de compra, numa inflação que chega a atingir quase 2% ao dia.

Proteger o poder de compra dos recursos oriundos das receitas tributárias é, em última análise, proteger os interesses básicos das comunidades, uma vez que o recurso defasado, carcomido pela desvalorização decorrente do atraso de sua realização, implica em obras a menos a preços cotados a maior.

Assim, o prazo máximo tolerável, consoante o estabelecido na carta Magna foi fixado no último dia do mês subsequente ao da arrecadação. Isto porque é este o prazo estipulado para a divulgação dos montantes de cada um dos tributos arrecadados pelas três esferas de governo dos recursos recebidos, dos valores de origem tributária entregues e a entregar e a expressão numérica dos critérios de rateio, conforme disposto no art. 162.

Uma das finalidades dessa divulgação, talvez a principal, é justamente servir de base para a conferência e o controle, por parte dos destinatários dos recursos, da exatidão das parcelas por eles recebidas, até porque o inciso III do art. 161 comete à lei comple-

mentar regular o acompanhamento, pelos beneficiários, do cálculo das quotas e da liberação das participações.

Objetivando evitar o atraso na liberação de tais quotas, assegurando assim a observância do art. 160, é que a Constituição determina seja a entrega igualmente disciplinada por lei complementar, a qual, para imprimir eficácia ao citado art. 161, não poderá deixar de oferecer sanções para as hipóteses de seu descumprimento ou ao descumprimento do art. 162, seu colorário lógico.

Portanto, em obediência aos incisos II e III do art. 161 da Carta Magna, necessário é imprimir-se efetividade aos citados arts. 160 e 162. E a única forma de fazê-lo, segundo a mecânica das normas jurídicas, será mediante o estabelecimento de sanções assecuratórias de sua observância, aliás, como ensina Kelsen. No caso, as sanções são as propostas nos arts. 3º e 4º. A atualização monetária e os juros de mora previstos no art. 3º caput, a rigor, nem podem ser consideradas sanções penais, por consubstanciarem mera atualização monetária do valor devido. Sanções penais seriam as cominações do parágrafo único do mesmo artigo único do mesmo artigo, que elevam as inadimplências superiores a dois meses à categoria de crimes de responsabilidade, a que estariam sujeitos o Presidente da República e o Governador do Estado-membro, e a prevista no art. 4º, para o descumprimento do prazo de divulgação estipulado no art. 162.

Quanto ao mérito, é inquestionável a necessidade de regulamentação da matéria, posto que historicamente tem se observado uma prática negligente na administração dos cronogramas de desembolso, com resultados, a nível de economicidade e aplicação de recursos, sabidamente insatisfatórios. Tal prática, aliás, tem sido objeto de duras críticas por parte das administrações estaduais e municipais e ainda de denúncias frequentes nos veículos de imprensa.

Urge, pois, dar fim a esse justo clamor ao mesmo tempo em que se confere uma maior agilidade ao repasse das quotas de receita tributária, agilidade esta mais compatíveis com os preceitos da moderna administração financeira.

Sala das Sessões, 21 de fevereiro de 1990.
— Humberto Lucena.

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — O projeto lido será publicado e remetido à Comissão competente. (Pausa)

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

Brasília, 22 de fevereiro de 1990

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 7º do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência haver me desligado dos quadros do Partido do Movimento Demo-

crático Brasileiro — PMDB, em 16 de fevereiro de 1990, filiando-me, nesta mesma data, ao Partido Democrata Cristão.

Ao ensejo, reñovo-lhe meus protestos de estima e consideração. — Senador Leopoldo Peres.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — O expediente lido vai à publicação. (Pausa.)
Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 13 DE 1990

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, alínea c, do Regimento Interno, para Mensagem Senado Federal — MSF nº 247/89, que “propõe ao Senado Federal, seja autorizada a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEM) a contratar operação de crédito externo, no valor de até FB 86.835.783,00 junto ao Bank Brussels Lambert S/A.

Sala das Sessões, 22 de fevereiro de 1990.
— Senadores Roman Tito — Marco Maciel
— Fernando Henrique Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — O requerimento lido nos termos regimentais será votado após a Ordem do Dia. (Pausa)

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 14, DE 1990

Nos termos regimentais, requeiro que não seja realizada sessão do Senado nos dias 26, 27 e 28 de fevereiro de 1990, nem haja expediente em sua Secretaria.

Sala das Sessões, 22 de fevereiro de 1990.
— Senadores Mauro Benevides, Chagas Rodrigues, Mário Maia.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Aprovado o requerimento, será cumprida a decisão do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Está esgotado o tempo destinado ao expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA

As matérias constantes dos itens 1 e 2 da pauta ficam com a votação adiada, em virtude da falta de quorum.

São os seguintes os itens com apreciação adiada:

1

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 1989, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Senhores Senadores, que acrescenta parágrafo ao art. 159 e altera a redação do inciso II do art. 161 da Constituição Federal.

2

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 1989, de autoria do Senador Leopoldo Peres e outros Senhores Senadores, que acrescenta um § 6º ao art. 5º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Item 3:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 91, de 1989, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que suspende, de acordo com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, em acórdão de 5 de março de 1986, a execução do parágrafo único do art. 45 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Lei Complementar nº 35/79), nos termos do que dispõe o art. 52, inciso X, da Constituição brasileira em vigor.

A Presidência esclarece ao Planário que a matéria ficou sobre a mesa durante cinco sessões ordinárias, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, combinado com o art. 277, do Regimento Interno.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora, para a redação final.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 91, DE 1989

Suspende, de acordo com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, em acórdão de 5 de março de 1986, a execução do parágrafo único do art. 45, da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Lei Complementar nº 35/79), nos termos do que dispõe o art. 52, inciso X, da Constituição brasileira em vigor.

Artigo único. Fica suspensa, de acordo com decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, em acórdão de 5 de março de 1986, a execução do parágrafo único do art. 45 da Lei Orgânica da magistratura Nacional (Lei Complementar nº 35/79), nos termos do que dispõe o art. 52, inciso X da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Esgotada a matéria da Ordem do Dia, passa-se, agora, à votação do requerimento de urgência, lido no Expediente, para a Mensagem nº 247, de 1989, em que o Presidente da República propõe ao Senado seja autorizada à Co-

missão Nacional de Energia Nuclear a contrair operação de crédito, de seu interesse, no valor de 86 milhões, 835 mil e 783 francos belgas, junto ao Bank Lambert S.A.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, a Mensagem nº 247/89, será incluída na Ordem do Dia da segunda sessão ordinária subsequente.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Leite Chaves, como Líder do PMDB, pelo período de 20 minutos.

O SR. LEITE CHAVES (PMDB—PR. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.)

Sr. Presidente e Srs. Senadores, as televisões, os rádios estão, insistentemente, trazendo notícias de que o Banco do Brasil vai ser privado. E, em razão disso, funcionários do Banco estariam se organizando para defender a instituição do ato de privatização. Mais: pelo zelo e o respeito que o Banco merece de todos os setores, também funcionários de Bancos privados estão se organizando para a defesa.

Não se sabe entretanto, Sr. Presidente, que motivações são essas, que organismos são esses que estão colocando, a nível de alarme, essa notícia. Eu com ela me preocupei no primeiro instante de publicação do anúncio, porque, como V. Ex^a sabe, eu sou do Banco do Brasil, eu sou funcionário do Banco do Brasil, como V. Ex^a também, Sr. Presidente. Ambos somos Advogados do Banco, aposentados. Servimos àquela casa por trinta anos. E eu, como V. Ex^a, tenho, em relação ao Banco do Brasil, um respeito muito profundo. E já disse uma vez, que pareceu exagero a alguns, que é a única coisa séria que eu acho no Brasil. Pelo menos eu não quero dizer a única coisa séria, mas a mais séria que existe no Brasil.

O Banco existe desde 1808, exerceu durante todo o tempo os mais diversos papéis, inclusive, a função de Banco Central. Jamais houve um deslize, enquanto o Banco Central esteve sob a jurisdição do Banco do Brasil. Depois que se tornou autônomo, e que aqueles velhos e antigos funcionários que saíram do Banco do Brasil e ocuparam funções do Banco Central se aposentaram, aí o Banco Central tornou-se uma fonte de escândalos.

Eu, uma vez aqui, invoquei a quantidade de escândalos de comportamentos, de malversação que ali ocorriam, inclusive, o próprio Banco Central patrocinando as atividades irregulares do Nahan. Eu disse aquilo com cinco meses de antecedência ao ocorrido na Bolsa de Valores de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Ontem estive com o Presidente da República eleito, Fernando Collor de Mello, e S. Ex^a fez um apelo a mim: "Senador Leite Chaves, eu gostaria que V. Ex^a, em meu nome, fizesse um pronunciamento no Senado de que

é uma verdadeira injúria o que está ocorrendo. É um desejo, a decisão é minha. O que ocorrerá de minha parte, sendo empossado, são atos vigorosos no sentido de fortalecer o Banco do Brasil." E disse-me S. Ex^a que não teria condições de governar o País sem uma instituição forte, como o Banco do Brasil. E disse mais: que haverá de fortalecer o Banco de tal sorte que ele voltará a ser o instrumento de realização financeira que ele foi no passado, sobretudo no que tange ao financiamento da produção agrícola, com ênfase no setor da pequena e da média propriedade.

Sr. Presidente, eu me convenci de que, realmente, essa é a determinação do futuro Presidente da República e S. Ex^a já desmentiu esses "boatos" muitas vezes. E não sei por que se organiza uma campanha dessas, sem que haja nada de palpável, mesmo porque a privatização de qualquer instituição, no País, dependerá de autorização expressa desta Casa.

O Presidente da República não tem condições de privatizar nem mesmo uma mercearia, que estivesse em mãos do estado, sem que houvesse aprovação prévia do Congresso Nacional.

Essa solicitação da Presidência foi feita perante o seu Líder nesta Casa, que é o Senador Carlos Chiarelli e, também, o seu futuro Ministro da Justiça, Bernardo Cabral. E eles, por seu lado, reafirmam essa posição.

Então, Sr. Presidente, para que o boato não alcance a forma de escândalo desproporcional, e crie inquietude no seio desta grande organização, é que eu transmito a meus colegas do Banco do Brasil, a Diretores, Gerentes, Chefes de Serviço, funcionários dos diversos escalões, a notícia de que o Presidente só haverá de fortalecer a instituição, por respeitá-la, e, na convicção de que, sem ela, não terá forças para dirigir uma sociedade tão difícil, sobretudo no setor financeiro, como é o Brasil.

O Sr. Mário Maia — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LEITE CHAVES — Com todo o prazer, ouço V. Ex^a.

O Sr. Mário Maia — Nobre Senador Leite Chaves, acho que a comunicação que V. Ex^a faz, neste instante, traz tranquilidade não apenas aos funcionários do Banco do Brasil, mas a todos os brasileiros, porque é uma inquietude que existe, uma preocupação permanente desde a campanha presidencial, dos funcionários e dos brasileiros que aprenderam, como V. Ex^a acaba de ressaltar, a respeitar o Banco do Brasil como uma das instituições mais importantes e mesmo, diria, paradigma do Brasil. Através de sua palavra como tradutor das intenções do Presidente eleito, tranquilizamo-nos e fazemos votos para que elas correspondem à realidade e para que o Banco do Brasil venha a ser fortalecido realmente, como outrora, quando foi uma das instituições mais fortes e que mais orgulharam — e ainda orgulham — a consciência

política e jurídica nacionais. Para terminar, gostaria de fazer um registro, pedindo a V. Ex^a que não me leve a mal nessa interpretação. Há pouco, quando o nobre Senador Wilson Martins ocupava a tribuna, comunicando a mudança do seu destino político, de um partido para outro, V. Ex^a fez um aparte de exaltação, como todos o fizemos, merecido, à figura deste grande colega que, em qualquer Partido, estará sempre acima das siglas. V. Ex^a fez referência aos que saíram do PMDB, aos que estavam saindo do PMDB, aos que ainda iriam dele sair, que estavam com as malas arrumadas. Comunicando uma intenção do Presidente Fernando Collor como se fosse seu porta-voz, V. Ex^a já não nos deixa mais dúvidas, porque V. Ex^a disse que estava com as malas arrumadas e não sabia que destino iria tomar.

Agora, sabemos o rumo que V. Ex^a pretende tomar, uma vez que já está aqui por esse ato de ser o porta-voz de Sua Excelência o Presidente da República eleito. Para tranquilizar os funcionários do Banco do Brasil e a Nação, estamos como que direcionando o nosso pensamento no sentido de que, amanhã, V. Ex^a esteja perfilhado entre aqueles que pertencerão senão ao Partido, aos quadros da nova direção governamental do País.

O SR. LEITE CHAVES — Agradeço a V. Ex^a, mas não conhecia essa sua qualidade de adivinho; se isso ocorresse, que pelo menos fosse um ministério desses gigantes, porque nada disso esteve em minha cogitação.

Disse, realmente, Senador, que estou preparando a mala, e o disse mal. Mala tem Senador importante como V. Ex^a ou o Senador José Fogaça, do Rio Grande do Sul. Sou um Senador itinerante, muito modesto, tenho matulão, tenho mochila, estou procurando ajeitar os meus cacos para ver se me acomodo em outras situações, mas não sem antes dizer que desse Partido levarei muita saudade. Agora, como V. Ex^a viu, no artigo que escrevi, acho que as causas existenciais desapareceram, que o nosso contrato social, o nosso compromisso cessou, já não existe mais. Pode existir convivência, por motivo de sigla, mas já não existe mais identificação. O que existe nesse Partido são quadros fantásticos, e talvez tenha sido essa uma das causas de nossa próxima queda, de nossa morte partidária. Há valores. Uma grande quantidade de Deputados são por si sós qualificados para conduzir o Partido, mas é a realidade que conduz os destinos de um país e não agrupamentos que já não tem bandeiras.

Quero dizer a V. Ex^a que o Governo não é Partido, é um poder e é o Poder Executivo. E asseguro a V. Ex^a que muitos, inclusive do meu Partido, poderão formar no bloco da maioria, ou da Oposição, ou do Governo, sem que seja preciso sair do Partido.

Seguramente, para o Partido do Governo, se é que ele tem, eu não iria. Se eu tivesse que sair para um partido — e nesse sentido eu estaria me aprestando — seria um Partido jovem, novo, mas de muita movimentação,

que vai existir exatamente pelas mesmas causas pelas quais o PMDB está perecendo: é o Partido da Mobilização Nacional.

É um Partido que tem fundamento. É um Partido que tem como pressuposto o seguinte: todas as vezes que o povo tem um problema e que se mobiliza, ele o resolve, soluciona.

Então, o que houve com o PMDB foi exatamente a inanição. Nós ficamos grandes demais, indiferentes demais e não nos conseguimos mobilizar.

De forma que esse seria o Partido que poderia me motivar. Ele está na luta pelo registro definitivo. Tudo indica que o alcançará. E eu não tenho dúvidas que ele poderá ser um dos bons e grandes partidos nacionais.

Ele é novo, tem uma origem muito séria. O seu fundador é um dos homens respeitáveis deste País, de grande sabedoria política, que é o Professor Celso Brant. Ele foi um dos poucos que, na televisão, fez uma pregação política e não apenas promessas eleitorais. Esse seria o Partido.

Eu tenho certeza que haverei, se chegar a esse Partido, se ele chegar a se realizar, de contar com companhias de grande valor nesta Casa.

Partidos existem em profusão, mas eles têm que obedecer a legitimidade de uma origem. Os partidos são como os rios: trazem a cor, o cheiro, o gosto das águas das suas fontes. É o caso do Rio Negro. Ele nasce negro e vai até o Amazonas negro. Há rios que nascem verdes como o Tapajós, que vai a vida correndo da mesma cor.

Os nossos partidos nascem de uma cor, mudam a todo instante, e não têm cor nenhuma.

Mas, Sr. Presidente, a minha missão era outra, era falar sobre o Banco do Brasil.

O Sr. Afonso Sancho — Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senador Leite Chaves?

O SR. LEITE CHAVES — Com todo o prazer, Senador.

Muito obrigado pela honra de me dar juventude nessa exortação.

O Sr. Afonso Sancho — Congratulo-me com V. Ex^a por ter trazido uma notícia tão alvissareira que há muito desejávamos viesse a público. Essa idéia de que o Presidente Collor iria estatizar o Banco do Brasil foi criada com muito espírito pelo PT, com a finalidade de incompatibilizar essa legião de funcionários do Banco do Brasil com aquele candidato — e realmente eles conseguiram o desiderato, porque não tem cidade no Brasil onde a maioria dos funcionários do Banco do Brasil não ficou contra a candidatura Collor, baseada nesta increpação feita pelo PT, que deu muito certo. Aqui e acolá, surgem informações erradas, como sendo do pensamento do Presidente. Ainda hoje estive com o ex-Governador Aduardo Bezerra, com o Deputado Aécio de Borja e o Presidente da República, quando S. Ex^a teve oportunidade de dizer que nunca passou por sua cabeça acabar com o DNOCS. E, há poucos dias, ouvimos o nosso colega Cid Sabóia de Carva-

lho já denunciando essa possível liquidação do DNOCS. De forma que, aqui e acolá, surgem essas informações e vão direto, como sendo de autoria do Presidente da República. E S. Ex^a, acredito eu, jamais poderia destruir uma instituição como o DNOCS, que presta um serviço inestimável, especialmente ao Nordeste, e a quem diga-se de passagem, esses últimos governos não têm dado a força, o vigor e o potencial que aquele órgão precisa para servir bem às regiões que não são favorecidas pelas chuvas. Assim sendo, Senador, V. Ex^a está prestando um grande serviço ao Presidente Collor ao dar esta notícia, para que os funcionários do Banco do Brasil saibam que o Presidente nunca teve esta intenção.

Ainda anteontem, recebi um telefonema de uma Senhora aflita de Fortaleza dizendo: "Você me pediu para votar no Presidente, eu lhe falei que não votaria nele, porque ele iria privatizar o Banco do Brasil. Você garantiu que isso não ocorreria. Hoje estou vendo na televisão que ele vai privatizar". Disse-lhe eu, então: "Não, você está vendo uma informação, talvez o excesso de expressão de um Ministro, que disse que a estatização poderia atingir até o Banco do Brasil, porque a linha seria privatizar". Tranquilizei, então, aquela Senhora.

Hoje, o pronunciamento de V. Ex^a vem tranquilizar ainda mais, porque V. Ex^a ouviu de viva voz do Presidente que nunca foi intenção de S. Ex^a privatizar o Banco do Brasil. Muito obrigado.

O SR. LEITE CHAVES — Agradeço, Senador. O Presidente me transmitiu esta convicção. E não foi apenas por palavras, mas por sentimento. Quando temos uma longa experiência pública, começamos a sentir o pensamento, começamos a sentir o que fica. Isto porque, muitas vezes, o que mais nós escondemos é o que mais revelamos. E o Presidente Fernando Collor jamais chegaria a mim, Senador nesta Casa, e, além do mais, funcionário do Banco, que poderia ficar contra S. Ex^a se diversa fora a sua intenção.

O Sr. José Fogaça — Permite-me, V. Ex^a um aparte?

O SR. LEITE CHAVES — Darei já o aparte a V. Ex^a. O Banco do Brasil é estabelecimento bancário através do qual a Nação se exercita financeiramente. O Banco do Brasil é uma universidade de trabalho. Sabe V. Ex^a quantos funcionários estão no Executivo requisitados do Banco do Brasil? O próprio Ministro da Fazenda é um deles, só que este Ministro, como eu já disse aqui nesta Casa, é um inimigo do Banco. Por uma razão freudiana, ele se tornou inimigo intransigente da Casa, ele quis destruir a Casa que lhe deu a oportunidade de ser alguma coisa na vida. Existem milhares neste País.

Então, o Banco é uma casa assim de trabalho. O funcionário ali ingressa através de concursos rígidos, o Banco seleciona o melhor que a classe média tem, isto tem feito ao longo dos anos. Muita gente, então, porque

é banco, quer comparecer o Banco do Brasil a outros estabelecimentos bancários quando na realidade há diferença de comportamento, mesmo com bancos estrangeiros. Por exemplo, os funcionários do Banco do Brasil fazem carreira, eles dedicam a sua existência, a sua vida àquela organização. Nos bancos particulares, não. Nos bancos particulares os funcionários fazem bico de um modo geral, tanto é que nelas e muito apenas entregam a mocidade e a vitalidade da fase mais jovem da vida. Há bancos destes em que ninguém encontra um homem com 40 anos de idade. Há bancos, inclusive, que chegam a explorar o lenocínio. Hoje diminuíram mais porque ficou muito afrontoso. Pegavam moças calipiginosas, provocantes, davam-lhes calças apertadas para que lavadores, sedentos de desejo, ao chegarem, fizessem com o dinheiro o que elas desejassem. Era uma coisa terrível! Mas o negócio ficou tão afrontoso que, digamos, já não está mais assim. Mas isso é lenocínio, perante o Código Penal. No Banco do Brasil não há isso. Há extrema seriedade. Rigor no trabalho.

Sr. Presidente, eu me lembro, e V. Ex^a também é advogado do Banco, da dificuldade de situações nossas. Um gerente, às vezes, um funcionário que transige no pouco merece perdão. Mas quando o cara transige na honestidade, não há jeito, o Banco leva aos tribunais. É o inquérito para apuração de falta grave. Quantas vezes gerentes, pais de família, tiveram que sofrer inquérito e tivemos que patrociná-los? Porque no dia em que o Banco transigir com essa situação, cairá inexoravelmente. Seus alicerces repousam na honra, na eficiência e ombridade funcionais.

Senador José Fogaça, V. Ex^a tem o aparte.

O Sr. José Fogaça — Nobre Senador Leite Chaves, fico surpreso, mas não perco a minha atitude extremamente respeitosa e de profunda admiração em relação a V. Ex^a. Surpreso pelo fato de que V. Ex^a, nesta Casa, faz as vezes de porta-voz do Presidente eleito, por não ver uma afinidade maior entre a personalidade política de V. Ex^a e a personalidade do futuro Presidente da República, que irá assumir no dia 15 de março. Para mim, são duas personalidades profundamente distintas, marcadamente distintas, mas quero crer que V. Ex^a tenha essa postura tão somente movido pelo seu amor ao País. De V. Ex^a não se pode jamais esperar outro tipo de atitude e outro tipo de postura. Quanto ao que V. Ex^a noticia, quero dizer que eu, particularmente, nunca tive nenhum temor em relação a isso. Qualquer pessoa que tenha um conhecimento meridiano da estrutura do sistema estatal brasileiro, sabe que esse sistema é como um jogo de dominó, se é preciso derrubar a pedra do Banco do Brasil, ela é a última pedra. O Banco do Brasil, a Petrobrás, a Eletrobrás e a Companhia Vale do Rio Doce são pedras que estão lá no final deste jogo de dominó que é esta campanha privatista que hoje tomou conta do Brasil. Portanto, eu tenho absoluta tranquilidade em relação a isso; se a privatização do Banco

do Brasil tiver que acontecer, ela será a última de cerca de 300 empresas estatais da órbita federal. Portanto, nem mesmo talvez o mais bem sucedido dos mandatos presidenciais, como poderá — é o que deseja todo o povo brasileiro — vir a ser o mandato do Presidente Fernando Collor, terá fôlego para um processo de privatização que atinja tal dimensão. Então, eu tenho absoluta tranquilidade em relação a isso. Antes, muitas outras empresas, muitos outros obstáculos terão que ser vencidos. Acho até que o Senador Afonso Sancho tem razão, isso foi uma tática político-eleitoral do PT que funcionou, e funciona sempre esse tipo de coisa. Se o cavalo não tem chifres, colocam-se chifres no cavalo, porque é uma forma de tornar o monstro mais feio e qualificá-lo como adversário. Esta tática é velha, antiga, não tenho medo. Agora, o que me atemoriza, o que me causa espanto e perplexidade é que o Presidente eleito acaba de indicar como futuro Ministro da Infra-estrutura — aliás, diga-se de passagem, um super ministério, sobre o qual estarão cerca de 120 empresas estatais, um Ministério dos Transportes, do Ministério do Interior, do Ministério de Minas e Energias — um homem que se dispõe, pelo seu posicionamento já expresso nos jornais, conhecido da opinião pública desde o momento em que foi revelada a sua indicação, se dispõe não só a uma campanha, mas a uma prática severamente privatizante. Ou seja, o que me preocupa não é o Banco do Brasil. Tenho certeza que o Banco do Brasil é o último baluarte que poderá ser atingido. Está muito longe, mas vem pela frente, vem por aí, nobre Senador, uma onda de privatização. E para isto foi designado, para isto indicado, para isto foi alocado no Ministério da Infra-estrutura o Sr. Ozires Silva, ex-Presidente da Petrobrás e ex-Presidente da Embraer. O seu discurso é um discurso que, tonitruantemente, predominantemente, defende a privatização das empresas estatais, ou seja, transferir bens do Estado, patrimônio do povo brasileiro para grupos particulares. Já que V. Ex.^a tem esta proximidade, esta afinidade com o Presidente eleito, Fernando Collor, V. Ex.^a tem informação de quais seriam. Se não o Banco do Brasil — tenho certeza que não, a minha tranquilidade é anterior ao pronunciamento de V. Ex.^a, embora ele venha carregado da autoridade — V. Ex.^a tem a informação de dentro as 127 empresas estatais que estarão sob o domínio do Ministério da Infra-estrutura, quais as que a fúria privatizante do novo Ministro irá atingir? Esta é a indagação que faço a V. Ex.^a

O SR. LEITE CHAVES — V. Ex.^a, inicialmente, se manifestou surpreso com o fato de eu aqui aparecer, defendendo, pelo menos neste particular, a posição do Presidente. Mas eu, de antemão, é que me surpreendo com V. Ex.^a, porque a surpresa é o quotidiano da política. Aqui é uma Casa de surpresas.

O Sr. José Fogaça — Eu não sabia que era tão-somente nesta questão.

O SR. LEITE CHAVES — Não, pode ser em outras. V. Ex.^a viu que eu votei no Presidente atual. Meu candidato foi o Presidente do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, em quem votei no primeiro turno, mas, no segundo turno, votei no Sr. Fernando Collor de Mello, que foi eleito Presidente da República. Inclusive fiz sérias críticas ao outro candidato que com ele competiu. Levantei dúvidas profundas e sérias que até hoje estão sem respostas. Aliás, dúvidas severas. Ao Fernando Collor de Mello reservei aquela observação de que não houve acusação de que ele não se defendesse. Jamais admito que um homem público seja acusado sem que se defenda. A Folha de S. Paulo lhe desferiu as mais violentas coarctadas e a todas elas ele respondeu.

Ademais, não pode haver dúvida, porque, entre mim, e ele há uma origem comum. Embora nascesse no Rio de Janeiro, ele tem toda a hereditariedade social da minha vida. Somos de regiões sofridas e temos essa identidade de origem. "As mães sofridas são as mais amadas". Creio até que os filhos de São Paulo ou do Rio Grande do Sul não tenham tanto amor às terras como nós temos, anda que delas nos desprendamos. Eu creio num dos Estados mais interessantes e estou preso pelo coração a ele, mas não esqueça da terra seca, difícil em que nasci. As nossas terras são similares. A minha Paraíba e a sua Alagoas.

Outra coisa. Quero dizer a V. Ex.^a que essas acusações de origem não hão de vingar. A história mostra que devemos ser julgados não pelas nossas posições econômicas e, sim, pelos nossos sentimentos, pela nossa identificação emocional e sentimental. Não é um operário que é o mais qualificado para defender os operários. A história tem mostrado exatamente o contrário: quando eles mudam de cargo, mudam de posição.

Dou um exemplo a V. Ex.^a Na época da escravidão, os homens que mais lutaram pela sua libertação foi Joaquim Nabuco, Usineiro, Rui Barbosa era um aristocrata na Bahia. Eles lutaram de corpo e alma, enquanto havia escravos que se batiam para que a escravidão se mantivesse.

Então, o fato de dizer que Collor é um bem-nascido, não é isso. Pelo contrário. A sua origem é uma origem de luta. A do seu pai é uma origem também de luta.

Outra coisa. Acredito demais nos homens tomados de motivação, na inspiração de um determinado instante. Um homem inspirado é capaz de fazer milagres. Os homens que mudam a história nem sempre são os mais competentes, os mais cultos: são aqueles que melhor se inspiram.

Um dia desses, num programa de televisão, eu dava um exemplo. Durante a Revolução Francesa havia um tenente de menos de 21 anos de idade. Jamais escrevera um verso ou compusera uma canção. Ele se emocionou de tal sorte, se tomou de tal forma do espírito daquele instante, que numa noite escreveu a Marselhesa, uma música universal. Na época havia músicos celeberrimos na Europa,

na França, e nenhum foi capaz de o fazer melhor naquele momento.

Os organismos sociais são capazes de criar valores para defendê-los, quando estão em crise e dificuldade: É uma espécie de instinto de conservação da sociedade.

Quem sabe se o Presidente Collor não virá a ser um dos melhores Presidentes que já tivemos? Uma coisa é certa: ele tem faro de mundo. Ninguém pode governar um país com essas proporções, com o sentimento matutístico que temos encontrado nos empresários brasileiros, na elite comprometida e em muitos políticos.

Dá pena — e V. Ex.^a já viu isso — a gente sair, às vezes, com parlamentares desta Casa — há algumas exceções — ou com empresários. Eles chegam num país desses, batem com a cabeça no vidro, não sabem ler um anúncio. Não sabem trocar uma palavra, não conhecem a linguagem do mundo.

Hoje, nós vivemos num sistema de vasos comunicantes. Tenho agora uma posição diversa daquela anterior à Constituição.

Depois dessa Constituição que fizemos, com vícios e virtudes, mais virtudes do que vícios, acho e considero que todos os nossos interesses estão protegidos, internos e externos. Então, o Brasil tem que se abrir ao mundo. Ou ele faz isso, ou terá grandes dificuldades em prosperar.

Vim da China, recentemente, do Japão e da Coreia, e fiquei impressionado com o que vi. O progresso dos próximos cinquenta anos virá de lá. Já tenho manifestado o meu empenho em lutar pela abertura de portos para o Pacífico. A Europa se fechou no Mercado Comum Europeu, Estados Unidos e Canadá se fecharam no Atlântico. Então, a nossa grande passagem é para o oeste do País.

Quando o Acre, Rondônia, Mato Grosso do Sul e do Norte estiverem com uma produção enorme, não teremos condição de colocá-la no Atlântico. O atrito econômico seria tamanho que o preço do combustível ultrapassaria o da carga. A saída é para o Pacífico.

A China reserva uma atenção fantástica para o Brasil. Até mesmo pelo Pacífico nos comunicaremos melhor com o Canadá e os Estados Unidos. E é por estes saberem que podem sofrer a concorrência do Brasil que o próprio Bush, no dia da morte do Imperador, em Tóquio, forçou os japoneses a negarem o empréstimo que asseguraria a conclusão da estrada que nos dava acesso, através dos Andes, para o Oriente.

Então, quem pode censurar o Presidente atual?

Ora, ele foi eleito. O princípio da democracia é o de que ganha aquele que tiver maioria. Ninguém pode dizer que foram grupos econômicos que o elegeram, que ele serviu a interesses, porque depois da eleição de dois turnos quem não tiver talento e qualificação não chega ao final. Grupos econômicos ou outros interesses subalternos não têm condições de levar ninguém ao final depois dos dois turnos. No segundo turno, como V. Ex.^a viu, estavam os dois candidatos perante o

povo, o seu julgador implacável, julgando não só pelas palavras, mas pelos atos e pela qualificação. Mostrou-se o melhor, o mais qualificado. Quem o nega? Demonstração, disso foi essa fenomenal viagem que fez internacionalmente. Creio que poucos presidentes, ante da pose, ou mesmo empossados, tiveram essa consagrada recepção que ele teve, no mundo. Empolgou de tal forma que obteve fora o mesmo empolgação obtido aqui no Brasil.

Então, por que o Congresso deve ficar de antemão contra ele? Não haverá salvação. Se ele tiver insucesso, o insucesso será do País, será desta Casa. Ninguém pense que com a obstrução se haverá de tirar proveito político. O nosso dever, no nosso Partido, que está sofrendo essas convulsões de ajustamento, o nosso empenho foi com a revogação dos institutos excepcionais, a assecuração da liberdade, a feitura da Constituição, o estabelecimento da democracia. Mas a democracia não se estabelece se o primeiro presidente eleito não tiver condições de realizar as suas metas mínimas prometidas ao País. Ele mesmo me dizia ontem que ele não fora eleito, sozinho, ele fora eleito juntamente com as suas teses e em razão delas. Então, se esta Casa, com todo o poder que tem, frustrar a realização administrativa do futuro Governo, ela haverá de sofrer profundas coarctadas. Ele saiu com o poder do povo, ele teve a delegação efetiva. E estamos em fim de mandato. Quem assegura que voltaremos a esta Casa, quantos Deputados voltarão? É muito difícil, o comportamento do povo será outro nas próximas eleições.

Então, temos o dever com a realidade do País. Tem sentido que forças que perderam as eleições, apenas em razão da frustração da perda, articulem-se para frustrar o Governo que nasce?

Votei no Presidente, defendi-o aqui, fazendo restrições, como fiz graves e profundas acusações ao outro. Estão nos Anais da Casa, esses meus discursos. De forma que eu é que me surpreendo com a surpresa de V. Ex.^a Inclusive, haverei de integrar o bloco da maioria, não a maioria incondicionada, mas o bloco intermediário com independência, para dar todo o empenho e apoio às medidas convenientes ao País e me opor àquelas que me pareçam, no meu modesto entender, no meu *visum perceptum* modesto, não lhe ser convenientes. E creio que esta deve ser a posição de todos nós.

Logo depois do carnaval estarei aqui, lutando para que a Casa aprove os pedidos de lei delegada. O novo Governo que se estabelece, diante de uma inflação desta natureza e de problemas os mais sérios, se lhe ficar reservada apenas a via da lei ordinária ou das medidas provisórias para se realizar ou efetivar, não só ele se desmoralizará, como, primeiro, haverá de se desmoralizar esta Casa.

Já temos tanta ocupação que não vamos ter tempo de atender a tantas medidas provisórias. No dia em que a primeira não for

votada e tiver que ser renovada, será uma desmoralização para a Casa e para o Governo. Aí começará a primeira crise.

Quem dirá que as pressões populares breves não se farão sentir nesta Casa? Quem negará a possível presença das turbas enfurecidas no Congresso? Já viu V. Ex.^a que há em São Paulo cartazes enormes, dizendo: "Os Deputados e Senadores ganham uma fábula! É preciso acabar com essa imoralidade! Telefone para o número tal e dê a sua adesão! Para aumentarem os seus ordenados, basta votarem; e o povo, para derribar uma imoralidade dessas, carece de milhares de assinaturas! E V. Ex.^a vê que o quê ganha não é o que os jornais dizem. Eles põem a casa em que moramos ou o carro com valores excessivos, quando V. Ex.^a, na sua cidade, tem que manter um carro e uma casa também.

Aliás, os políticos daqui devem ser julgados quando perdem o mandato. Tomemos um deles, dos mais dignos; ele perde a eleição, está com a casa hipotecada, devendo a campanha anterior; se a mulher não tem muita firmeza, larga, os filhos caem na droga, não arranja outro emprego, tem 45 anos de idade, encosta-se na firma de um amigo, que é uma dificuldade, e depois se envergonha tanto que nem aqui aparece, e, quando aparece, é no escuro do plenário, embora tenha o direito regimental de entrar no recinto. Não há nada mais tocante e pungente do que o entardecer da vida de um político, e os jornais dizem que é a melhor coisa. Aliás, os jornais que acusam esta Casa deveriam fazer um relatório daqueles que foram políticos, que aqui passaram a vida toda, para ver como é que se encontram. Mas não fazem, porque não têm interesse, o interesse é o da deformação.

Então, Sr. Presidente, o Presidente Collor tem que merecer o respeito desta Casa. Ele ganhou dignamente a eleição. Todas as injúrias, que contra ele foram levantadas, foram esclarecidas. Ninguém neste País foi tão acusado! Nas mãos de um rapaz de 40 anos estarão os destinos do País. Como é que o Senado vai se fechar? A Câmara, emocionalmente, nos primeiros dias, poderá resistir, mas nós temos que ter grande compreensão. Nós somos uma Câmara de Estados e todos os Estados sofrerão, violentamente, se houver desacertos nos primeiros passos do Governo, que haverá de se exercitar brevemente no País.

Então, Sr. Presidente, eu falava sobre o Banco do Brasil. Daqui, transmito, novamente, a todos os meus colegas, a todos os funcionários...

O Sr. José Fogaça — V. Ex.^a me perdoe, mas V. Ex.^a não respondeu a minha pergunta. Meu aparte foi em outra direção. Toda a peroração de V. Ex.^a é plenamente válida, V. Ex.^a rasgou a "bandeira collorizada" pela primeira vez nesta Casa. Tenho razão na minha surpresa. Mas V. Ex.^a não disse sobre a questão das privatizações, aquilo que lhe pede, caso V. Ex.^a detenha esta informação, qual é o projeto privatizante do Presidente Collor. Eu sei que não é do Banco do Brasil. Mas, então, qual é?

O Sr. LEITE CHAVES — Vou responder a V. Ex.^a que não sou Collor, sou um Senador que, neste instante, está defendendo o Banco do Brasil, de acordo com as declarações de Sua Excelência. Então, V. Ex.^a já está dizendo que sou Collor de Mello? Ele é quem sabe! Não sou eu que vou dizer; estou apenas exercitando uma faculdade de Senador de, em nome do Presidente por sua solicitação, dar conhecimento ao País, que está preocupado em razão dessas informações alarmantes. Mas, honestamente, não sou o Presidente!

O Sr. José Fogaça — Na verdade, nem o próprio Presidente eleito sabe o que fará em relação...

O Sr. LEITE CHAVES — Porém, eu poderia dizer a V. Ex.^a o seguinte: não assisti, em grande parte, à formação desse acervo nacional no tocante a firmas, empresas. Anos atrás, quais eram as firmas que pertenciam ao País? Firms estatais. Empresa pública que já é pessoa jurídica mais nova: o Banco do Brasil, a Petrobrás, Volta Redonda, a CHESF e poucas outras. No regime militar, por incrível que pareça foi quando mais surgiram empresas estatais no País, porque isso era necessário à Nação. Porém, em grande número, essas firmas eram provenientes do setor privado. Grupos privados desonestos — aliás, em relação a isso, o Presidente eleito tem razão, quando se manifesta contrariamente a essas elites comprometedoras e desonestas, que formavam firmas com o capital de empréstimos oficiais, desviavam e depois entregavam a carga ao Governo. Chegamos a ter inclusive livrarias e firmas impressoras de catálogos e páginas amarelas no acervo público. Então, o Governo teve que incorporar essas firmas. E o que querem, agora, os grupos privatizantes exacerbados. Querem que as firmas melhores e rentáveis sejam vendidas para que possam comprá-las fiado, contrariando empréstimos, fazendo a mesma maracutaia — usando uma expressão da minha região e da do candidato da preferência de V. Ex.^a.

Ontem mesmo eu dizia ao Presidente que não se poderia admitir qualquer privatização, qualquer venda sem que houvesse primeiramente um cadastro. V. Ex.^a verá que, se fizermos um cadastro dos compradores, eles não merecem crédito para comprar nada. Todos têm vida comprometida, são desonestos, maitreiros e querem dar o mesmo golpe que deram no passado. Digo isso com a modesta autoridade de quem esteve no Banco do Brasil durante 30 anos. O Presidente concordou com isto. E se tivermos que vender alguma coisa, por que não estabelecer a preferência, ou seja, por que não primeiro os próprios funcionários das empresas? Ou a própria sociedade? Por que não formar cooperativas para isso? O que não pode ocorrer é o caso previsto pelo Senador Roberto Campos. Passem V. Ex.^a! Aqui, no Senado Federal, está em tramitação um projeto de lei que assegura a venda a empregados de empresas, mas só de empresas deficitárias. Esse é o pensamen-

to de Roberto Campos. As firmas rentáveis para grupos econômicos; agora, as falidas para empregados. Está aqui em tramitação, V. Ex^{as} podem ver esse projeto do Senador Roberto Campos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero tranquilizar os funcionários do Banco do Brasil e o País de que o Banco não será privatizado. Antes, será fortalecido e reintegrado nas extraordinárias funções que ele exerceu no passado e que no momento só polidamente exerce.

Era isso, Sr. Presidente, que tinha a dizer, transmitindo o apelo do Presidente da República a tomar posse no próximo dia 15 de março. (Muito bem!)

(Durante o discurso do Sr. Leite Chaves, o Sr. Nabor Júnior, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Wilson Martins.)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Carlos De'Carli — Aúreo Mello — João Menezes — Carlos Patrocínio — Antonio Luiz Maya — João Castelo — Hugo Napoleão — Cid Sabóia de Carvalho — Humberto Lucena — Raimundo Lira — Lourival Baptista — Itamar Franco — Alfredo Campos — Fernando Henrique Cardoso — Irapuan Costa Junior — Rachid Saldanha Derzi — José Paulo Bisol.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — Concedo a palavra ao nobre Senador Aluizio Bezerra.

O SR. ALUIZIO BEZERRA (PMDB — AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, estamos trazendo ao conhecimento desta Casa os resultados do último Encontro do Parlamento Amazônico, realizado em Cartagena, na Colômbia, entre os dias 8 e 10 deste mês.

Na qualidade de Vice-Presidente do Parlamento Amazônico, representando o Senado naquele encontro, o terceiro encontro, portanto, dado que o primeiro encontro se realizou em Lima, nos dias 16, 17 e 18 de abril de 1988; o segundo realizou-se em Manaus, nos dias 20 a 22 de junho de 1988; e o terceiro encontro em Cartagena, agora, nos dias 8, 9 e 10 do corrente mês.

Sr. Presidente, tanto no primeiro como até agora, no último encontro houve uma elevação constante dos debates e um consolidação dos objetivos do Parlamento Amazônico.

Sabem V. Ex^a e a Casa que o Parlamento Amazônico surgiu exatamente num momento em que teses ameaçadoras vindas das grandes potências, sobretudo alimentadas pelos Estados Unidos e por países europeus, alimentavam a idéia da formação de uma entidade internacional para que gerenciasse a Amazônia, ou seja, criando a figura da internacionalização da Amazônia. Daí por que os 8 países que compõem a Amazônia, através dos seus parlamentares, não poderiam mais deixar apenas no âmbito da diplomacia de

cada um de nossos países, mas os setores parlamentares, indiscutivelmente, teriam que ter um papel ativo diante de uma ameaça de tamanho porte, como a internacionalização da Amazônia.

E esse primeiro encontro em Lima, nos dias 16, 17 e 18 do mês de abril do ano passado, de 1988, melhor dizendo, realizou-se já em 1989, em junho, em Manaus, o Encontro que consolidou todos os objetivos levantados ao primeiro encontro que se deu em Lima, justamente na Câmara dos Deputados do Peru, com a participação de Representantes parlamentares dos 8 países e que deram a sua presença em Manaus, no segundo encontro e, agora, em Cartagena.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, no último encontro, em Cartagena, tivemos a participação de representantes de organizações internacionais que compreendem o papel importante que poderá ter o Parlamento Amazônico, como um instrumento representativo dos parlamentares dos outros 8 países que compõem a Bacia Amazônica. E somente para lembrar, aqui os objetivos. Em primeiro lugar, a preocupação é de assegurar a soberania regional ou seja, os representantes parlamentares dos 8 países defendam, e foi aprovado por unanimidade, a defesa da soberania regional da Amazônia. Ou seja, não se admite, em hipótese alguma, a internacionalização de qualquer espécie, mas que a soberania de cada um dos países que compõem a Bacia Amazônica seja devidamente assegurada, no contexto Amazônico. Segundo ponto, é de que os países que compõem a Bacia Amazônica devem procurar o desenvolvimento da Amazônia em harmonia com a defesa dos princípios de conservação do meio ambiente, bem como da proteção dos espaços das comunidades nativas, e, também, que se desenvolva com maior rapidez as tarefas dirigidas a movimentar os trabalhos voltados para a integração regional. Mais ainda: que se desenvolvam os trabalhos com relação à pesquisa científica, para orientar esse desenvolvimento com base em critérios científicos, para que se possa tirar o maior proveito da Amazônia para responder ao desenvolvimento econômico e social, seja das populações diretamente existentes na Amazônia, como das populações dos países que compõem a Amazônia.

Sr. Presidente, passarei a esta Casa alguns desses documentos básicos. Mas, neste momento em que estamos tratando da questão amazônica e, portanto, da questão latino-americana, não poderia deixar de lembrar que nesse trabalho de integração amazônica uma moção foi aprovada desde o encontro de Manaus, que é o apoio à BR-364, ligando o Atlântico ao Pacífico através do Acre. Portanto, ligando através da BR-364, que faz Cuiabá-Porto Velho-Rio Branco, rio Branco-Cruzeiro do Sul-Pucallpa-Lima, estabelecendo a primeira via transcontinental de ligação Atlântico-Pacífico, fundamental para a integração, porque ela corta perpendicularmente a Panamericana, que vem desde a Argentina,

Chile, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Panamá. E ao cortá-la perpendicularmente, estabelece uma relação de integração através do sistema rodoviário. E, ao mesmo tempo que possibilita o que para nós é fundamental, é importante para o desenvolvimento latino-americano, que é a integração comercial, e o intercâmbio técnico, científico, cultural, bem como o intercâmbio político, sem dúvida alguma, não somente nas relações entre os nossos países vizinhos, mas, sobretudo, com os países asiáticos e, inclusive, com a costa oeste norte-americana.

Portanto, este é um outro ponto importante. Alegra-me de ter lido nas páginas nos últimos dias, tanto numa das publicações de O Globo que divulgou esse plano da BR-364, como instrumento de ligação Atlântico-Pacífico. Mas também nas declarações do Sr. candidato à Presidência da República do Peru, Vargas Llosa; da sua posição favorável, portanto, na qualidade de candidato à Presidência da República não tem posição diferente da do atual Presidente peruano Alan García que, não somente se manifestou favoravelmente, como, também, assinou vários atos, com o Presidente Sarney, possibilitando, através de mecanismos de acordos bilaterais que se processem os mecanismos operacionais da integração fronteiriça, através dos sistemas viários, pelos meios rodoviários.

Mas, Sr. Presidente, já que estamos num dia tão próximo das festas do carnaval no nosso País, e, provavelmente, não tenhamos sessões nos dias que se sucedem ao próximo domingo, não poderia deixar de aproveitar a oportunidade para fazer referência a dois pontos que, no recesso legislativo desta Casa, não puderam ter eco neste plenário e ficou uma parte dele para os mecanismos de divulgação para toda a nação brasileira, mas de grande importância na área internacional, na área latino-americana. Primeiro, me refiro à invasão do Panamá, exercida de maneira tão violenta pelos Estados Unidos e, com isso, quero, apenas, Sr. Presidente, mostrar que as minhas preocupações anteriores com as quais se solidarizaram os Senadores desta Casa e a maioria dos Deputados, no Congresso Nacional, ao assinarem um documento que levamos naquele dia, no dia 17 de junho do ano passado, ao Panamá, no Encontro dos Parlamentares Latino-Americanos, quando defendíamos uma posição política negociada entre os Estados Unidos em substituição à ameaça da intervenção.

Mostrava, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que tínhamos absolutamente razão naquela preocupação. Quinhentos parlamentares assinaram aquele documento que avaliava os grandes riscos de uma intervenção militar no Panamá e que, de fato, veio a materializar-se desgrazadamente, criando uma situação absolutamente contraditória com o ideal latino-americano. Pois é absolutamente inadmissível que uma nação como os Estados Unidos onde se fala e se defende tanto princípios da autodeterminação e foi justamente pela administração do governo norte-americano

que se deu o esmagamento; a violação dos sagrados princípios da convivência internacional, da autodeterminação e da não ingerência nos assuntos internos de um país soberano.

Portanto, Sr. Presidente, as preocupações levantadas, anteriormente nesta Casa, por este Senador que as rememora, em que tivemos a solidariedade e o apoio de 2/3 dos Senadores e um grande número dos Deputados brasileiros o que era, absolutamente, fundamentado, pois a ameaça de intervenção se deu, como é do conhecimento de todos.

E mais ainda: criou-se o problema e é necessário que seja resolvido, com a intervenção militar no Panamá; deu-se a intervenção na administração panamenha, portanto, na máquina administrativa. O Panamá já é um país ocupado por oito bases militares norte-americanas, inclusive bases com armas nucleares, deu-se a intervenção no governo, na administração e ela se mantém. Há a permanência desse grupamento militar norte-americano, ou seja o estado de invasão. O Congresso Nacional há que se pronunciar contra isso e lutar para que se faça a retirada imediata da intervenção militar norte-americana no Panamá.

Não poderíamos deixar de, nesta primeira vez, no início dos trabalhos, levantar esse problema tão grave e pelo precedente gravíssimo que se traz nesta época de redemocratização plena, pela qual estamos lutando e procurando consolidar, não poderemos admitir que justamente agora se retome o processo de intervenção militar como forma de resolver, dirimir dúvidas e querelas na área internacional.

Mesmo que não esteja colocada aqui em discussão a pessoa de Noriega, porém, Sr. Presidente, o que está em jogo é a situação de um país soberano, que hoje tem um governo e uma administração toda manipulada pelos Estados Unidos. E mais ainda, o absurdo de um cidadão, como o Chefe de Estado panamenho, ser levado para julgamento pelas leis de outro país. O que não se pode justificar em hipótese alguma, dentro do sistema jurídico internacional, é que um estado soberano tenha que ter um dos seus chefes de estado retirado, sob o pretexto que seja, para ser julgado por leis de outro estado. A não ser que se dê a inversão de todos os princípios internacionais hoje consagrados nas organizações internacionais.

Aqui deixamos, portanto, o nosso mais veemente protesto. Dizemos isso, Sr. Presidente, porque entendemos que a intervenção no Panamá é uma preparação para uma intervenção em outro lugar. Onde mais pretendem os Estados Unidos intervir?

É um treinamento de tropa, Sr. Presidente, é uma preparação dos grupos intervencionistas, é uma preparação dos boins verdes. Eles realmente estão se preparando para intervir na Nicarágua e em Cuba.

Do Panamá, que já é um Estado sob intervenção permanente, apenas se falou que a intervenção se deu na máquina administra-

tiva porque é um Estado militarmente ocupado, uma vez que Panamá possui em seu Exército o mesmo número de militares norte-americanos. Isso só com relação ao número de pessoas. Com relação à qualidade dos equipamentos e artefatos militares nem se discute. Mas o que está acontecendo, na verdade, é uma preparação para intervir mais tarde na Nicarágua e em Cuba.

Quando me refiro à Nicarágua, Sr. Presidente, é porque lá, no próximo dia 25, estará havendo eleições, eleições a que o governo sandinista está se submetendo.

Ainda há pouco, o embaixador nicaraguense me dizia que mais de 2.500 representantes estrangeiros estão em Manágua para assistir à legalidade e à legitimidade do pleito das eleições nicaraguenses. E é importante, Sr. Presidente, porque sabemos que os Estados Unidos estão atrás de um pretexto qualquer — como estiveram quando das eleições panamenhas — e querem seguir o mesmo caminho, para alegar, imediatamente, que quem ganhou as eleições foi a oposição e, a partir daí, firmar o pretexto da invasão e legitimá-la para a opinião pública menos informada dos países latino-americanos e de todo o mundo.

Portanto, estamos diante de uma data que merece toda a nossa atenção e, por isso, estou fazendo o caminho da invasão do Panamá para chegar a comentar as eleições próximas do dia 25 de fevereiro na Nicarágua. Sabemos que as pesquisas realizadas pelo instituto de pesquisas norte-americano já estão atribuindo a vitória ao candidato da Frente Sandinista, Daniel Ortega, o atual Presidente que concorre às eleições. Entretanto, os Estados Unidos estão investindo pesado, mostrando que tão logo ganhe as eleições o candidato da oposição transformarão a Nicarágua em um paraíso, com dólares que nunca antes poderiam chegar à Nicarágua, mas que chegarão com a vitória da oposição.

Sr. Presidente, essas são preocupações que, entendo, devem existir no Senado da República do Brasil, posto que a preocupação com o processo de democratização do nosso País há de fazer juntamente com o dos países latino-americanos.

Essa eleição na Nicarágua é importante, porque ocorre com um governo revolucionário, que teve o apoio da população para uma vitória através da luta armada e que, agora, se submete ao processo eleitoral. Esse governo conta nas pesquisas com uma larga maioria — cerca de 52% — diante do candidato da oposição, apoiado pelos contras, pelos Estados Unidos, que estão apenas 20% do eleitorado nicaraguense.

Em síntese, trago a este plenário um tema que julgo ser de importância capital para o destino da luta de libertação na América Latina. Refiro às eleições presidenciais e parlamentares que serão realizadas na Nicarágua no próximo domingo, dia 25 de fevereiro.

A plataforma eleitoral dos candidatos da Frente Sandinista de Libertação Nacional, Daniel Ortega e Sérgio Ramírez, é de um conteúdo pouco comum em eleições: está

apoiada nada mais nada menos no programa histórico do sandinismo, referendado pelo triunfo da revolução Popular Sandinista de 1979. Que candidatos no mundo possuem semelhante honra?

Estas eleições não são nada rotineiras, muito menos comuns. Em primeiro lugar porque ocorrem em situação absolutamente dificultada pela agressão militar sofrida pela Nicarágua nos últimos anos por parte dos chamados "contras", política, militar e financeiramente apoiada pelos Estados Unidos da América, como é do conhecimento mundial.

O extraordinário neste processo não está na agressão sofrida dos Estados Unidos. O normal — confirmado pela história — é que os EUA agredam a algum país, retirando-lhe soberania. Ao contrário, o extraordinário neste processo político nicaraguense está em que, apesar da agressão, a soberania e a democracia permanecem vigentes na Nicarágua.

Tendo completado já dez anos a Revolução Popular Sandinista, com inegável apoio de massas, marcou uma nova etapa na história da América Latina. Enquanto a quase totalidade dos povos latino-americanos continua padecendo das mais graves mazelas sociais, entre elas o analfabetismo, a mortalidade infantil infame, o afavelamento, as doenças da miséria, Nicarágua, mesmo sendo um pequeno e pobre país, mesmo agredida pela maior potência militar do mundo, conseguiu triunfos verdadeiramente heróicos nos campos da educação, da saúde, da evolução social.

Este será o segundo pleito eleitoral em 10 anos, realizado em condições democráticas desconhecidas para vários outros países da América Latina. As exigências para o registro de partidos são as mais flexíveis. O tempo de utilização dos meios de comunicação são rigorosamente igualitários, ou seja, o partido com esmagadora maioria na Assembleia Nacional, a Frente Sandinista de Libertação Nacional, possui o mesmo tempo que um partido que sequer tenha participado nas eleições anteriores.

Apesar dessas condições democráticas, reconhecidas por inúmeras entidades e observadores internacionais, os Estados Unidos seguem na tentativa de prejudicar esse exercício democrático, porque prevê que o seu principal resultado será a afirmação e a consolidação do processo revolucionário sandinista. Um processo transformador que apenas não pode atingir níveis mais profundos nos campos econômico e social em virtude da covarde agressão norte-americana ao País, que obrigou o governo nicaraguense a concentrar parte importante dos seus poucos recursos à defesa militar.

O mundo está ciente da destinação, pelo Congresso dos EUA, de uma verba de 9 milhões de dólares para o partido de oposição, a UNO. Assim como está ciente da total negativa de parte dos EUA em conceder não apenas ajuda material à pobre Nicarágua, mas também em manter um relacionamento construtivo, pacífico, amistoso, democrático em base às normas do direito internacional e ao respeito à autodeterminação dos povos

Apesar disso, neste domingo, 25 de fevereiro, realiza-se na Nicarágua mais uma eleição democrática para a presidência da República. Isso já mostra que a Revolução Sandinista não tem medo da oposição, das críticas. Permite o direito de divergência, inclusive para as forças que não limitam-se à divergência política, mas que aplicam-na no campo militar, da agressão, do terrorismo. Basta lembrar que durante a campanha eleitoral centenas de partidários da FSLN foram assassinados pelos simples fato de alistarem-se para cumprir com o direito e o dever de votar. A "contra" participa das eleições diretas e quer fazer crer ao mundo a tese absurda de que em Nicarágua não existe democracia. E têm o direito de afirmar isso pela televisão estatal sandinista, pelas cadeias de rádio, nos jornais, nos comícios...

A resposta está com o povo nicaraguense que, conforme prevêem as pesquisas, dará larga maioria, já no primeiro turno, ao candidato sandinista, o que significa dizer que a Revolução deve continuar.

Defender esta experiência de soberania, de democracia, de autodeterminação de um povo é uma causa de todos os povos de América Latina que lutam por sua libertação. Assim, desde já alertamos para as tentativas de desestabilização do processo nicaraguense por parte dos EUA, alegando que as eleições foram irregulares ou algo nesta linha. Fabricar argumentos que justifiquem uma intervenção militar é uma perfídia dos norte-americanos, como vimos recentemente no Panamá.

O respeito ao resultado eleitoral nicaraguense à vontade do povo nica, é uma necessidade a ser conquistada por todas as forças democráticas e progressistas da América Latina.

Sr. Presidente, eram estas as considerações que gostaria de fazer nesta tarde que se antecipa às festas carnavalescas em nosso País. Pretendemos continuar depois do dia 25, para enfatizar-mos que os resultados das eleições na Nicarágua têm que ser respeitados, mesmo quando não agradem à grande potência do nosso hemisfério. (Muito bem! Palmas)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ALUIZIO BEZERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO:

DECLARAÇÃO LATINO-AMERICANA PELO PANAMÁ

Os abaixo-assinados, parlamentares latino-americanos consideram que:

A ocupação militar norte-americana, iniciada na madrugada de 20 de dezembro último, ao território da República do Panamá, constitui uma agressão inadmissível à nação panamenha. Repudiamos energicamente a invasão e a imposição de um governo títere e ditatorial à República do Panamá pelo exército norte-americano. Consideramos que os Estados Unidos puseram por terra os preceitos mais fundamentais do direito, da moral e da convivência internacional.

A atuação norte-americana põe em prática, de fato, uma nova doutrina de relações

com a América Latina, baseada na força, e na qual os Estados Unidos se arrogam o direito de perseguir, prender e aplicar sua lei extraterritorialmente. Uma nova doutrina, pela qual a pirataria e o roubo de território nacional alheio se incorporam como "direito" inquestionável daqueles que se ungem, assim, como o grande juiz do hemisfério. Foi lançado o gravíssimo precedente de que, de agora em diante, qualquer uma de nossas nações podem ser alvo de campanhas internacionais caluniosas, bloqueios econômicos, diplomáticos e políticos, até chegar à própria agressão militar.

As tropas norte-americanas levaram a cabo atos de genocídio, nos quais perderam a vida milhares de crianças, mulheres, anciãos e civis panamenhos inocentes e indefesos. As baixas civis foram maiores, por várias ordens de magnitude, do que as reconhecidas pelo Estados Unidos, e isto se deveu aos métodos utilizados pelos militares norte-americanos: bombardeio, canhoneio, lançamento de explosivos de grande potência e metralhamento, para criar um holocausto e incinerar ou soterrar os cadáveres que ficaram nas pilhas de cinzas e lenha criadas com o bombardeio de muitas casas de madeira.

No momento, estão sendo levados a cabo, atos de perseguição ao estilo do pior estado policial e um virtual genocídio destinado a subjugar qualquer resto de resistência patriótica contra o invasor.

Não temos a menor dúvida de que os atos de barbárie cometidos no Panamá tiveram e mantêm o objetivo específico de, não apenas derrubar o governo — o que, talvez, conseguissem, caso não houvessem abandonado, à última hora, sua tentativa de golpe de Estado —, mas o desmantelamento total das Forças de Defesa do Panamá, destinadas a serem as depositárias da segurança do Canal do Panamá, parcialmente, a partir de 1979 e integralmente, a partir do ano 2000.

Em seu lugar, o governo norte-americano decretou a criação de uma força para cuidar da ordem e do trânsito urbano, aparelhada com revólveres e escopetas, com a qual, à luz de todas as evidências, o Panamá fica despreparado para tomar em suas mãos o resguardo do Canal, criando-se a justificativa para prolongar, indefinidamente, a existência do sistema de bases militares que os Estados Unidos têm instaladas no País, com finalidades de controle e intervenções regionais.

As forças de ocupação, sob as ordens do general Max Thurman, chefe do Comando Sul do Exército norte-americano, apropriaram-se das funções do Estado panamenho com a dócil colaboração de um grupo de mercenários nacionais. É o Comando Sul que concede o direito de trânsito dos panamenhos, por meio de virtuais "passaportes" ou salvo-condutos. São eles que, de seus escritórios, tomam as decisões fundamentais que regem o cotidiano do povo panamenho, especialmente, as que têm haver com a manutenção do estado policial, os métodos fascistas de perseguição e os campos de concen-

tração, onde se mantêm ainda milhares de prisioneiros em condições repugnantes.

Consideramos que estes são atos de lesa-humanidade e tem sido perpetrados com o objetivo de desconhecer os Tratados do Canal e que os Estados Unidos permanecem indefinidamente como os senhores e donos do canal e com o sistema de bases militares que ameaçam os demais países latino-americanos e caribenhos.

Perante esta gravíssima situação:

Exigimos a retirada imediata e incondicional das tropas invasoras norte-americanas, a liberação dos presos políticos e o cessamento das perseguições contra os nacionalistas panamenhos.

Repudiamos o governo títere de Guillermo Endara, porque ele evidencia a subversão das próprias bases panamenhas. Qualquer tentativa de legitimá-lo seria, tanto, como haver reconhecido o governo de Maximiliano de Habsburgo, que os franceses quiseram impor ao México no século passado.

Exigimos o cumprimento cabal dos Tratados do Canal e o irrestrito respeito à soberania da República do Panamá sobre a totalidade do seu território nacional; o Canal é do Panamá e os Estados Unidos deverão retirar suas bases e efetivos militares.

Apelamos aos governos Latino-Americanos para que realizem uma reunião de emergência e concretizem uma resposta digna, justa e efetiva do invasor.

Nos comprometemos a velar pelo cumprimento destes objetivos de maneira conjunta e permanente. — Senador Aluízio Bezerra, Brasil — Senador Jamil Haddad, Brasil — Senador Teotônio Vilela Brilhante, Brasil — Senador Chagas Rodrigues, Brasil — Senador Nabor Júnior, Brasil — Deputado João Maria — Acre, Brasil — Virgílio Guimarães — PT, MG — Edmilson Valentim — PC do B — RJ.

MANIFESTO CONTRA A INTERVENÇÃO NO PANAMÁ

Os parlamentares Latino-Americanos abaixo assinados vêm através deste expressar aos governos dos países membros da OEA sua apreensão diante dos desdobramentos da crise panamenha, especialmente, face aos reiterados posicionamentos do Governo dos Estados Unidos, admitindo a possibilidade de uma intervenção militar naquele país centro-americano o envio recente de reforços militares norte-americanos para o Panamá confirma nossa preocupação, revelando, ao mesmo tempo, uma tendência da administração Bush sobre sua forma de encarar a crise panamenha, que, a nosso ver, deve ser resolvida politicamente pelo governo e pelo povo do Panamá, de forma soberana, sem qualquer tipo de ingerência externa. O envio de novos contingentes militares para o Panamá, neste momento, já configura uma intervenção externa.

São públicas e reiteradas as intenções norte-americanas em não cumprir os termos do acordo Torrijos-Carter sobre a entrega da administração do canal do Panamá ao Governo

panamenho e a retirada das bases militares dos EUA daquele País. Esse é o fundo da questão!

Os EUA não aceitam os termos do acordo Torrijos-Carter, de 1977, porque eles contrariam a tradicional política intervencionista norte-americana. Na realidade esse acordo tem uma importância histórica para a América Latina, sendo mesmo um instrumento e um exemplo para todos os povos que lutam contra as imposições dos países que se opõem ao desenvolvimento dos mais pobres e ao estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional mais justa.

Uma intervenção militar norte-americana no Panamá, além de desrespeito inaceitável aos princípios de autodeterminação dos povos, conforme prevê a carta das Nações Unidas, constitui uma agressão a todos os povos latino-americanos. Com certeza após uma intervenção no Panamá, rasgando o acordo Torrijos-Carter, os EUA teriam maiores condições de ampliar sua política de agressão à Nicarágua, mantendo sob pressão os demais países daquela região.

Solidarizamo-nos com o povo panamenho e suas legítimas organizações políticas para que com a maior brevidade se possa restabelecer a normalidade da vida política e econômica que possibilite a realização de novas eleições. É importante destacar que as sanções políticas e econômicas ditas por Washington só contribuem para desestabilizar o quadro de estabilidade democrática. Portanto, é condição "sine qua non" que cessem as ações de bloqueio econômico para que o povo panamenho possa realizar eleições livres e soberanas, sem manipulações externas.

Nossos governos são contrários a uma intervenção externa no Panamá, é uma posição soberana e atende às necessidades objetivas de todos os países que lutam por sua autodeterminação e soberania. Da mesma forma, afirmamos que as Malvinas são argentinas e que a Amazônia pertence aos países da região.

Nesse sentido, reclamamos junto aos países membros da OEA uma posição clara e inequívoca em defesa da soberania panamenha, contra uma intervenção militar externa e em favor do respeito aos termos do acordo sobre o Canal do Panamá.

Brasília (Brasil), 24 de maio de 1989. — Senador Aluizio Bezerra, Brasil — Senador Marcio Lacerda, Brasil — Senador Ronan Tito, Brasil — Senador Fernando Henrique Cardoso, Brasil — Senador Chagas Rodrigues, Brasil — Senador Cid Sabóia, Brasil — Senador José Fogaça, Brasil — Senador Wilson Martins, Brasil — Senador José Paulo Bisol, Brasil — Senador Afonso Camargo, Brasil — Deputado Luiz Salomão, Brasil — Senador Mario Maia, Brasil — Senador João Cunha.

DECLARACIÓN DEL ENCUENTRO DE PARLAMENTARIOS LATINO AMERICANOS POR PANAMA:

"El año 2000 nos encontraran unidos"

Nosotros los participantes del encuentro de parlamentarios latinoamericanos por Pana-

ma, reunidos del 17 al 18 de junio de 1989, en la ciudad de Panamá.

Consideramos:

1 — Que asumimos como propio el manifiesto "Contra la intervencion en Panama" suscritos por mas de quinientos parlamentarios de: Argentina, Brasil, Colombia, Peru, Uruguay y Venezuela; y asimismo asumidos los terminos de la resolucion del Congreso Nacional ecuatoriano y la declaracion de la delegacion boliviana a este encuentro.

2 — Que comprobamos que en Panama que el origen el conflicto esta dado por: las presiones economica, el aumentos de los efectivos y equipo militares norteamericanos en Panama, y la campaña internacional de desinformacion y difamacion obedece al interes manifiesto y reiterado del gobierno de los Estados Unidos de no cumplir con los acuerdos consagrados en los tratados Torrijos-Carter de 1977.

3 — Que hasta este momento, las resoluciones adoptadas por la Organizacion de Estados Americanos sobre el caso de Panama, no ha contribuido a respetar el libre derecho de autodeterminacion de los pueblos establecida en la Carta de las Naciones Unidas y en su propia Carta.

4 — Que testimoniamos de denunciamos, que la intervencion militar norteamericana en Panama, cuarta el ejercicio de los derechos fundamentales, especialmente el de libre tránsito por su propio territorio y la libertad de prensa.

5 — Consideramos que todo lo anterior lesiona la soberanía de Panama y pone en peligro la autodeterminacion, la integracion y la paz en todo el continente latinoamericano, por lo tanto declaramos que:

I — demandamos a los Estados Unidos el cumplimiento fiel de los tratados Torrijos-Carter, suscrito en 1977, especialmente en lo que se refiere a:

a) la entrega de las instalaciones y administracion del canal al pueblo panamenho;

b) el retiro de las bases militares del territorio panamenho;

c) la suspension de medidas economicas, politicas e diplomaticas contra Panama;

II — solicitamos a los países de la Organizacion de los Estados Americanos (OEA) rechazar cualquier tipo de presion que conduzca, en el caso de Panama, a tomar resoluciones contradictorias con los principios establecidos en su propia Carta;

III — que nos dirigiremos a los gobiernos de los países que interan "el grupo de los ocho", para solicitarles la reintegracion de Panama a dicho grupo;

IV — declaramos que hemos creado entre los participantes a este encuentro una comision ad-hoc que sirva como instrumento fundamental para:

a) promover a traves de campañas publicas el cumplimiento de los tratados Torrijos-Carter de 1977;

b) contrarrestar la campaña desinformativa y difamatoria contra Panama;

c) hacer llegar al parlamento latinoamericano la presente declaracion, con el objeto

de que este organismo de acuerdo con sus principios fundamentales, se convierta en efectivo mecanismo de presion hacia los Estados Unidos a favor de Panama;

Suscritos por cientos cincuenta parlamentarios latinoamericanos de quince países representando a cuarenta y siete partidos politicos.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, ainda na Sessão Legislativa passada, fiz velmente conchamação no sentido de o Congresso aprovar o Regime Jurídico Único, oferecendo eficácia à norma constitucional inserta na Carta Magna de 5 de outubro de 1988.

Apesar do empenho de todas as categorias de servidores federais e os sucessivos pronunciamentos de Senadores e Deputados, a matéria não foi submetida à deliberação, deixando o funcionalismo numa natural e enervante expectativa.

Durante o recesso, no meu Estado recebi seguidas solicitações para que redobrassem esforços com o objetivo de levar as duas Casas do nosso Parlamento a aprovarem o projeto respectivo.

Aliás, os servidores do DNOCS elaboraram um circunstanciado abaixo-assinado reclamando a providência, cujo teor desejo tornar público desta tribuna.

Eis o texto do documento referido:

"Exm^a Sr. Senador Mauro Benevides.

Nós, abaixo assinados, servidores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — DNOCS, integrantes do Plano de Classificação, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, vimos, com fundamento no art. 5º, inciso XXXIV, alínea a, da CF e, através do presente, expor a V. Ex^a, para depois, requerer o que se segue:

1. O Decreto nº 97.885, de 28-6-89, que instituiu a Comissão Interministerial determinou a divulgação das propostas preliminares dos anteprojetos de leis do Regime Jurídico Único e Planos de Carreira, de que trata o art. 39, caput da Constituição Federal, combinado com o art. 24 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como a "audiência pública", a fim de que os diferentes segmentos da sociedade, na qualidade de usuários dos serviços públicos prestados pelo Estado e, os servidores públicos, legítimos prestadores desses serviços, pudessem contribuir, com suas sugestões, dentro dos respectivos prazos, previamente estabelecidos, o que realmente aconteceu.

2. Por oportuno, devemos aduzir que os trabalhos desenvolvidos pela aludida comissão e preceitos de ampla audiência pública, contaram, inclusive, com a realização de seminários nas duas

Casas do Congresso Nacional, sobretudo, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, ensinando a coleta de significativas contribuições de toda a sociedade e dos próprios servidores.

3. Segundo a presidente da Comissão de Serviço Público da Câmara dos Deputados foi, em outubro do ano transato, deliberado que seria instituída uma Comissão Especial, com a incumbência de deixar o referido "anteprojeto" em condições de ser aprovado naquela comissão, até dezembro último e, se possível, incluído no orçamento pertinente ao exercício de 1990, o que estaria na dependência do esforço concentrado dos senhores Congressistas, visando à aprovação dessa matéria, considerada decisiva na ordenação do Serviço Público Federal, por entender que o citado "regime jurídico único" cria, sem qualquer sombra de dúvida, uma relação estável com o Estado.

4. Tendo em vista premissa de que diante do empenho com que fora conduzido tão importante mister, pelos integrantes da Comissão Interministerial, sob a firme orientação do secretário de Recursos Humanos da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, é de concluir-se que o Congresso Nacional não terá qualquer dificuldade na discussão e consequente aprovação e tão ansiada propositura em razão de tudo quanto representou para o servidor público, a fase inerente à audiência pública, em cuja moção esteja realmente estratificado o espírito da matéria em análise.

5. Ahamos ainda importante esclarecer ao insigne homem público que, em virtude de serem dois anteprojetos distintos, seria de bom alvitre que se desse prioridade àquele que trata do Estatuto do Funcionário Público (Regime Jurídico Único), uma vez que o grande universo do funcionalismo público é constituído, atualmente, do chamado servidor "celetista", ou seja, quinhentos e sessenta mil servidores, aproximadamente são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, além do que um considerável contingente (particularmente, cerca de 40% do efetivo desta autarquia), que já atingiu o tempo necessário para aposentar-se, aguarda ansioso a concretização da unificação de ambos os regimes jurídicos, com o fito de passar para a sonhada inatividade, após 35, 40 e mais anos de bons serviços prestados à União.

Assim, ante o exposto e cofiantes na sensibilidade de que é dotado o nobre parlamentar, sobretudo, por estar imbuído dos mais sadios propósitos, no tocante aos problemas de interesse geral e nacional, como o ora focalizado, isto

é, o que concerne à classe dos signatários, solicitamos-lhe o seu valioso empenho, quão imprescindível, junto aos seus pares, os não menos ilustres deputados e senadores, com o escopo de, tão logo se inicie o próximo período legislativo, mormente através de convocação por parte de V. Ex^a, como é óbvio, seja discutido e aprovado em reunião plenária, o projeto de lei que, no nosso entendimento, já deve estar em condições de ser encaminhado pela Deputado Irma Passoni, Presidente da Comissão de Serviço Público da Câmara Baixa, para o fim a que nos referimos e, finalmente, sancionado pelo presidente José Sarney.

Fortaleza, 31 de janeiro de 1990.

— Administrador — Ag. Portaria — Maria Vanderlina V. Vasconcelos, datilógrafo — Margarida Maria Pinheiro Silva, datilógrafo Evangelina T. de Oliveira — Az. Adm. — Ilzair de Abreu Pereira — Ag. Administrativo — Benedito Ferreira Lima — Procurador Autárquico — Maria Goretti Cavalcante dos Santos — Agente Administrativo Teresinha Maria Kiura — Procurador Autárquico — Elzio Pereira Maregnas de Oliveira — Procurador Autárquico — Sociólogo Uylas Ulysses Batista de Oliveira — Datilógrafa — Procurador Autárquico — José Carneiro Fernandes — Procurador Autárquico — José Antero da Silva Datilógrafo — Procurador Autárquico.

Sr. Presidente, não pode o Legislativo procrastinar a aprovação do projeto que dispõe sobre o Regime Jurídico Único, englobado celetistas e estatutários, de conformidade com o que determina a Lei Fundamental vigente.

No momento em que as lideranças selecionam as proposições de maior interesse do povo brasileiro, entendi de meu dever abordar a questão neste plenário, na esperança de vê-la deslindada no menor espaço de tempo possível.

É o apelo que direciono a todas as bancadas com assento tanto no Senado Federal como na Câmara dos Deputados.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) —

Na presente sessão terminou o prazo para a apresentação de emendas ao Projeto de Lei do DF nº 97, de iniciativa da Comissão do Distrito Federal (apresentado por sugestão da Deputada Maria de Lourdes Abadia), que cria, no Governo do Distrito Federal, um grupo de trabalho para redefinir as Regiões Administrativas do Distrito Federal.

Ao projeto não foram oferecidas emendas. A matéria será incluída em Ordem do Dia, oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) —

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a ordinária de amanhã, às 9 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

A MATÉRIA A SER DECLARADA PREJUDICADA

Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 1989 (nº 3.121/89, na Casa de origem), que modifica a Lei nº 7.773, de 8 de junho de 1989, e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Martins) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 25 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. CID SABÓIA DE CARVALHO NA SESSÃO DE 19-2-90 É QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, no início de minha fala, quero dizer ao Senador Humberto Lucena que, sendo o orador seguinte, não quis apartear-lo para falar dentro do espaço que me é reservado, dando integral apoio à propositura que acaba de fazer ao Senado da República, cumprindo exemplarmente a sua função de Senador da República, de homem público e, acima de tudo, de Presidente da Comissão de Relações Exteriores.

Como Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, apoio integralmente as palavras, tanto do discurso como do requerimento, como os apartes nessa composição complexa, da fala do Senador Humberto Lucena, esta tarde, no Senado Federal.

O Sr. Humberto Lucena — Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Srs. Senadores, li nos jornais que se pretende, no novo Governo, a demissão de 180 mil servidores. Como fui, na Constituinte, um dos defensores da disposição transitória que trata da estabilidade, como fui um soldado desta causa, como me desgastei por ela, como assinei emendas, e antes das emendas propostas às Subcomissões a respeito deste assunto, como fui sempre um defensor do funcionário público, fiquei a me perguntar: e há, no Brasil, 180 mil servidores públicos sem estabilidade? Ao que eu saiba, para se cumprir este conselho de Dona Zélia Mello ao Presidente, é preciso rasgar a Constituição Federal, é preciso desrespeitar não mais o art. 19, mas agora é preciso desrespeitar o princípio dos direitos adquiridos, que é um princípio básico, um princípio fundamental na Constituição de 1988, àquela Constituição que fizemos com tanto carinho, com tanta dedicação, com este amor cívico que levou que as suas páginas realmente fossem escritas, com atualidade e zelo ao povo brasileiro.

Leio, no entanto, nos jornais, declarações as mais diversas do futuro Presidente da República, ou declarações atinentes a ele, por-

que ele passou, por força natural dos acontecimentos, a ser a figura central da Nação, mesmo antes de assumir. Esse cidadão parece bem inspirado em determinadas proposições e, ao mesmo tempo, nos parece uma pessoa constitucionalmente desinformada, quando se fala em hipóteses como esta da demissão de 180 mil servidores.

Esta desinformação constitucional corresponde a uma verdadeira falta de sensibilidade com a questão social, porque há de convir, V. Ex.^a, Sr. Presidente, e os Srs. Senadores, o que representaria, na sociedade, 180 mil servidores desempregados. Há de se multiplicar este número pelos componentes naturais da família de cada um e saberíamos que tiraríamos do Estado, talvez, uma responsabilidade financeira, um desígnio mensal financeiro, mas acrescentamos o drama do desemprego, da miséria, da desestabilização e de outras coisas tantas que hoje atormentam a sociedade brasileira.

Mas o Presidente, eleito em contrapartida, identifica nas elites os verdadeiros inimigos da Nação. Não que ele seja o antielitista, que entenda que nas elites é que estão todos os inimigos da Nação ou, essencialmente, as elites são inimigas da Nação, mas ele identifica e fala, com aquela coragem que tem de bater forte, fala claramente que entende que nas elites reside uma força de obstáculo ao progresso nacional. E promete uma luta aberta, promete uma guerra. Significa dizer que nessa hipótese ele contará com a consciência nacional a seu favor, eliminando nesse mister até a possibilidade oposicionista, pois isso é essencialmente um pensamento de oposição a todos os Governos que até aqui têm existido no Brasil, porque nunca encontramos um modo de enfrentar e derrotar as elites. Os que encontraram um modo foi de enfrentar, mas de perder a batalha final.

Mas nenhum Presidente deu-se a esse desígnio de identificar causas inflacionárias nas elites, que não perdoam que em nenhuma hipótese concordam em que não haja sempre aquele lucro absoluto, aquele lucro espoliante, aquele lucro que faz do povo um ente sofrido, que faz do povo ente esmagado.

Eu jamais acreditaria, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que esta onda inflacionária devesse unicamente ao poder central, ao Governo da República, devesse talvez a uma autoridade não perfeitamente usada para coibir determinados abusos.

Mas há fatores psicológicos que se instalam e que mais que psicológicos são verdadeiras neuroses, e isso leva à inflação, porque hoje já se altera preço em supermercado não que se tenha a informação inflacionária, mas porque esta alteração é a própria força inflacionária e porque todos acreditam que necessariamente o preço de amanhã não poderá ser o preço de hoje e o preço de depois de amanhã não poderá ser o preço imediatamente antecessor.

Gerou-se esta atmosfera e no final de tudo é o salário que sofre um brutal esmagamento.

O que acontece ao automóvel nacional é outro desafio à consciência da Nação brasileira.

Disse-me um fornecedor de automóveis, que já ocupou cadeira aqui, no Senado, como Suplente, e que veio assumir no lugar do Senador Affonso Camargo, o Senador Gomes Carvalho, S. Ex.^a, explicou-me detalhadamente, e por isso requereu a Comissão de Inquérito, que a subida em dois meses do preço de um veículo é algo em número estorrecedor, que não sei nem dizer o percentual, mas é um percentual desafiante à capacidade do brasileiro de adquirir o carro próprio. Esse descontrole inflacionário não há de ter uma correspondência em todos os produtos da indústria nacional, e pior ainda, sobre-se o preço em parcelas, mas entre uma parcela e outra não há carro que possa ser adquirido, porque não há carro exposto à venda. Se qualquer um de nós quiser adquirir um veículo não vai encontrá-lo em nenhuma revendedora, porque todos eles estão miseravelmente recolhidos à espera da outra parcela de aumento que levará a um crescimento cuja exorbitância é a marca registrada.

Ora, se o Presidente vai atacar esses monstros sagrados da economia nacional, S. Ex.^a, há de ter o apoio de toda a Nação e, talvez seja este um caminho da mais fácil consagração que deva obter logo no início do seu mandato. Esta guerra que declara é, no entanto, uma guerra localizada. S. Ex.^a, há de indicar as forças as quais se dirige, e já deixou isso muito claro quando, no exterior, estranhou que os automóveis em países mais evoluídos têm muito mais qualidade técnica que os nossos e, lá, relativamente, custem menos do que o que pagamos aqui pelo carro que adquirimos à indústria nacional, através dos seus revendedores. Estamos, assim, Srs. Senadores, diante de mil expectativas.

Sou Senador da República e pretendo formar aqui um bloco de oposição altamente vigilante. Mas uma oposição tão responsável, que seja capaz de ofertar o apoio a uma luta como esta, e seja capaz de vedar medidas, como, por exemplo, a extinção do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, uma miserável promessa que paira no ar, assustando o Nordeste brasileiro.

O Sr. Afonso Sancho — Permite-me V. Ex.^a um aparte, nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho?

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Com todo o prazer, Senador Afonso Sancho.

O Sr. Afonso Sancho — Gostaria também de reportar-me a esse assunto que V. Ex.^a falou dos carros brasileiros. Realmente é uma tristeza para nós, brasileiros, comprarmos esses carros. Devo dizer que costumo renovar o meu carro todos os anos. Mas rara vez ou nenhuma vez recebi um carro novinho e, nesse mesmo dia, tem que voltar à garagem para ajustar as portas; depois, tem que voltar à garagem porque o carro está esquentando. Então, esses carros são verdadeiras sucatas bem apresentadas e muito caras, como V. Ex.^a bem frisou, cujos preços não têm nenhum controle. Todos os meses sobe até duas vezes o preço dos carros. De forma que, quando

o Presidente eleito, lá no exterior classificou os nossos carros de carroça, talvez ele tenha sido bondoso, porque, às vezes, nós sabemos como é a carroça. Mas comprar um carro pelo preço exorbitante que se compra no Brasil é se ter a tristeza de estar com esse carro sempre na garagem - ajusta as porcas, ajusta isso, ajusta a traseira, ajusta o amortecedor - é sinal de que esse carro sai da montadora como se botou o sexo nos bichos, o que sair primeiro está bem. Então, faço coro a essa advertência de V. Ex.^a, e acho que isso vai provocar, por parte das montadoras, uma maior atenção para com o consumidor brasileiro, porque eu tenho certeza de que o carro que é exportado não é este carro daqui, porque se não seriam reembarcados no outro dia, porque lá no exterior não se recebe sucata por preços tão exorbitantes. Este era o esclarecimento que eu queria dar a V. Ex.^a quanto ao problema de carro. Quanto ao problema das elites, eu também desejo fazer uma ressalva ao Presidente Fernando Collor. Nessa última entrevista que ele deu, ele distinguiu bem as elites, aquelas elites corporais, aquelas elites oportunistas, aquelas elites que vivem de cabeça levantada esperando saber qual o melhor negócio. Mas existe, e ele disse e ressaltou que existem as elites trabalhadoras, as elites patrióticas, as elites que vivem em função do seu País, não em função do seu interesse particular. Essa ressalva eu desejo fazer porque pode se entender que o Presidente condenou as elites generalizadamente, quando na realidade isso não ocorreu, ele distinguiu o que é elite oportunista e o que é elite patriótica. Muito obrigado.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — É interessante o esclarecimento de V. Ex.^a nos dois aspectos.

Quanto aos automóveis, tivemos que exportar um dos nossos modelos, e os compradores do exterior exigiram duas mil e quinhentas alterações no veículo utilizado aqui, para que pudesse ser exportado com outro nome — Fox, se não estou enganado. Lá se foi a nossa raposa com duas mil e quinhentas alterações para o exterior.

Quanto à essa parte das elites, claro que o Presidente há de distinguir nelas os que atuam indevidamente nas especulações e na produção de outros males, não apenas no mercado financeiro, mas na indústria - especialmente na indústria ou através da indústria.

Afinal de contas, a elite é uma das categorias sociais, assim como a classe média e a classe baixa, e a luta entre essas classes jamais deve ser impulsionada, porque, inclusive, é vedado constitucionalmente. Não devemos nunca fazer aquele confronto de raça, de cor, de classe social, ou quaisquer confrontos que tenham ressonâncias no contexto da própria pirâmide social.

O que nos parece, nobre Senador Afonso Sancho, é que o Presidente realmente é muito bem informado, e suas colocações, ultimamente, são sempre inteligentes, o que nos deixa, aqueles vocacionados para a oposição,

de olhos bem abertos e ouvidos bem postos, exatamente para sabermos como proceder após o dia 15 de março de 1990.

O Sr. Humberto Lucena — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Cid Sabóia de Cravalho?

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Com todo o prazer, Senador Humberto Lucena.

O Sr. Humberto Lucena — Desejo dar a minha integral solidariedade ao pronunciamento de V. Ex^a, que é muito oportuno e vem como se fosse o início do cumprimento de um dever político, porque nós que pertencemos a partidos quer não foram bem-sucedidos nas eleições presidenciais temos a árdua e nobre tarefa — como bem acentuou V. Ex^a — de fiscalizar todos os atos do futuro Governo da República, sem prejuízo do exame de todas aquelas proposições que nos parecerem de interesse público, de interesse popular; estas não de merecer, evidentemente, de nossa parte, um estudo metucioso e, inclusive, se for o caso, a apresentação de emendas, no sentido de aperfeiçoá-las. Agora, neste instante em que interfiro no discurso de V. Ex^a, sobretudo, de reportar-me à sua fase inicial, quando V. Ex^a verberava contra o noticiário de imprensa que dá, como provável, a demissão de 180 mil funcionários públicos no contexto de um pacote de medidas de combate à inflação, a ser editado pelo novo Governo. Sabe V. Ex^a, sabe o Senado e sabe a Nação, que o percentual de despesas de folha de pessoal da administração direta, no Orçamento da União, é ínfimo. Isso ficou amplamente demonstrado, através de entrevistas e até de discursos do ex-Ministro da Administração Aluizio Alves, e do atual Ministro João Batista de Abreu da Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Acho que realmente o novo Presidente da República, ao assumir o Governo, deve agir, neste particular, com muita cautela, para não cometer a injustiça de demitir, sumariamente, centenas de milhares de funcionários públicos, na sua grande maioria modestos funcionários públicos. Não se trata, no caso, de marajás, mas de pessoas que necessitam desse emprego para sobreviver. Mas temos que confiar, por ora, na entrevista que, logo após a proclamação dos resultados eleitorais o Presidente concedeu à Imprensa, quando teve oportunidade de afirmar, em relação a demissões, que o que pretendia era dispensar quem não trabalhava. Não acredito, nobre Senador Cid Sabóia de Cravalho, que haja no Brasil, 180 mil funcionários públicos que não trabalhem; prefiro acreditar que outras alternativas, no que tange à política de recursos humanos, haverá de ser examinadas pelo novo Presidente da República, contando que Sua Excelência não pratique a violência de demitir cerca de 180 mil funcionários públicos, como bem acentua V. Ex^a.

A presença de V. Ex^a na tribuna — V. Ex^a que foi, por assim dizer, o autor da emenda que concedeu estabilidade constitucional

aos servidores públicos com mais de cinco anos — é altamente oportuna, quando se começa a debater este assunto no Congresso Nacional.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Agradeço a V. Ex^a as considerações, que se encaixam perfeitamente à minha fala desta tarde.

Mas eu ia falando sobre o DNOCS, quando tivemos, pelos apartes, de voltar ao enfoque de outros temas. E, no momento em que volto a este, quero chamar a atenção dos auxiliares do futuro Presidente da República quanto à necessidade que tem o Nordeste brasileiro da existência do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, inclusive, recebi, assinada pelo Sr. Tarcísio Medeiros Dias, Presidente da Sociedade Técnicas do Dnocs — Sotec — uma correspondência vazada em breves termos e que incluo, agora, em minha fala. Diz a correspondência:

Brasília-DF, 15 de fevereiro de 1990

Excentíssimo Sr. Senador Cid Sabóia de Cravalho

Mais uma vez, a voz da Sociedade dos Técnicos do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — (Sotec), por dever de justiça, de consciência cívica e de nordestinidade, chama à atenção das lideranças e demais autoridades nacionais, para a nova e ardilosa tentativa de se golpear legítimos interesses do Nordeste, mediante a extinção da Autarquia Dnocs, por via da atípica e de impossível fusão com a Empresa Codevasf. A medida nefasta estaria embutida no plano "Brasil Novo" divulgado pela equipe do Presidente Collor de Mello em jornais de circulação nacional.

O apelo que faz a Sotec, nesse momento de inadiáveis e importantes definições políticas, é no sentido de que seja evitado esse irreparável equívoco — a eliminação do Dnocs pela propalada fusão. O Departamento retrata e expressa o próprio Nordeste, em seu vital e permanente esforço de desenvolvimento sócio-econômico regional que já perdura por mais de 80 anos de serviços relevantes que vem prestando a uma grande parte dos brasileiros que ainda convivem entre o progresso de algumas áreas urbanas e o estado de fome e miséria crônica, o qual continua afligindo insuportavelmente o homem rural, representado por uma população de mais de 30 milhões de nordestinos.

O que deseja os serviços do Órgão, respaldados pela legítimas lideranças regionais, é o revigoramento do respeitável Dnocs, inclusive com a adoção de "Autarquia Especial" para que ele possa melhor colaborar na transformação ou erradicação do subdesenvolvimento em que se encontra a Região, sobretudo a nossa gente do campo.

Na certeza de que V. Ex^a e especialmente o Presidente da República, Collor de Mello, como nordestino que é, deve-

rão aprofundar estudos sobre o problema, evitando-se esse inominável equívoco político e da administração pública que só trará irreparável desgaste a imagem dos verdadeiros políticos e do próximo Governo, em relação a gente nordestina e a consciência do resto da Nação.

Atenciosamente, **Tarcísio Medeiros Dias** — Presidente da Sociedade dos Técnicos do Dnocs — Sotec

Como disse, assina Tarcísio Medeiros Dias, Presidente da Sociedade dos Técnicos do Dnocs — Sotec. Recebi esta correspondência sexta-feira, em meu Gabinete.

Lembro aos auxiliares do Presidente Fernando Collor de Mello que sua eleição se deve, antes de mais nada, ao convencimento que obteve Sua Excelência, em sua Campanha nos Estados nordestinos, não porque fosse um nordestino, mas porque, sendo mais sofrido o povo do Ceará, do Piauí, do Maranhão, do Rio Grande do Norte, de Alagoas, de Sergipe, da Bahia, todo esse povo tem muita sensibilidade para as mensagens inovadoras. E quando o Candidato Fernando Collor de Mello apareceu com suas promessas da mais expressiva renovação, sua palavra não foi alojar-se no Rio Grande do Sul, nem em São Paulo, nem no Rio de Janeiro; Sua Excelência foi garantir todas as suas possibilidades de candidato exatamente nesses Estados, graças ao apoio que recebeu, como no meu, de figuras expressivas que não tiveram pejo de apoiá-lo, nem nenhum receio. No Ceará, por exemplo, teve apoio do Companheiro Afonso Sancho, do Deputado Aécio de Borba Vasconcelos, do ex-Governador Adauto Bezerra, de forças consideráveis, localizadas na Assembléia Legislativa do Estado, pessoas que não tiveram o menor receio de acreditar em sua mensagem, porque e, se ela era verdadeira, quem mais carecia de sua realização era exatamente o Nordeste do Brasil. Por isso, foi lá que ele ficou forte; enquanto perdia no Rio de Janeiro para Brizola, em todas as pesquisas; enquanto perdia no Rio Grande do Sul, em todas as pesquisas; enquanto sua situação não era tão deslançada em São Paulo, pois havia muitos candidatos paulistas; enquanto havia dúvida sobre a aceitação de sua pregação, eis que o Nordeste sempre lhe garantiu todas as esperanças, sempre lhe garantiu todas as forças nessa disputa, aliás, contra a minha vontade, uma vez que meu candidato era outro.

Quero dizer que o novo Presidente da República, eleito a partir dessa base formidável na minha região, deve ter muito cuidado ao examinar toda e qualquer sugestão que diga respeito à nossa terra, ao nosso pedaço de chão, a esse pedaço do Território Nacional.

Só Deus sabe o quanto o Nordeste é sofrido! O que ali se passa, passa inclusive genocídios; o que ali ocorre, inclusive a fome, é algo que não pode ser narrado com muita facilidade.

Lembro-me, Sr. Presidente, de que uma vez recebemos, aqui, a visita de Senadores e Deputados norte-americanos, e fomos conversar. Com muita dificuldade, consegui co-

municar-me com um dos Deputados, que me pediu falasse sobre o Nordeste. E falei sobre a água, o excesso, a falta, a miséria, o problema de locomoção das parcas riquezas e todos os problemas, inclusive o de endemias rurais, problemas os mais diversos. Depois que o nosso tradutor, o nosso intérprete, passou para o visitante todo aquele aspecto dramático da nossa região, S. Ex^a olhou para mim com os olhos bem abertos e disse: "Isso é bíblico, isso é digno de uma página mais trágica da Bíblia"; sabemos que é exatamente na Bíblia onde repousam as páginas mais dramáticas da existência humana. E S. Ex^a, então, racionou rápido: "Esse Nordeste é bíblico. Essa miséria deveria ser narrada, por certo, no Velho Testamento, em tempos mais grotescos que antecederam outros acontecimentos que fazem a História mais próxima do homem."

O Sr. Chagas Rodrigues— Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO— Com todo o prazer, Senador Chagas Rodrigues.

O Sr. Chagas Rodrigues— Senador Cid Sabóia de Carvalho, V. Ex^a fala como um autêntico nordestino e como um verdadeiro patriota. Quero dizer que V. Ex^a tem a nossa total solidariedade. Qualquer que seja o governo, qualquer que seja o governante, qualquer que seja o Presidente, isso é secundário. Estamos aqui, antes e acima de tudo, para defender o Nordeste, o povo do Nordeste. E nessa realidade nordestina se insere e avulta o DNOCS. Não podemos, pois, deixar de defender o DNOCS. Aqui, devemos fazer justiça a todos os brasileiros, sobretudo aos mais necessitados, aos servidores públicos, que são os trabalhadores do Estado, e aos trabalhadores das empresas privadas. Não admitimos injustiças e não aceitamos nenhuma política contra o Nordeste. Esperamos que essas notícias sejam infundadas, porque, se S. Ex^a, o novo Presidente da República remeter mensagem dessa natureza, terei a honra de ficar ao lado de homens públicos como V. Ex^a, para defendermos juntos uma política de bem-estar social, uma política que consulte os interesses superiores do Nordeste e do País. S. Ex^a, o novo Presidente poderia começar combatendo fortemente a inflação e os lucros excessivos dos grandes Grupos econômicos-financeiros, inclusive com uma lei antioligopólio, mesmo porque a lei antitruste, nos Estados Unidos, continua em vigor. O novo Governo precisa urgentemente defender o povo brasileiro.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO— Muito obrigado, Senador Chagas Rodrigues. V. Ex^a, como ex-Governador do Piauí e Senador por seu Estado, conhece isso com uma profundidade imensa. Somos doutores mesmo nessa terapêutica de que necessita o Nordeste para a sua sobrevivência.

O Sr. Afonso Sancho— Senador Cid Sabóia de Carvalho, permite outro aparte?

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO— Com todo o prazer, Senador Afonso Sancho.

O Sr. Afonso Sancho— O meu aparte, Senador Cid Sabóia de Carvalho, poderia ser apenas para fazer minhas as palavras entusiásticas, corretas e sinceras do nosso Colega Chagas Rodrigues. Realmente, estamos aqui para defender o Nordeste de qualquer investida que venha a diminuir a sua participação no contexto nacional. Não acredito que o Presidente Collor queira fazer inovações apenas com a extinção do DNOCS; acredito que S. Ex^a irá dar condições ao DNOCS para fazer o trabalho que há muito esperamos faça. Sabemos, Senador Cid Sabóia de Carvalho, e V. Ex^a, como grande estudioso, sabe que 85% das chuvas dadas para o Nordeste vão diretamente para o mar, quando deveriam ir para reservatórios d'água e nesses reservatórios serem feitas as irrigações, através da eletrificação tão necessária, tão urgente para a região nordestina. De forma que faço — repito — minhas as palavras do Senador Chagas Rodrigues. Estarei aqui, em quaisquer governos, defendendo o Nordeste, custe o que custar, agrade a quem agrada, porque o Nordeste já foi muito sofrido e não tolera mais nenhuma desfeita da sua atuação. Por outro lado, devo dizer que não acredito, nem por um momento, venha a acontecer qual-quer Governo, egresso do Nordeste, que nos prometeu fazer com que o Nordeste pare de sair com o "pires na mão" para arrancar aquilo a que tem direito, porque uma região com 35% da população do Brasil não pode ser tratada da maneira como tem sido até agora. As coisas só vão para lá quando são puxadas, e vêm da cor de sangue, para serem atendidas. Era este o aparte que eu queria dar a V. Ex^a, numa demonstração de solidariedade com lucidez com que V. Ex^a sempre fala aqui neste plenário.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO— Agradeço a V. Ex^a e sua posição era exatamente a esperada. Toda a Bancada nordestina estará atenta, aqui no Senado e na Câmara Federal, independente de Partido, para uma defesa intransigente desta região, dos seus interesses sociais, seus interesses de melhoria, acima de tudo, da qualidade da vida humana.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, encerramos as palavras deste discurso de temas tão variados, em que começamos condenando os Estados Unidos da América, pelo desrespeito à soberania de uma República, e vamos nos espalhando sobre tantos temas até chegarmos ao Nordeste brasileiro. É que o Senado nos une em temas tão grandiosos que, de repente, temos que fazer uma verdadeira colcha de retalhos para podermos cumprir, exemplarmente, a destinação desta Casa.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente e Srs. Senadores. (Muito bem!)

ATO DO PRESIDENTE Nº 12, DE 1990

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamen-

tar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, e tendo em vista o que consta do processo nº 017572/89-4,

Resolve rescindir o contrato de trabalho do servidor EDGARD HENRIQUE KLEVER, Assessor Técnico, DAS-3, do Gabinete do Senador Leopoldo Peres, contratado sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, a partir de 31 de dezembro de 1989.

Senado Federal, 22 de fevereiro de 1990.
— Senador Nelson Carneiro, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 13, DE 1990

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato nº 2, de 1973, e tendo em vista o que consta do processo nº 017572/89-4,

Resolve autorizar a contratação, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, o senhor WILSON MARCIO DE PES, para o emprego de Assessor Técnico, com salário mensal equivalente ao vencimento do cargo DAS-3, a partir de 1º de janeiro de 1990, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Leopoldo Peres.

Senado Federal, 22 de fevereiro de 1990.
— Senador Nelson Carneiro, Presidente do Senado Federal.

PORTARIA Nº 1, DE 1990

O Diretor da Subsecretaria de Serviços Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do art. 564, do Regulamento Administrativo do Senado Federal e tendo em vista o que consta no Processo nº 15488/89-6,

Resolve repreender o servidor FRANKLIN SOARES DE ARAÚJO, Técnico Legislativo, Classe "Especial", Padrão I, do Quadro Permanente do Senado Federal, com base no art. 555, combinado com o inciso I, do art. 558, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, por falta de cumprimento dos deveres.

Senado Federal, 9 de fevereiro de 1990.
— Afrânio Cavalcanti Melo Júnior, Diretor.

PORTARIA Nº 2, DE 1990

O Diretor da Subsecretaria de Serviços Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do art. 564, do Regulamento Administrativo do Senado Federal e tendo em vista o que consta no Processo nº 009380/89-2,

Resolve repreender o servidor JOSINETE PESSOA VERAS, Técnico Legislativo, Classe "Especial", Padrão III, do Quadro Permanente do Senado Federal, por falta de cumprimento dos deveres.

Senado Federal, 19 de fevereiro de 1990.
— Afrânio Cavalcanti Melo Júnior, Diretor.